

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

PAULO RIBEIRO DOS SANTOS SOBRINHO

**NARRATIVAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS:
TRANSBORDAR RESISTÊNCIAS**

SÃO CARLOS, SP

2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

PAULO RIBEIRO DOS SANTOS SOBRINHO

**NARRATIVAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS:
TRANSBORDAR RESISTÊNCIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Anete Abramowicz

Linha: Educação, cultura e subjetividade

Financiamento: CAPES

SÃO CARLOS, SP

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Paulo Ribeiro dos Santos Sobrinho, realizada em 28/02/2018:

Profa. Dra. Anete Abramowicz
UFSCar

Prof. Dr. Nilson Fernandes Dinis
UFSCar

Prof. Dr. Jorge Leite Junior
UFSCar

Profa. Dra. Lúma Nogueira de Andrade
UNILAB

Foi para reencontrar alguma coisa como essas existências-relâmpagos, como esses poemas-vidas que eu me impus um certo número de regras simples:

- que se tratasse de personagens tendo existido realmente;*
- que essas existências tivessem sido, ao mesmo tempo, obscuras e desventuradas; [...]*
- que esses relatos não constituíssem simplesmente historietas estranhas ou patéticas, mas que de uma maneira ou de outra [...]tivessem feito parte realmente da história minúscula dessas existências, de sua desgraça, de sua raiva ou de sua incerta loucura;*
- e que do choque dessas palavras e dessas vidas nascesse para nós, ainda, um certo efeito misto de beleza e de terror.*

FOUCAULT. A vida dos homens infames.

AGRADECIMENTOS

À Professora e Dra. Anete Abramowicz pela orientação e confiança; ao Programa de Pós Graduação em Educação da Ufscar por todo apoio e suporte; à Dona Iracema, que viveu junto e acreditou nessa vitória até seus últimos dias; à Dona Maria, mãe e companheira em todos os momentos; à meu irmão, José Maria, por toda luta e caminhos que juntos seguimos; aos amigos da Pós Graduação, em especial Franciele, e aos professores: Prof. Dr. Nilson Fernandes Diniz e Prof. Dr. Jorge Leite Junior, agradeço pelas contribuições e parcerias; aos amigos da vida pelos incentivos e apoios, em especial Jonas, Talessa Top, Alanna Ribeiro e à todos(as) os(as) colaboradores(as) que acreditaram nessa pesquisa e contribuíram de forma ativa para construção desse projeto e à Capes por seus imprescindíveis financiamentos. Meu muito obrigado a todos!

RESUMO

Essa pesquisa reuniu narrativas de pessoas travestis e transexuais, com histórias de infância, percurso escolar e prostituição. O procedimento metodológico utilizado para alcançar esse objetivo foi a pesquisa exploratória, para a coleta de dados utilizamos grupo focal (realizado em 2016) e entrevistas individuais (realizadas em 2017). Esses materiais foram transcritos e analisados a partir da bibliografia disponível de trans-autoras como Lanz (2014), Andrade (2015), Reidel (2011), utilizando categorias como infância, educação, sexualidade e prostituição. Os dados reunidos sugerem que a escola ainda é espaço de exclusão e rejeição, na qual estereótipos binários predominam. Entretanto, os relatos demonstram também que há fendas que positivam e potencializam essas vivências, esses corpos e os põem em movimento.

Palavras-Chaves: Transexualidade. Travestilidade. Infâncias. Educação. Prostituição.

ABSTRACT

This research compiled some narratives aiming infant histories, scholar trajectory and prostitution of transgender and transvestite people. The methodological procedure used to reach this objective was the exploratory research using a focal group to data search (performed in 2016) and individual interviews (performed in 2017). The data were transcribed and analyzed by trans-authors as Lanz (2014), Andrade (2015), Reidel (2011), using categories such as infancy, education, sexuality, and prostitution. The outcomes suggest that the school still is an exclusion and rejection space, where the binaries stereotypes are predominant. However, the speech also demonstrated that are gaps which put forward and potentialize all these trajectories, putting in movement these body types.

Keywords: Transsexuality. Travesty. Childhood. Education. Prostitution.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Travestis e trans entrevistadas – Abril 2017 – São Paulo.....	44
Quadro 2 – Resoluções do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	75

SUMÁRIO

TRAVESSIAS: INTRODUÇÃO	8
1. TRANS-SUJEITOS.....	24
2. VIVÊNCIAS ESCOLARES – TRANS-INFÂNCIAS	31
3. TRANSCORRER: PUTARIA E ESTUDOS	44
4. TRANSFIGURAÇÃO.....	70
TRANSBORDAR: NOTAS TRANSITÓRIAS	81
REFERÊNCIAS	90

TRAVESSIAS: INTRODUÇÃO

Esta dissertação é norteada pelas discussões sobre gênero, sexualidade e educação, e o texto foi influenciado pela minha trajetória pessoal, de cunho acadêmico, no contexto de minha graduação em Pedagogia, durante o período de 2011 a 2015. Alguns percursos de vida travestis e transexuais são reunidos neste trabalho, buscamos dialogar com essas vivências e experiências com intuito de expor as potências latentes em suas vidas.

Peço licença para trazer minha voz, que se faz presente nesta dissertação, na forma de relatos próprios. Costurando vivências e experiências, foi uma forma que encontrei de fazer falar as marcas que a vida em minha singularidade imprimiu e durante todo caminho ligou-me diretamente a esta temática que aqui trabalho.

As pessoas trans¹ (que vivem diversas experiências de gênero não normativas) sejam elas transexual, transgênero ou travestis, inserem-se em um campo conceitual de que não existe um sujeito transexual universal. Nesse texto, as pessoas trans são entendidas como sujeitos que sentem, geralmente, que seu corpo não está adequado à forma como se veem e buscam adequar seu corpo à imagem de gênero que têm de si. Isso pode se dar com o uso de roupas, tratamentos hormonais e/ou procedimentos cirúrgicos (JESUS, 2012)².

A questão da travestilidade e transexualidade na cultura contemporânea demanda uma constante reflexão sobre a temática, além da subversão nas formas tradicionais de compreensão das questões relativas à identidade, sexualidade e gênero. Este texto busca, também, compreender como se dão essas trans infâncias, tendo em vista que a transexualidade infantil é assunto delicado, tema encoberto pela falta de informação e, em alguns casos, despreparo dos pais/responsáveis e da escola. A infância pode ser vista pelas pessoas transexuais como algo ruim, causada pela confusão em não se ver igual as demais crianças do sexo pertencente (RODRIGUES, BARROS, 2017, p.299).

Nesse sentido:

Não existe uma “identidade trans”, mas posições de identidade organizadas através de uma complexa rede de identificações que se efetiva mediante movimentos de negação e afirmação aos modelos disponibilizados

1 A expressão "pessoas trans" ou "pessoas transexuais" são utilizadas aqui como um guarda-chuva para as múltiplas vivências de gênero (transexuais, travestis e/ou transgêneros), fundamentada em BENTO, 2014.

2 Para informações históricas sobre a transexualidade consultar o texto: Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995) de Pierre-Henri Castel (2001).

socialmente para se definir o que seja um/a homem/mulher de “verdade”. Não há identidade sexual típica para as pessoas trans. Suas sexualidades são feitas do mesmo material que as outras experiências: interdição, desejo, rebeldia, sofrimento, alegria. (BENTO, 2012, p. 2663).

As reflexões e supostas decisões e entendimentos, que se esperam da sociedade sobre a temática das expressões da sexualidade, demandam um tempo que é precioso para a comunidade travesti e transexual. Existe um movimento de empoderamento de forças e vidas que garantem as existências dessas pessoas, enquanto a sociedade ainda observa, discrimina e procura definir como certo e errado. No entanto, este grupo resiste e é o encontro dessa resistência e do poder de suas identidades que torna a comunidade trans um corpo vivo.

O século XXI está marcado por transformações na sociedade, em diversos aspectos da vida pública e privada. Algumas concepções consideradas fixas como a concepção de família, casamento e maternidade começam a se desestabilizar, abrindo espaço para discussões sobre a heteronormatividade, entendida como:

[...] enquadramento de todas as relações – mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo – em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo. (PINO, 2007, p. 160).

Diante dessas transformações, surgem questionamentos dos marcadores, antes fixos, mulher e homem, uma vez que novas identidades emergem e lutam no espaço social pelo reconhecimento ou pela afirmação, como por exemplo, pessoas transexuais que desafiam a “naturalização” que se aplica ao ser humano e que, assim, afrontam as imposições sociais. Os enfrentamentos e ou resistências dessas pessoas se iniciam em casa, continuam na escola, no mercado de trabalho, hospitais, espaços públicos e diante dos posicionamentos contra o Estado. Uma vida de aparições e segredos, uma forma de ir e vir constante “do armário”:

O armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora. (SEDGWICK, 2007, p.22).

Até 1997, as cirurgias de redesignação sexual eram proibidas no Brasil, consideradas crimes de mutilação e, assim, as pessoas interessadas recorriam às clínicas clandestinas ou faziam a cirurgia em países como a Tailândia e o Marrocos. Apenas em 2008,

o Governo brasileiro oficializou as cirurgias de redesignação sexual pelo SUS³ e implantou o Processo Transexualizador⁴, preconizando o atendimento integral de saúde às pessoas trans (travestis e transexuais), incluindo acolhimento e uso do nome social. Bento (2011) destaca que:

Pessoas que solicitam cirurgias de transgenitalização são expulsas de casa, não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais, entram na justiça para solicitar a mudança do nome e do sexo, enfim, um conjunto de instituições sociais é posto em ação toda vez que alguém afirma: “não me reconheço nesse corpo, não me identifico com o gênero imposto, quero uma cirurgia corretiva do meu sexo, não suporto esses seios que me aprisionam ao destino materno”. Essas anunciações reverberam nas instituições como sentenças proferidas por uma pessoa transtornadas, sem condições de significar suas dores (BENTO, 2011, p. 7).

No Brasil, em 2016, foram assassinados 343 LGBTT⁵. A cada 25 horas um LGBTT é assassinado vítima da LGBTTfobia, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Bento (2011) destaca que:

Os “normais” negam-se a reconhecer a presença da margem no centro como elemento estruturante e indispensável. Daí as instituições eliminarem-na obsessivamente por insultos, leis, castigos, assassinatos. As mortes das travestis e transexuais se caracterizam pelo ritual de perversidade. Não basta um tiro, uma facada. Não basta matar uma vez. Mesmo diante do corpo moribundo, o assassino continua atirando e golpeando. (BENTO, 2011, p.553).

Essa perseguição ocorre, segundo Foucault⁶, pois um certo tipo de poder se exercia por meio das vigilâncias, interrogatórios, decretos da Inquisição; e é ele que, ainda hoje, interroga-nos, questiona desejos e sonhos, inquieta-se com nossas noites, persegue segredos e traça fronteiras, designa os anormais, promove purificações e assegura as funções da ordem.

3 SUS: Sistema Único de Saúde.

4 O Processo Transexualizador no SUS foi instituído pela Portaria nº 1.707/GM/MS, de 18 de agosto de 2008 e da Portaria nº 457/SAS/MS, de 19 de agosto de 2008. A partir da demanda dos Movimentos Sociais LGBT pela ampliação do atendimento especializado às pessoas transexuais e travestis e pelo acolhimento sem discriminação, na atenção básica e especializada. Em 30 de julho de 2013 foi publicada a Portaria nº 859 com o objetivo de organizar a atenção à saúde desde a atenção básica à especializada, sendo esta última focada não somente no procedimento cirúrgico e hospitalar, mas também na estruturação e ampliação dos serviços de atenção ambulatorial. Informações disponíveis em: <http://portalms.saude.gov.br/atencao-especializada-e-hospitalar/especialidades/processo-transexualizador-no-sus>. Acesso em 13 de fev. de 2018.

5 Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, em alguns textos escreve-se LGBTTT. No Brasil os documentos oficiais utilizam a sigla LGBT, a letra T representa travestis, transexuais e transgêneros. Dados disponíveis em: <<http://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>>. Acesso em 10 mai. de 2017.

6 “Sorcellerie et folie” in Dits et écrits II, 1976-1988. Paris, Gallimard, 2001, p. 90. In: FOUCAULT, Michel. Do governo dos vivos. Curso no Collège de France, 1979-1980. (aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980). São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

Nesse contexto, a transexualidade e travestilidade têm sido temas de grande repercussão mundial, gerando debates sobre os direitos das pessoas travestis e transexuais e leis de amparo à comunidade LGBTT. Identifica-se cada vez mais movimentos, associações, grupos de enfrentamento formados por pessoas trans e travestis, proporcionando novos diálogos.

Nesse sentido, Leite Jr. (2008) esclarece que,

[...] os conceitos de travesti e transexual, mesmo sendo constantemente confundidos e misturados, inclusive com a prostituição, seja pela mídia[...], pela cultura popular ou por racionalizações burocráticas, evocam, pelo viés científico e jurídico, a moralização dos antigos “monstros sexuais”, separando-os em perigosos e inofensivos. Mas, apesar de muito desta diferenciação ser embasada pelo discurso médico, ela é usada também como instrumento de distinção social nos embates cotidianos entre as próprias pessoas assim classificadas. (LEITE JR, 2008, p. 210).

A projeção deste trabalho busca reunir diálogos de/com essas pessoas, trazendo à tona as possibilidades de resistência e enfrentamento dos modos de sujeição. As rotas de fuga permitem enxergar as pessoas travestis e trans de outras formas, a partir da interação com o mundo, vendo nestes indivíduos a afirmação de um corpo transformacional, fugindo da noção de um corpo aprisionado pelo biopoder.

Para tanto, o conjunto teórico escolhido, as reflexões suscitadas pelos estudos *queer* e, principalmente, as autoras travestis e trans que compartilham suas produções, auxiliaram na reflexão das vivências e trânsito entre gêneros e na compreensão de como a transexualidade foi experienciada pelas pessoas desta pesquisa. Assim, trouxemos à tona a norma e as relações de poder, que possibilitam também expor os modos de resistência e construção de outras realidades.

Meu interesse pela comunidade trans e travestis surgiu em 2004, quando iniciei o trabalho de direção artística em uma casa de eventos noturnos voltados ao público LGBTT em uma cidade do interior de São Paulo. No começo, minha aproximação com pessoas travestis e transexuais se deu pelo meu interesse em me aproximar e curiosidade em conhecer mais sobre suas trajetórias e como aconteceu o processo de reinvenção de cada uma. Com o passar dos anos, envolvi-me mais com esses grupos, pois os eventos nos quais trabalhava eram pensados com o intuito de atrair essa comunidade. Conquistei várias amizades com pessoas trans, com as quais mantenho uma relação próxima até hoje.

Em 2011, o assessor da Diversidade da Secretária do Município de Araraquara/SP fez o convite para acompanhá-lo em um debate na Câmara dos Vereadores, na

ocasião dois políticos e um grupo de cidadãos estavam discutindo sobre a prostituição de pessoas transexuais e travestis nas ruas da cidade. Nessa ocasião, pude conversar com cada uma, conhecendo suas particularidades e percebi que, de maneira geral, a educação escolar foi abandonada por elas durante o processo de reinvenção.

Os motivos apresentados para o abandono escolar nas narrativas eram bem parecidos: discriminação e preconceito dos(as) colegas e até mesmo dos (das) professores(as) e outros(as) profissionais da escola; o uso do banheiro era também um conflito constante entre elas; além da rejeição que sentiam na escola, e em casa não encontravam o apoio da família.

A partir dessa experiência, compreendi que não existiam muitas oportunidades e recursos de sobrevivência para pessoas transexuais e travestis além da prostituição, pois não tiveram acesso à educação escolar e, algumas delas, nem o apoio familiar. Tinham as portas fechadas do mercado de trabalho e não existiam recursos e alternativas práticas para que essas pessoas abandonassem a prostituição.

Ingressei na Licenciatura em Pedagogia no ano de 2011 e, durante a graduação, a temática de gênero sempre me interessou e busquei estudá-la, aprofundando-me nesse assunto. No primeiro semestre de 2014, no contexto da disciplina “Estágio Supervisionado em Administração Educacional (Ensino Fundamental e Médio)” realizei junto com colegas da sala um projeto sobre Sexualidade e Educação Sexual com o sétimo, oitavo e nono ano do Ensino Fundamental II, na escola estadual “Ary Pinto da Neves”, na cidade de São Carlos/SP. Nessa ocasião, percebi a necessidade de discussões sobre a temática de gênero e sexualidade na educação escolar para quebrar estereótipos, preconceitos e a LGBTTfobia.

Ainda inserido na universidade, no primeiro semestre de 2015, ajudei a organizar uma aula aberta na Semana da Educação da UFSCar. Nesta ocasião, organizamos uma roda de conversa com quatro mulheres e dois homens trans para discutir os caminhos da transexualidade. O diferencial desse evento era que essas pessoas transexuais vinham de fora da instituição e era como se estivessem sendo percussores da conquista de um novo espaço, onde quem está de fora também poderia se manifestar e contribuir com suas experiências e conhecimentos dentro da universidade.

Depois de cinco anos de graduação, encerrei tal percurso com Trabalho de Conclusão de Curso⁷ (TCC), no qual discuti questões ligadas ao público LGBTT, em especial a comunidade trans com o texto intitulado “O Programa Transcidadania e o direito à educação

⁷ SOBRINHO, Paulo Ribeiro dos Santos. O Programa Transcidadania e o direito à educação de pessoas travestis e transexuais. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Pedagogia. UFSCar, São Carlos:2015.

de pessoas travestis e transexuais”. Este trabalho foi muito significativo para minha formação, pois realizei uma pesquisa bibliográfica e de campo acerca do Programa Transcidadania⁸ da Prefeitura da cidade de São Paulo. Apresentei as contribuições desse programa para a efetivação do direito à educação de pessoas travestis e transexuais, com a ressalva de que era ofertado para um pequeno número de beneficiárias.

Após a graduação em Pedagogia, continuei a pesquisa sobre e com a população LGBTT, pois haviam perguntas que me intrigavam. Nesse sentido, essa pesquisa e dissertação objetivou reunir vivências que permearam a infância, a juventude e a vida adulta de pessoas travestis e transexuais, seja no contexto escolar ou fora dele. Esta investigação adotou uma abordagem qualitativa, utilizando-se das técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e de campo e, como procedimento metodológico, foi aplicado um grupo focal e realizadas entrevistas semiestruturadas. Realizado um grupo focal com pessoas transexuais no primeiro semestre de 2016 e entrevistas com 11 pessoas travestis e transexuais residentes na cidade de São Paulo, em abril de 2017, que serão apresentadas no percurso do texto.

Em maio de 2016, foi gravado um vídeo, dentro de uma casa noturna, na qual eu trabalhava organizando eventos em Araraquara. Tive o apoio de outros profissionais do local que me auxiliaram da gravação até a edição⁹. O vídeo completo ficou com 96 minutos de duração, mas pensando em uma apresentação mais compacta procurei mostrar as principais informações recolhidas e editei o vídeo para 40 minutos, e é com esse vídeo já editado que realizo este trabalho. As pessoas travestis e transexuais que participaram desse primeiro vídeo já tinham ciência do eixo temático e de minhas ideias em trabalhar com questões ligadas à transexualidade e travestilidade. Tais pessoas foram fundamentais para que este trabalho se materializasse, por isso cito e apresento aqui cada uma delas utilizando nomes fictícios para preservar suas identidades. Esclareço que as idades escritas são referentes ao ano em que foi gravado o vídeo, 2016.

Angel: mulher trans, 35 anos. Nossos primeiros encontros aconteceram quando comecei a frequentar espaços noturnos no interior de São Paulo. O convite para participar do vídeo partiu dos diálogos mantidos ao telefone sobre a temática trans.

⁸ O Programa Transcidadania da prefeitura de São Paulo foi criado pelo Decreto 55.874 de 29 de janeiro de 2015 e sancionado pelo Prefeito Fernando Haddad. O Programa objetivou promover oportunidades de vida para travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social. Com elevação da escolaridade e qualificação profissional desse público, com bolsa mensal no valor de R\$ 840,00 reais, em atividades de 30 horas semanais durante dois anos, com módulos semestrais.

⁹ Direção de Andre Rodrigues e Lune Cinrán Kim Chi; gravação de Lune Cinrán Kim Chi e edição de Andre Rodrigues.

Tábata: mulher trans, 34 anos. Conhecemo-nos por meio do meu trabalho na boate. Contatei Tabata para apresentar seu show de transformismo em uma das festas que organizei. Após alguns anos, em uma das visitas em seu apartamento na cidade de São Paulo e durante uma conversa informal, surgiu a ideia desse vídeo e o convite para que ela participasse da gravação.

Vani: mulher trans, 25 anos. Acompanhei seu processo de reinvenção, moramos no mesmo bairro e o convite para gravar aconteceu durante uma conversa em sua casa quando eu expus as ideias deste trabalho.

Lana: travesti, 39 anos. Conhecemo-nos durante o seu processo de reinvenção e o convite para gravar aconteceu em seu ateliê de costura, enquanto Lana compartilhava comigo a história de duas crianças transexuais do seu bairro, que já estavam se prostituindo aos dez e doze anos e a quem a família tinha abandonado. Lana, junto com outras pessoas do seu bairro em Américo Brasiliense, estavam se unindo para ajudar de alguma forma na sobrevivência dessas crianças.

Junia: travesti, 23 anos. Conhecemo-nos na boate onde eu trabalhava de que Junia era cliente. O convite para gravar aconteceu na casa em que ela mora com outras travestis e trans e que também trabalham em Araraquara. Nesta casa, pessoas transexuais e travestis dividem as despesas e trabalham com a prostituição na cidade. Sempre quando tem algum aniversário ou comemoração na casa, sou convidado e recebido com muita atenção por elas. Dessas reuniões informais, surgiram muitos diálogos ricos, com os quais aprendi e conheci sempre mais.

Mei: 30 anos, transexual. Fomos apresentados na primeira contratação do seu show como transformista e fui seu último namorado antes de sua reinvenção. O convite para gravar foi em minha casa, quando ela veio para mais uma apresentação do seu show na boate.

Com os homens trans que participaram do vídeo a aproximação foi mais recente:

Guto: homem trans, 21 anos. Mesmo já tendo o visto em alguns lugares pelas noites de Araraquara, nosso primeiro diálogo aconteceu há uns três anos em um encontro da militância LGBTT e, logo depois, em um concurso que elegeu a Miss Trans Araraquara, quando fomos apresentados por um amigo em comum e este, naquele momento, trabalhava como secretário da diversidade pelo município. O que me incitou a convidar Guto para o vídeo foi o seu envolvimento com a causa e sua articulação e disposição em colaborar com qualquer ação que beneficie sua comunidade.

Lauro: homem trans, 19 anos. Antes de conhecê-lo pessoalmente há dois anos, já sabia um pouco de sua história por meio de amigos em comum que a compartilhavam

buscando ajudar Lauro em suas dificuldades. Por ser um homem trans e que na época tinha um relacionamento com uma travesti, sofria um preconceito dobrado por sua identidade de gênero e sexualidade expostas a uma sociedade preconceituosa, começando pela família. Meu primeiro diálogo com Lauro foi em uma reunião da Secretária da Diversidade de Araraquara, na qual ele também é um grande colaborador ao relatar suas e demais experiências e lutar por mais dignidade para pessoas transexuais e, desde então, pude acompanhar seu trabalho junto à Secretaria nos últimos anos. O convite para participar do vídeo aconteceu por intermédio de um amigo, que naquele momento era o secretário da diversidade do município e nos apresentou e formou essa parceria.

Foi conhecendo cada uma dessas pessoas, que pude compreender melhor enquanto homem, gay e classificado como cisgênero¹⁰, como se dá a existência e se sustenta a travestilidade e transexualidade. O desabrochar da travestilidade e transexualidade não é um processo simples, tendo em vista que a sociedade não o aceita tão facilmente quanto a cisgeneridade foi assim que convivendo com essas pessoas pude contemplar.

Pude presenciar a manifestação da pluralidade de sexualidades libertas e acessíveis que ainda são julgadas pela sociedade como pecado, leviandade, proibição e aberração, um julgamento equivocado, que sufoca a comunidade trans pelas ações de preconceito e discriminação, mas que não impedem essas pessoas de desfrutarem dos prazeres de serem e de existirem sem se prenderem às regras socioculturalmente produzidas por um sistema heteronormativo.

Foucault (1995) aponta uma possibilidade nova, de pensar a partir do poder e da liberdade, em um jogo, no qual as resistências surgem (“onde há poder há resistência”), como forma de ação:

O poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto livres, - entendendo por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se de uma relação física de coação) – mas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar. (FOUCAULT, 1995, p. 244).

A heteronormatividade vai sendo vencida por essas vidas que tomam o poder de decidir sobre seus próprios corpos, em ser o que de fato as completam e as realizam, fugindo

10 O termo “cisgênero é um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, pessoas não-transgênero (JESUS, 2012).

das intimidações e imposições sociais. Uma força de lutas e conquistas é apropriada crescentemente entre a comunidade de travestis e transexuais, potencializando essas pessoas a resistirem cada vez mais na luta por seus espaços, na conquista por liberdade para as escolhas e vontades, direito de usufruírem de suas sexualidades satisfatórias e prazerosas, essas são algumas fortes razões que sustentam a existência da comunidade trans e servem de estímulo na construção deste trabalho.

A sexualidade age como uma ferramenta que potencializa essas vidas, Foucault (1988) aponta que:

A implantação das perversões é um efeito-instrumento: é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas. E, nesse avanço dos poderes, fixam-se sexualidades disseminadas, rotuladas segundo uma idade, um lugar, um gosto, um tipo de prática (FOUCAULT, 1988, p. 54).

As paixões e os afetos permanecem, portanto, sendo configuradas como forças transgressivas, representando o que é passível de ser expurgado por nossos sistemas de pensamento. Entende-se, então, porque Foucault em seus trabalhos finais tomou a sexualidade e os sistemas de verdade e conhecimento que a acompanham como um eixo vital dos processos de subjetivação.

Com o conhecimento produzido pelo primeiro vídeo e pela continuidade da pesquisa, um dado se evidenciou nos levantamentos feitos, pois a maioria das travestis e transexuais recorre à prostituição como recurso de sobrevivência. Essa afirmação trouxe um interesse maior em entender o que aconteceu com essas infâncias? Por que a prostituição é o principal meio de sobrevivência entre pessoas travestis e transexuais? Essas foram questões que me levaram a me aprofundar no campo dessa pesquisa.

Tabata, que participou do primeiro vídeo, dividia o apartamento com uma pessoa trans que trabalha na prostituição em São Paulo, Lara. Entre minhas idas e vindas para lá sempre me hospedei em seu apartamento e com o tempo me tornei amigo de Lara também. Todos os questionamentos e interrogações sobre a prostituição ligada à transexualidade foram para Lara em primeiro momento.

Conhecia algumas mulheres trans e travestis que também se prostituíam em Araraquara, mas não tinha a mesma liberdade de diálogo que tenho com Lara. Duas vezes por mês, pelo menos, viajei para São Paulo, pelos trabalhos que surgiam, sempre algum motivo me levou para essa cidade. Essa minha frequência em São Paulo, foi um incentivo para aceitar o

convite de Lara em acompanhá-la nas ruas que costuma ficar para se prostituir e aproveitei para conhecer outras pessoas que também trabalham nessas ruas e saber um pouco mais sobre a profissão.

Durante quase dois meses que fui a São Paulo semanalmente, passava na rua para ficar um pouco com Lara, nem que fosse até o tempo de um cliente encostar, conversava com algumas travestis e trans com os quais fui adquirindo afinidade e, às vezes, tomava até uma cerveja enquanto batia papo, depois ia embora porque elas precisavam trabalhar. Foi fazendo novas amizades e conquistando este espaço tão concorrido por elas, que tive a ideia de gravar um segundo vídeo.

Numa das noites que fui novamente para rua, contei minha ideia para Lara e algumas mulheres que estavam ali. No primeiro momento, elas ficaram mudas me olhando, mas logo depois começaram com alguns questionamentos e até sugestões. Ficou então decidido que o vídeo se concretizaria, mas para minha segurança e o sucesso da gravação seria melhor que eu me passasse por uma delas, para não dar o ar de imprensa naquela região e, principalmente, naquele horário, onde não acontece só a prostituição, mas a cafetinagem, junto com o vandalismo e o tráfico de drogas também. Concordei com todas as sugestões e agendamos a gravação para dali duas semanas e, como combinado, aconteceu.

Enquanto na primeira parte da pesquisa consistiu em realizar um grupo focal, na segunda parte da pesquisa, planejamos fazer entrevistas individuais em São Paulo. Nessa etapa, pude acompanhar de perto a vida de transexuais e travestis que se prostituem nas ruas de São Paulo, e confesso que não encontrei ali mulheres farrapos e nem tive uma impressão negativa de tudo o que vi. Muito ao contrário do que pensava, encontrei pessoas dispostas, que dançavam, sorriam e compartilhavam suas experiências e sonhos, que não vivem carregando a exclusão da sociedade como um motivo para desacreditar na vida.

Elas encontram uma forma de resistir, de vencer um poder opressivo e, dentro desta resistência, erguem-se novas formas de vidas que positivam e sustentam o existir dessas pessoas, a partir da resistência em uma espécie de poder da vida contra o poder sobre a vida, produzem forças empoderadas que servem de combustível e fonte de energia para tais existências.

Para Foucault (1988):

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações

forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas, ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1988, p. 100-101).

A expectativa das pessoas que se dispuseram a colaborar com esta pesquisa é que ela auxilie futuros estudos relacionados aos temas da infância, educação, travestilidade e transexualidade, pensando tanto em mulheres como em homens. Desejamos que este texto produza novos questionamentos e, acima de tudo, que os profissionais da área educacional, possam rever os valores produzidos e reproduzidos em suas falas e ações. A intenção da pesquisa não é apenas registrar o que narram sobre suas infâncias, mas também contribuir, a partir da reflexão científica, sobre a possibilidade de novos modos de viver as inúmeras identidades e sexualidades.

Trans-caminhos

A abordagem metodológica que utilizamos para a pesquisa foi a etnografia e percursos de vida, pautada na ideia de Foucault ao indicar que a autobiografia, biografia, psicobiografia, história de vida e o testemunho pessoal se tornariam moda nas ciências humanas, uma vez que o ocidente tornou-se uma sociedade confessional, desde a Idade Moderna. Aí reside a ideia de sujeito como construção social e política com implicações morais, éticas e estéticas (FOUCAULT, 1995), o que acentua, ao mesmo tempo, sua potência: criação, consciência, identidade, controle e dependência (GONÇALVES, 2012).

Nosso intuito foi garantir que todas as pessoas envolvidas, no decorrer da pesquisa, fossem reunidas como produtoras de conhecimentos, pois todas têm seus corpos, múltiplos, são pessoas políticas, sociais e culturais. Logo, utilizamos ferramentas como grupo focal, entrevistas, produções audiovisuais de narrativas e observação participante, esses foram os instrumentos para esse trabalho e elaboração dos conhecimentos nesse texto.

Tanto as relações e vínculos estabelecidos com travestis e transexuais no reconhecimento de suas histórias, quanto delas como pesquisadoras de suas vivências, e os contatos no decorrer das experiências da pesquisa, embasaram-se na premissa de que:

A construção de tais vínculos envolve a criação coletiva e partilhada de sentido, o que implica não só a possibilidade de colocação das questões que são próprias dos diversos atores envolvidos, mas também a abertura aos efeitos dos encontros que ali se estabelecem, pois, é certo que os pesquisadores

e os participantes possuem interesses, concepções e avaliações diferentes quanto ao que tem lugar no processo da pesquisa (KASTRUP; PASSOS e TEDESCO, 2014, p. 68).

Tendo em vista que nossa discussão trata das experiências corporais e subjetivas de pessoas transexuais, optamos por apoiar nosso texto em autores como Michel Foucault, Judith Butler e Paul B. Preciado, estas duas últimas leitoras de Foucault. Utilizamos também autoras trans: Lanz (2014), Andrade (2015), Reidel (2011), buscando assim responder nossas questões de pesquisa. Para tanto, partimos de uma abordagem qualitativa, fundamentando-se no campo da investigação etnográfica:

[...] cabe assinalar que o método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. Ademais, não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento (MAGNANI, 2002, p.17)

Nossa perspectiva foi construir as questões de pesquisa a partir dos debates realizados com pessoas transexuais. Utilizamos como norte as infâncias desses indivíduos no contexto escolar, entretanto os elementos que surgiram nos debates também foram considerados nas discussões. Como objetivos específicos elencamos: reunir relatos, vivências, experiências de pessoas travestis e transexuais; compreender como se deu suas experiências no interior da escola; e como ocorrem as resistências desses indivíduos na sociedade.

A hipótese de pesquisa fundamenta-se na noção de resistência, tendo em vista que tais vidas, aqui reunidas, não são apenas fruto de uma realidade imposta a elas, mas resistem e reinventam-se em todos os momentos, positivando suas existências. Foucault afirma que “não existe, com respeito ao poder, uma alma da revolta, foco de todas as rebeliões”, mas “sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder” (1988, p.91).

Alvim (2009) destaca que:

Segundo Foucault, se o poder existe numa rede vasta e multiforme de relações, os pontos de resistência também se apresentam como multiplicidade ou como “focos”. Tais pontos são o outro termo das relações de poder, o que não quer dizer que estejam fadados ao fracasso. Ao menos nesse momento do

pensamento de Foucault, as resistências apresentam-se como pontos e nós irregulares que se distribuem com maior ou menor densidade no jogo relacional com o poder. Podem provocar levantes radicais, rupturas profundas, mas é mais comum serem pontos transitórios, móveis e precários. (p.83).

Assim, notamos que a resistência se move pelos lados, desterritorializando-se e reterritorializando, em um e outro estrato, enquanto o poder constituído é obrigado a permanecer no plano da totalidade. (ALVIM, 2009):

Nesse estrato, a resistência é compreendida enquanto fluxo desterritorializante não pode ser tomada como simples enfrentamento fragmentário ou foco de luta contra os mecanismos de poder, pois, em certo sentido, são os mecanismos de poder que oferecem “resistência” aos movimentos de desterritorialização. Se quisermos retomar o jargão marxista, diríamos que o desejo, as desterritorializações e também as resistências, estão do lado da infraestrutura, eles a investem, fazem parte dela, contra eles o poder age, em um movimento secundário, de forma organizadora: há, portanto, uma organização do poder. (ALVIM, 2009, p.86).

Para a coleta inicial dos dados foi utilizado um grupo focal, (realizado no primeiro semestre de 2016) composto por seis mulheres e dois homens transexuais, as gravações do grupo focal foram transcritas e seus conteúdos agrupados em categorias: infância, educação e prostituição. Buscou-se identificar temas que evidenciem atitudes, opiniões e valores encontrados nos dados coletados referentes aos aspectos da transexualidade no período da infância, em contexto escolar.

A segunda coleta de dados foi realizada em abril de 2017, e foram utilizadas como ferramenta entrevistas individuais, compreendidas na perspectiva de Silveira (2007) como um diálogo induzido entre entrevistador/entrevistado/a, cada um/a representando um papel. Buscou-se levantar dados significativos/representativos dessas identidades e suas infâncias.

Esse não foi um processo mecânico ou simplesmente de cunho acadêmico. Bem antes de começar a coleta de dados ou de assumir o papel de entrevistador, através dessas pessoas entrevistadas e as demais que não fizeram parte desse trabalho, pude desconstruir em vários momentos o que a sociedade me impunha como “normal” e certo, pude ser liberto diversas vezes por essas vidas e suas histórias, o que socioculturalmente foi engendrado durante toda minha existência, em cada aproximação e laços criados com essas pessoas fui destruindo estereótipos e enfrentando conflitos comigo mesmo.

Dessa forma, foi como viver a vida toda no quintal de casa por fraqueza e num determinado momento novas forças abrem o portão e começo a caminhar pelas ruas, vou a

lugares nunca imaginados e descubro que aquele quintal em que vivia era pequeno demais para a vontade que minhas pernas tinham em caminhar.

Faço uso do sentido figurado para expressar o quanto foi significativo e amplo os contatos e amizades que construí em meio a elaboração dessa pesquisa. Mesmo as pessoas relâmpagos que por mim passaram durante esse processo, de alguma forma, demonstraram suas forças e encorajamento o que individualmente motivavam suas lutas e as punham de pé todos os dias, esses movimentos e suas positivities me motivaram escrever este trabalho.

Entramos em contato com diversas mulheres trans e travestis pelas ruas de São Paulo, e as convidamos para participarem de nossa pesquisa, explicando-lhes os objetivos do trabalho e solicitando permissão para gravar nosso diálogo. Evidenciando mais o GRUPO FOCAL criado, entrevistamos pessoas travestis e transexuais de diferentes estados brasileiros, residentes na cidade de São Paulo; reunimos falas que evidenciem vivências, lembranças, resistências e sonhos que permeiam a travestilidade e transexualidade em diferentes períodos destas vidas.

As gravações das entrevistas foram transcritas e seus conteúdos agrupados em categorias que surgiram nas falas dessas pessoas, como: infância, transformação, prostituição, família e escola. Utilizamos nome fictícios para preservar a identidade das pessoas participantes da pesquisa.

Quadro 1 – Travestis e trans entrevistadas – Abril 2017 – São Paulo

	NOME	CIDADE DE ORIGEM	REINVENÇÃO
1	ANA	ALFENAS – MG	Aos 13 anos
2	LIA	BELÉM – PA	Aos 10 anos
3	ARIEL	MANAUS-AM	Aos 14 anos
4	ELIS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS- SP	Aos 12 anos
5	EVA	MACEIÓ-AL	Aos 4 anos
6	BIA	RIO DE JANEIRO- RJ	Aos 14 anos
7	LARA	LONDRINA-PR	Aos 7 anos
8	MILA	SÃO PAULO- SP	Aos 14 anos
9	NINA	BELÉM -PA	Aos 12 anos
10	DORA	PORTO ALEGRE- RS	Aos 10 anos
11	RITA	ARAÇATUBA-SP	Aos 16 anos

Fonte: Paulo Ribeiro dos Santos Sobrinho, (2017)

As inquietações que nortearam esta pesquisa foram: Quais são as narrativas das vivências dentro e fora da escola que trazem as pessoas travestis e transexuais? Quais os relatos dessas pessoas sobre a prostituição?

Para responder estas questões, o corpo deste trabalho foi dividido em três capítulos, que complementam a estrutura e a compreensão lógica da pesquisa.

Na Introdução, apresentou-se os caminhos que nos levaram ao tema e à construção da pesquisa, além da apresentação dos percursos metodológicos utilizados e o perfil das travestis e transexuais participantes do estudo, bem como os dados das 11 entrevistas realizadas.

O Capítulo 1 refere-se aos sujeitos de pesquisa, com uma revisão de literatura, apresentando concepções sobre as questões identitárias, de gênero e, especificamente, sobre a travestilidade e transexualidade.

No Capítulo 2, são apresentadas as narrativas de vivências escolares das pessoas trans disponíveis na literatura acadêmica recente.

O Capítulo 3 apresenta as vivências, relatos e memórias de pessoas travestis e transexuais desta pesquisa.

Já no Capítulo 4, foram analisamos os documentos ligados à educação escolar que citam em algum momento da história da educação brasileira, questões de gênero e sexualidade.

E o último capítulo, destinou-se às considerações finais da pesquisa, apresentando os principais resultados obtidos e possíveis caminhos para futuros estudos.

1. TRANS-SUJEITOS

Para Foucault, não existe um “sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito”, mas sim a noção de que “o sujeito se constitui por meio das práticas de assujeitamento, ou de uma maneira mais autônoma, através das práticas de liberação, de liberdade [...] de um certo número de regras, estilos, convenções que se encontra no meio cultural” (FOUCAULT, 2004, p.291). Bento esclarece que,

[...] a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero. Essa definição se confronta com a aceita pela medicina e pelas ciências psi que a qualificam como uma “doença mental” e a relaciona ao campo da sexualidade e não ao gênero. Definir a pessoa transexual como doente é aprisioná-lo, fixá-lo em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para seus conflitos, perspectiva divergente daqueles que a interpretam como uma experiência identitária (BENTO, 2017, p.10)

Já sobre sujeitos trans, Henry Benjamin é a primeira referência conceitual sobre a transexualidade, com a publicação do livro “O fenômeno transexual”, em 1953. A transexualidade e as diversas experiências de gêneros apontam que não estamos presos em nossas estruturas corpóreas. Alguns corpos escapam, colocando em risco as normas de gênero e revelam possibilidades de transformação dessas normas. Essa fuga dos corpos-sexuados é marcada por dores, conflitos e medos:

A transexualidade não é uma experiência identitária a histórica, ao contrário, revela com toda dor e dramaticidade os limites de uma ordem de gênero que se fundamenta na diferença sexual. Quando se retira o conteúdo histórico dessa experiência, apagam-se as estratégias de poder articuladas para determinar que a verdade última dos sujeitos está no seu sexo. A transexualidade é uma das múltiplas expressões identitárias que emergiram como uma resposta inevitável a um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção de sujeitos “normais/anormais” e que localiza a verdade das identidades em estruturas corporais (BENTO, 2017, p. 14).

As pesquisas e estudos relacionados com as questões de gênero e sexualidade vêm tomando grandes proporções nas últimas décadas no cenário brasileiro. Castells (2002) aponta que essas reflexões são resultado de lutas e reivindicações de múltiplos atores em nossa sociedade, como os movimentos negros, LGBTT e, principalmente, os movimentos feministas. Este trabalho, ao citar o conceito de gênero, faz referência às considerações de Butler (2014):

Gênero não é exatamente o que alguém “é” nem é precisamente o que alguém “tem”. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. (BUTLER, 2014, p.253).

No que se refere ao uso do termo transexual no Brasil, como sinalizam alguns autores (BENTO, 2006; LEITE JR., 2008; TEIXEIRA, 2009; ARÁN & MURTA, 2009), a sua disseminação começa a acontecer a partir do final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, fomentando debates midiáticos e acadêmicos. Nos últimos anos, a travestilidade e a transexualidade também se tornaram foco de estudos de gênero, voltados para legitimação dessas identidades.

Bento (2017) ressalta:

Utilizo sem receio as expressões “parece-me”, “talvez” porque ao definir transexualidade como uma experiência identitária me remeto para o campo da contingência, da dúvida. A identidade é um processo tenso, aberto, marcado por disputas com alteridades que queremos eliminar e por outras que desejamos (BENTO, 2017, p. 55).

Benedetti (2005) afirma que dentro da categoria trans, podemos considerar todos aqueles que rompem com as fronteiras do sistema binário e alinhamento corpo-gênero-sexualidade e se auto definem como travestis, transexuais e transgêneros. Esses indivíduos trans caminham sobre bases movediças, sendo pressionados pela sociedade para assumirem uma definição identitária fixa.

A transexualidade entendida como um “transtorno de identidade de gênero” é resultado de um conjunto de saberes que, por meio de práticas de poder, estabeleceram sobre os corpos, o sexo e sexualidade uma organização conceitual e prática que legitimou a transexualidade como um fenômeno por excelência, do âmbito médico, principalmente psiquiátrico.

Pelúcio (2006) afirma que:

As travestis são pessoas que nascem com o sexo genital masculino (por isso a grande maioria se entende como homem) e que procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente sancionado como feminino, sem, contudo, desejarem extirpar a genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos. Via de regra, as travestis gostam de se relacionar sexual e afetivamente com homens, porém, ainda assim, não se identificam com os homens homo-orientados (PELÚCIO, 2006, p.524-525).

Assim, ser travesti é um processo, construindo e cuidando do corpo, afinando traços, bronzeando os corpos, usando roupas de mulheres glamorosas, adotando nomes de atrizes e musas *hollywoodianas* ou cantoras *pop* (PELÚCIO, 2005).

A travestilidade e a transexualidade é uma definição que, primeiramente, é reconhecida e denominada pelo próprio indivíduo, para depois entrar as classificações que precisam existir para estar em sociedade. Esse rompimento com o controle homem e mulher, que foi uma classificação geral por muito tempo, e ainda é marcador e fundador social, transforma esses novos grupos e gêneros em verdadeiras ameaças as regras e ao sossego em defesa da sociedade (FOUCAULT, 1999).

Dialogando com Foucault e o dispositivo da sexualidade, Bento (2006) discute o dispositivo da transexualidade, abrangendo o aglomerado de saberes (como a medicina, a psicologia e a psicanálise) que elaboraram verdade da transexualidade, instituindo quem pode (ou não) ser reconhecido como um “transexual verdadeiro”, para assim patologizar essa experiência.

A transexualidade deve ser observada como um dos mais recentes desdobramentos do dispositivo da sexualidade, passando a se constituir como um dispositivo específico, que se encontra em pleno período de operacionalização, com a organização crescente de comissões ou projetos vinculados a hospitais visando a “tratar” os “disfóricos de gênero” (BENTO, 2006, p. 112,113).

Ainda são perceptíveis as invisibilidades dessas populações em diversos espaços sociais. Essa invisibilidade vai desde a inexistência de leis que reconheçam e respeitem essas identidades, até a não-criminalização da transfobia. A transexualidade é caracterizada quando a genitália não coincide com a identidade de gênero do indivíduo, podendo ocorrer conflitos entre corpo, sexualidade e identidade de gênero. Este discurso genitalista, que compreende o ser homem e o ser mulher a partir de sua genitália, é um discurso biomédico que considera qualquer ruptura do padrão cisnormativo¹¹ uma experiência patológica tão logo, classificando-a como um transtorno.

Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), as pessoas transexuais têm Transtorno de Identidade Sexual. Em 2013, o Manual Diagnóstico e Estatístico

¹¹ Sistema Cisnormativo: exige a correspondência entre homem/pênis e mulher/vagina, além de uma encenação fidedigna das performances hegemônicas de gênero.

de Transtornos Mentais (DSM-V) substituiu o termo Transtorno de Identidade de Gênero por Disforia de Gênero.

Arán (2006) aponta que desde o século XIX, o discurso médico, fundamentado sobretudo na “heteronormatividade” e no binarismo de gênero, tem normatizado as condutas sexuais e as expressões de masculinidade/feminilidade em parâmetros de saúde/normalidade ou doença/anormalidade. A autora esclarece que há identidades de gênero que são consideradas falhas do desenvolvimento, ou impossibilidades lógicas, porque não se moldam às normas da inteligibilidade cultural vigente.

Bento (2014) afirma que:

A pessoa trans que aparece nos documentos oficiais como um “transtornado” ou disfórico, é uma ficção e desconstruí-la significa escutar as vozes dos sujeitos que vivem essa experiência e que, em última instância, foram os grandes silenciados. Os corpos das pessoas trans e não trans são fabricados por tecnologias precisas e sofisticadas que têm como um dos mais poderosos resultados, nas subjetividades, a crença de que a determinação das identidades está inscrita em alguma parte dos corpos (BENTO, 2014, p.62).

Para Lanz, a questão se apresenta como,

A crença é que a natureza, através da biologia, particularmente da genética, encarregou-se de inscrever no cérebro da pessoa que nasce com um pênis todo o complexo enredo da masculinidade (ou o enredo da feminilidade no cérebro de quem nasce com uma vagina). A hipótese é que existe um “cérebro feminino”, uma “cabeça de mulher”, assim como um “cérebro masculino” ou uma “cabeça de homem”. Esses cérebros, por sua vez, por algum “desvio da natureza”, poderiam vir em “corpos invertidos”, ou seja, cérebros “naturalmente” masculinos em corpos de fêmeas ou naturalmente femininos em corpos de machos (LANZ, 2014, p. 208).

Assim, somos educados(as) homens e mulheres como seres que existem na coerência e normatividade entre sexo-sexualidade-gênero. Naturalizando o socialmente construído, pois os papéis de gênero e os significados das sexualidades são invenções humanas, reproduzidos e endossados por produções acadêmicas da psicologia e medicina. Ocorre, assim, a naturalização das categorias menino/menina, homem/mulher, macho/fêmea, heterossexual/homossexual, legitimando a exclusão de alguns sujeitos. Embora haja divergências teóricas sobre os dispositivos sexo, gênero e sexualidade Bento (2006) ressalta que:

As divergências teóricas não são impedimentos para se considerarem tais saberes como partes estruturantes do dispositivo da transexualidade. O dispositivo não é algo homogêneo; seus saberes internos formam um conjunto

heterogêneo, que busca sua eficácia por vários caminhos (BENTO, 2006, p. 136).

Nesse sentido, Siqueira (2006) destaca que:

A norma de gênero repete que somos o que nossas genitálias informam. Esse sistema, fundamentado na diferença sexual, nos faz acreditar que deve haver uma concordância entre gênero, sexualidade e corpo. Vagina-mulher-emoção-maternidade-procriação-heterossexualidade; pênis-homem-razionalidade-paternidade-procriação-heterossexualidade. As instituições estão aí, normatizando, policiando, vigiando os possíveis deslizos, os deslocamentos. Mas os deslocamentos existem. (SIQUEIRA, 2006, p. 13).

Repensando a categoria gênero, Butler (2003, p. 25) sugere que "o gênero pode ser considerado como um meio discursivo e cultural, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura" e que "não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é, performativamente, produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero" (BUTLER, 2003, p. 48).

Bento (2014) afirma que:

O gênero só existe na prática, na experiência, e sua realização se dá mediante reiterações cujos conteúdos são interpretações sobre o masculino e o feminino em um jogo, muitas vezes contraditório e escorregadio, estabelecido com as normas de gênero. O ato de pôr uma roupa, escolher uma cor, acessórios, o corte de cabelo, a forma de andar, enfim, a estética e a estilística corporal, são atos que fazem o gênero, que visibilizam e estabilizam os corpos na ordem dicotomizada dos gêneros (BENTO, 2014, p.60).

Logo, o sistema heteronormativo retroalimenta-se da lógica binária dos gêneros, e é desta lógica que nasce a necessidade de controlar ideologicamente as tecnologias pedagógicas da escola e, mais amplamente, da cultura. Assim, todos os dias somos ensinados como devemos avaliar, classificar e hierarquizar os sujeitos, produzindo, em último caso, relações assimétricas/discriminatórias, como a homofobia. Bento (2011) afirma que

Essas verdades são repetidas por diversos caminhos, por várias instituições. A invisibilidade é um desses mecanismos, e quando "o outro", "o estranho", "o abjeto", aparece no discurso é para ser eliminado. É um processo de dar vida, através do discurso, para imediatamente matá-lo (BENTO, 2011, p.552).

Mundialmente, nenhuma organização de defesa dos direitos civis das pessoas trans apresentou qual é o percentual desses sujeitos dentro da população em geral, assim como,

até agora, nenhum censo oficial realizado no mundo incluiu a opção “transgênero” em seus levantamentos. A cientista e ativista transgênera norte-americana Lynn Conway (2011) estima que a população transgênera corresponda a um percentual entre 2% e 5% da população em geral, sendo que 0,2% (2 em 1000) correspondem à identidade transexual (LANZ, 2014):

A realidade é que a parcela mais expressiva da população transgênera não é a que vemos circulando por aí, e sim a que vive no armário, podendo lá passar a vida inteira, se não encontrarem coragem para se expressar em um mundo cisgênero, absolutamente hostil a qualquer identidade de gênero fora do binômio homem-mulher. São transexuais, travestis, crossdressers, andróginos, drag queens, etc., que, pelos mais variados motivos, simplesmente não se sentem em condições de se revelar ao mundo e ter que enfrentar o estigma e as punições por afrontar as normas do dispositivo binário de gênero (LANZ, 2014, p.211).

A população trans ainda vive na clandestinidade, Lanz destaca que:

Como quaisquer outros cidadãos, pessoas transgêneras também se casam, constituem famílias, têm filhos, dirigem automóveis, pagam impostos, frequentam escolas e, naturalmente, utilizam sanitários públicos. O grande problema é que, não havendo uma categoria de gênero socialmente reconhecida para acolhê-las, elas estão obrigadas a viver na clandestinidade, acintosamente excluídas do gozo pleno da cidadania a que têm direito, sendo submetidas a todo tipo de constrangimento nas situações mais triviais do dia a dia. Coisas absolutamente comuns para as pessoas cisgêneras podem tornar-se grandes dramas na vida das pessoas transgêneras (LANZ, 2014, p.217).

Todos os gêneros não-binários que transgredirem a imposição social dada no nascimento ultrapassam os limites dos polos e fluem em diversos pontos da linha que os liga, ou se distanciam dela. Ou seja, individualidades que não são exclusiva e totalmente mulher ou exclusiva e totalmente homem, mas que permeiam diferentes formas de ambiguidade, neutralidade, multiplicidade, parcialidade e fluidez em suas identificações. Bento (2012) afirma que:

A transexualidade e outras experiências de trânsito entre os gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inelegíveis, e ao fazê-lo se põem em risco porque desobedecem às normas de gênero; ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas (BENTO, 2012, p. 39).

No interior destas relações, as diversas sexualidades, sua polissemia e polimorfia foram capturadas pelo modelo biopolítico, transformando-as num espaço de controle,

disciplinarização e intervenções que se constituíram com diferentes saberes e relações de poder na sociedade. Lanz (2014) destaca que:

Há histórias e mais histórias envolvendo o constrangimento a que pessoas transgêneras são constantemente submetidas pela população cisgênera. Histórias comoventes e dolorosas, como a da travesti que foi espancada pelo pai até sangrar e ter que ser levada, semimorta, para o pronto-socorro. Ou da transexual que teve a sua cirurgia de readequação genital negada por “especialistas” do SUS, sob a alegação que o seu perfil não correspondia aos “padrões de feminilidade” exigidos pelos “protocolos de atendimento” às pessoas trans, mantidos por essa “prestigiosa” instituição, com o apoio de “movimentos organizados” (LANZ, 2014, p. 218).

Além de constrangimentos e preconceitos, Bento (2011) destaca que:

São múltiplas as violências cometidas contra as pessoas transexuais. A patologização social dessa experiência identitária talvez seja a mais cruel, pois irradia a convicção de que são pessoas inferiores. Cruzar os limites dos gêneros é colocar-se em uma posição de risco. Quando se afirma que existe uma norma de gênero, deve-se pensar em regras, leis, interdições e punições. São corriqueiras as notícias de pessoas transexuais e travestis assassinadas no Brasil sem que haja apuração e punição dos/as culpados/as. Acaba-se produzindo uma hierarquia das mortes: algumas merecem mais atenção do que outras (BENTO, 2011, p. 554).

2. VIVÊNCIAS ESCOLARES – TRANS-INFÂNCIAS

O conceito de criança surgiu a partir dos estudos de Ariès (1960), quando o historiador mostrou a emergência de um sentimento construído histórico e socialmente no século XVIII, denominado de sentimento da infância. Ariès apresentou três momentos com diferentes representações sobre as crianças: (1) da antiguidade ao século XVII – sentimento inexistente; (2) século XIII ao século XVII – criança representada como adulto em miniatura e/ou de modo sacro e angelical, surge um sentimento que diferencia as crianças dos adultos, uma “paparicação”; (3) século XVIII ao século XX – sentimento de exasperação, a criança precisa ser educada e protegida, por ser frágil e inocente. A criança é posta no centro da família nuclear, sob os cuidados e provisão dos adultos, assim se construiu um dos pilares para a infância – proteção e provisão (ABRAMOWICZ; MORUZZI, 2017, p.27).

Ocorreu, assim, uma diferenciação entre adulto e criança, e para esta definiu-se modos de se vestir, alimentar-se, de estar entre os adultos e maneiras específicas de cuidado e educação. Esta forma de se relacionar com as crianças, a especificidade construída e produzida para a criança, Ariès denomina sentimento de infância. A partir desse sentimento, construiu-se diversas modalidades de vidas para as crianças, para algumas, até um mundo à parte, pois o mundo adulto não é adequado para elas ou se deve inserir nele de maneira cuidadosa, protegida e tutelada. Começa, assim, um novo modo de controle das crianças, pela escola, pela mídia, pelos adultos, etc. (ABRAMOWICZ; MORUZZI, 2017, p.26).

A transexualidade infantil é assunto delicado, algo encoberto pela falta de informação e pelo despreparo, inicialmente, vindo dos pais/responsáveis e da escola. A infância pode ser vista por pessoas travestis e transexuais como uma fase ruim, a qual preferem anular de suas vidas, por causa do sofrimento vivido, pela imposição e confusão em não se enxergarem igual as demais crianças.

Caracterizado por um sofrimento por pertencer a um dado sexo, junto com o desejo de ser (ou insistência de que é) de outro, a transexualidade hoje vem afirmando e se posicionando perante a sociedade. A não aceitação de si mesmo pode causar na criança o sentimento de revolta, frustração e rejeição (RODRIGUES; BARROS, 2017, p. 299).

Dias (2014) esclarece que,

A infância é uma condição sobre a qual não se fala muito. O que as crianças e adolescentes sofrem nas escolas é uma verdadeira tortura psicológica. Não é coincidência que as pessoas trans no Brasil sejam em grande parte analfabetas.

Há alguma coisa nessa estrutura chamada “escola” que não suporta, que repulsa aqueles corpos (DIAS, 2014, p.493).

Nesse contexto, as experiências infantis de pessoas transexuais se deram no bojo de brincadeiras e o sentimento de pertença a outro sexo, como destaca Arán (2005):

A narrativa característica de quase todos os casos que atendemos, se faz pela descrição de uma experiência de pertencimento ao sexo oposto, ou seja, - no caso de transexuais masculinos - de uma infância vivida como menina, brincadeiras consideradas “tipicamente femininas”, preferência por companhia de meninas, vestindo-se com roupas da mãe, assim por diante. Na adolescência, sofrimento intenso pela percepção de sua situação, fuga de casa, algumas pessoas relatam tentativas de suicídio, tentativas de esconder e em alguns casos extirpar o pênis, desespero, depressão, tratamento psiquiátrico (ARÁN, 2005, p.1).

A transexualidade pode ser notada em qualquer fase de vida, porém seus traços e o diagnóstico podem ser concluídos ainda na infância. Pode ocorrer uma rejeição do corpo biológico, principalmente dos órgãos genitais, possuindo o transexual comportamentos considerados do sexo oposto. A transexualidade pode ser notada precocemente se a criança viver em um ambiente livre de preconceitos, no qual seu desenvolvimento é permitido naturalmente, sem repressões aos comportamentos ditos “inversos” aos padrões preestabelecidos socialmente (SOUSA; FERREIRA; BARROS, 2014).

O transexual masculino (sexo feminino com gênero masculino) demonstra sua condição nos atos básicos, por exemplo, não aceitar as roupas de meninas, afastar brinquedos femininos, como bonecas e casinhas, preferir as brincadeiras consideradas masculinas e a companhia de outros meninos, bem como reproduzir os gestos masculinos e suas brincadeiras. O contrário percebe-se em uma criança transexual feminina (sexo masculino com gênero feminino), reprodução do comportamento feminino, gostando de roupas e adereços característicos, às vezes, tendem a mutilar o órgão sexual, por não o aceitar e possuir aversão ao mesmo (SOUSA; FERREIRA; BARROS, 2014).

A junção de diversos relatos trans evidenciam experiências, violências e resistências desses indivíduos no contexto escolar. Muitas trans relatam discriminação e violência tanto no ambiente escolar, como fora deste, como é o caso de Marina Reidel (2011):

Uma infância sofrida, em que fui agredida na escola por colegas (meninos), que se diziam machos, e que, ao me apelidarem de Suzi ou Barbie, demonstravam claramente a rejeição e a homofobia. A agressão era constante e as apostas de quem bateria primeiro eram feitas constantemente. Além disso,

as trocas de lugares na sala de aula, para fazer a aproximação e a agressão física, eram permitidas, pois, muitas vezes, os professores fingiam não ver ou não se envolviam (REIDEL, 2011, p.127).

Vani, durante nosso grupo focal, explicitou uma vivência em sala de aula, que a despertou para a atitude da professora em relação à linguagem que utilizava:

Vani: Acho que a única vez... Hoje eu vejo que a professora era preconceituosa... Quando teve o atentado do 11 de setembro, aí surgiu todo aquele comentário de que ia ter guerra e tudo mais...e na época eu comentei dentro da sala de aula que eu não queria que meu papai fosse pra guerra. E aí ela gritou na hora, disse que se eu não falasse pai, eu ia querer sim que ele fosse pra guerra. Eu tinha que falar pai, não papai. Hoje você vê qualquer filho menino, chamando mamãe e papai. Entendeu? Acho que isso foi a única coisa que teve na minha vida e que eu só fui ter noção disso, agora, adulta. Na fase adulta (Grupo Focal, 2016).

Nesse sentido, Bento (2011) destaca que

A questão central quando se discutem trânsitos identitários é desvincular as identidades de um ponto determinante. Hegemonicamente o gênero e a sexualidade se expressam unidos. As “confusões” que uma criança faz ao misturar os dois mundos (o masculino e o feminino) são interpretadas pelo olhar atencioso das instituições, como um indicador de uma homossexualidade latente. Nessa hora, entra o controle produtor: “Isso não é coisa de menino/a!”. Controle produtor porque produz masculinidades e feminilidades. Passamos a interiorizar essas verdades como se fossem uma pele, algo que está conosco desde sempre, o que nos faz esquecer os inúmeros, cotidianos, reiterados “ensinamentos”: a sexualidade normal e natural é a heterossexualidade (BENTO, 2011, p.552).

Louro (1997) tem apresentado em diferentes pesquisas que a escola é um ambiente de intolerância e violência dirigida a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Esses estudos têm apresentado a fragilidade dos/as profissionais da educação para a abordagem educativa sobre a sexualidade nos espaços escolares. Em muitos casos, a escola apresenta-se como espaço de produção/reprodução da homofobia. Tais concepções são levadas para a fase adulta, formando sujeitos que acreditam que a violência contra o “diferente” é legítima.

Lanz (2014) questiona o sistema educacional:

E quantas pessoas transgêneras nem chegam a ter ofício porque são obrigadas a deixar a escola para não serem massacradas por colegas transfóbicos, em atos deploráveis de *bullying*, que acabam ficando por isso mesmo, uma vez que jamais são apurados pelas direções das escolas, sempre mais empenhadas em garantir a manutenção do dispositivo binário de gênero do que em promover o desenvolvimento integral do ser humano através da educação com respeito à diversidade (LANZ, 2014, p.218).

A infância de muitas pessoas transexuais foi marcada por preconceitos e violências, como relata Reidel (2011):

Da minha infância também trago uma lembrança que me marcou por toda a vida, até hoje: o dia que um homem, conhecido da família, entrou em meu quarto e me violentou sexualmente. Ele me ameaçou dizendo que se eu falasse para alguém ele voltaria e que seria pior. Eu tinha apenas sete anos e me lembro disso como se fosse hoje (REIDEL, 2011, p.127).

Henriques (*et al.*, 2007) apontam o surgimento das preocupações com as questões de gênero no contexto escolar a partir da segunda metade dos anos 1980, principalmente pelo interesse de programas de pós-graduação na constituição de núcleos de estudos e pesquisas sobre gênero e a população LGBTTT. A partir da segunda metade dos anos 1990 até a atualidade, um número razoável de pesquisas sobre as diversas identidades e o contexto escolar abordou o campo investigativo dos intitulados processos de inclusão. Henriques (*et al.*, 2007) afirmam que:

Não por acaso, é muito recente a inclusão das questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual na educação brasileira a partir de uma perspectiva de valorização da igualdade de gênero e de promoção de uma cultura de respeito e reconhecimento da diversidade sexual. Uma perspectiva que coloca sob suspeita as concepções curriculares hegemônicas e visa a transformar rotinas escolares, e a problematizar lógicas reprodutoras de desigualdades e opressão (HENRIQUES *et al.*, 2007, p. 11).

Na década de 2010 surgiram demandas de pessoas trans junto ao contexto escolar que passaram a identificar a escola como um lugar de pertencimento, necessário para sua formação, apesar dos diversos obstáculos enfrentados por esses indivíduos, que foram histórica, social e culturalmente empurrados ao universo da marginalidade. Jesus (*et al.*, 2015) afirmam que:

É reconhecido que a população transgêneros está à margem dos processos sociais, excluídas por discursos e práticas de ordem sexista, especificamente cissexistas (que inviabilizam ou estigmatizam as pessoas trans) e transfóbicos (que promovem o medo e/ou o ódio com relação a pessoas transgêneros) (JESUS *et al.*, 2015, p. 10).

Peres (2009) salienta as dificuldades da escola em lidar com as questões referentes às identidades de gênero, especialmente quando os sujeitos são pessoas trans,

resultando em modelos de exclusão por meio de ações de violência e/ou descaso dessas ações por parte da instituição escolar. Neste sentido, Peres (2009) esclarece que:

As ausências de flexibilidade diante das diferenças da parte dos profissionais da educação mostram o quanto as pessoas podem estar presas a padrões e a modelos de verdades que revelam a presença do que Gilles Deleuze chamava de microfascismos em nós, expressos por meio do dedo em riste, do tom de voz alterado, das expressões faciais depreciativas (PERES, 2009, p. 252).

Quanto à escola, as experiências são variadas, pois na escola particular e na escola pública as vivências são distintas, sendo esta última considerada a mais excludente. Mei deixa esse dado claro em seu relato:

Mei: eu tive o privilégio de nascer em uma família que me aceitou desde o começo. Desde que eu nasci, os pais percebem, claro. O meu pai, por ser militar, era mais fechado, não falava, não aceitava, nem recriminava. Ele deixava que minha mãe educasse a gente da melhor forma. E minha mãe super, foi a melhor mãe do mundo. Sempre ajudou em tudo. Me defendia de tudo. E eu sempre estudei junto com meu irmão. Por ele ser mais velho eu acho que eu não sofria tanto preconceito na escola. Porque eu tinha ele como fonte de defesa. Se acontecia alguma coisa eu corria pro meu irmão e falava ...eu tinha meu irmão como fonte de defesa. Eu estudei metade do meu período escolar em escola particular e metade pública. Porque minha família sempre mudava muito, então eu mudava muito de escola. E pelo que eu via, vivi, a **escola pública tinha mais preconceito**, não sei se é por causa do ensino, ou pela educação quem nem é da escola, mas sim que vem de casa já...entendeu (Grupo focal, 2016).

Existem narrativas que demonstram que a escola não aceita, não acolhe travestis e transexuais, o preconceito, a discriminação e a rejeição são elementos constantes nessas trajetórias. Silva Jr. (2015) aponta que:

Esses sujeitos significam (des)ordem, na 'coerência' binária da escola. Talvez por colocarem em xeque o sistema corpo-sexo-gênero por meio da ambiguidade que revelam em relação às normas de gênero tão bem arquitetadas e naturalizadas nos espaços e tempos escolares. Para pensar sobre isso, é importante lembrar a organização dos espaços e das muitas atividades e até mesmo de disciplinas, como a Educação Física, por exemplo, que, normalmente, materializam as diferenças de forma binária e heteronormativa (SILVA Jr., 2015, p. 47).

Não existem dados estatísticos oficiais sobre a evasão escolar dos grupos que compõe a diversidade sexual, entretanto a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) aponta que o grupo que mais sofre discriminação na escola

é o de transexuais e travestis, estimando que a evasão escolar se aproxime de 73% dessa população¹². César (2009) afirma que:

Se a presença de alunos e alunas homossexuais e bissexuais dentro da escola já é um incômodo, então, a partir daquela perspectiva, a experiência da transexualidade se torna verdadeiramente insuportável do ponto de vista da instituição escolar, pois, diante de seus corpos transformados, a fala competente da instituição não vê esperança de retorno à norma heterossexual. Assim, aquilo que resta é o afastamento desses corpos indesejáveis, isto é a expulsão, que hoje se constitui em um elemento importante da evasão escolar (CÉSAR, 2009, p. 47).

A escola, com seus processos pedagógicos, ao invés de desenvolver uma postura crítica e formativa, a partir de um enfoque de respeito às diferenças, à diversidade sexual e às relações de gênero, naturaliza posturas heteronormativas, em brincadeiras, piadinhas, apelidos que desqualificam o outro que não se adequa às normas e padrões impostos. Essas ações constituem-se na pedagogia do insulto, em que manifestações preconceituosas, ofensivas, discriminatórias e violentas tornam-se rotina na escola e explicitam, desde cedo, estratégias diversas de poder, de controle e de vigilância das corporalidades infantis e juvenis (JUNQUEIRA, 2012).

Bento (2014) destaca o papel das instituições na vida dessas pessoas:

As pessoas trans foram socializados/as em instituições que as prepararam para atuar de acordo com o gênero que lhe foi atribuído. Depois de um longo período de impedimentos, começam a vivenciar experiências do gênero com o qual se identificam. Como não tiveram acesso à socialização de uma menina (para as trans femininas) ou de um menino (para os trans masculinos), tampouco vivenciaram os processos de interiorização das verdades que resultam na incorporação de uma determinada estilística dos gêneros, terão de aprendê-las (BENTO, 2014, p.57).

A escola da atualidade repousa sobre elementos que reproduzem um tipo de normalidade, que está presente nos aspectos pedagógicos, sociais, disciplinares e, principalmente, comportamentais. A escola não admite a possibilidade da quebra de um sistema moral e divino (crenças religiosas ainda presentes no ambiente escolar, como cruzeiros, orações antes da alimentação, concepções de céu, inferno e pecado que permeiam as práticas pedagógicas) posto como imutável e que, se por ventura mutável, torna-se repulsivo. É contra

12 Dados disponíveis em: <https://www.abglt.org/>. Acesso em 08 de out.2017.

todas as leis do universo a materialização do corpo trans no espaço escolar, no qual se estrutura a linguagem daquilo que é normal, natural e aceitável.

Reidel (2011) afirma que,

A escola, tal como se organiza e se estrutura hoje, não é para as travestis ou para qualquer outro “monstro” que fuja às normas socialmente estabelecidas. Ali, como em outras instâncias sociais institucionalizadas, as possíveis diferenças entre os sujeitos são vistas como desigualdades, quando não são vistas como uma agressão aos padrões heteronormativos, fazendo com que os – assim chamados – sujeitos ‘normais’ se sintam no direito de agredir, ofender, humilhar. (REIDEL, 2011, p.131).

O cotidiano escolar é permeado por um conjunto de disciplinamentos estabelecidos sobre o que é considerado conhecimento e comportamento hegemônico, além de apontar para um cenário de fortalecimento de opressões dos corpos. A lógica vigente ainda se sustenta na binaridade do que é relativo ao feminino e masculino, desconsiderando outras maneiras de viver a corporalidade, a sexualidade e o gênero. Vieira e Soares (2014) apontam que:

As experiências trans presentes nos espaços escolares, entendidas aqui como aquelas que transbordam o já instituído e transitam no limite das fronteiras (dos gêneros-sexos, das disciplinas, dos muros das escolas, etc) nos convocam a problematizar/questionar/desnaturalizar padrões, comportamentos e regras. Permite-nos transpensar o já instituído, além daquilo que não é permitido pensar. Aquilo que é produzido como não pensável, proibido e que, por isso, “deve” ficar “fora” das escolas. A experiência trans, por fim, opera deslocamentos e desestabilizações nas nossas certezas e nos convoca transpor as barreiras que nos limitam e nos impede de criar nossa própria existência, nossos conhecimentos e nossas práticas educativas (VIEIRA; SOARES, 2014, p. 455).

Andrade (2015) reuniu as experiências de diversas travestis no espaço escolar e destacou como os gêneros não binários transgridem a ordem que tenta ser imposta nas instituições, acarretando na “evasão involuntária” desses sujeitos:

Sobre o assujeitamento, a maioria dos discursos de gestores(as), professores(as), e alunos(as) coloca as travestis à margem, como seres anormais, destituídas de direitos. Quando não se enquadram no universo masculino ou feminino com seus comportamentos disciplinados, são ocultadas, negadas e/ou violentadas na sociedade e na escola. A negação das travestis no espaço da sala de aula resulta no confinamento e na exclusão, que as transforma em desviantes e indesejadas. Quando isso ocorre no ambiente escolar, a pressão normalmente é tão intensa que impele as travestis a abandonar os estudos, sendo disseminada a ideia de que foi sua própria

escolha. Esta justificativa tenta mascarar o fracasso da escola em lidar com as diferenças, camuflando o processo de evasão involuntária induzido pela escola (ANDRADE, 2015, p. 313).

Nesse sentido, ocorre um terrorismo contínuo, um heteroterrorismo que incentiva insultos ou piada homofóbicas, se um menino brinca de boneca, por exemplo, os heteroterroristas dizem: “Isso não é coisa de menino!”. O pai/mãe ou professor/a dizem “menino não chora!”, “comporta-se como menina!”, “isso é coisa de bicha!”, minando assim a subjetividade desses sujeitos (BENTO, 2001).

Embora haja humilhações, violências físicas e simbólicas, sabemos que a vida desses sujeitos é permeada de potência, de resistências e de lutas. Lopes (2015) destaca a importância do reconhecimento das vivências trans:

[...] pode ser o reconhecimento da travestilidade e da transgeneridade como mananciais de formas de existência e de convivência *queer*, em várias fases da vida, da adolescência à chamada velhice. Elas recusam o lugar de vítimas, ousaram viver um modo de vida que não importava, entregues à morte e à abjeção. Continuam alegres e com sorriso nos lábios, agindo e criando. Potência e afirmação de modos trans de viver [...] (LOPES, 2015, p. 191).

Pensamos no quanto estão interligadas as questões pedagógicas e as questões de gênero das pessoas trans nas histórias aqui reunidas. Experiências escolares similares, histórias de terror e de resistências nos relatos, de revide para as pressões que sofreram, tentando evitar as violências que estavam constantemente vivenciando e a persistência desses sujeitos para continuarem em um ambiente tão hostil e excludente.

Silva Júnior (2015) aponta que os processos de estigmatização que o público trans sofre são decorrentes da ruptura com os modelos dados pela normatização, ficando assim, marcados e desprovidos de direitos a ter direitos, o “corpo abjeto” (BUTLER, 2003). A evasão que os sujeitos trans sofrem e resistem é duplamente cruel e desumanizante. Silva Jr (2015) destaca que:

Atualmente, ser impedida/o de estudar não representa apenas não estar na escola, mas denota não possuir valor na linha graduada das identidades modeladas pelo controle. Significa, ainda, não ter se esforçado o bastante, ser indolente e preguiçosa/o, não ter controle sobre si, nem saber planejar a vida e o futuro, obstaculizando o acesso aos bens e serviços da sociedade de controle para produzir a subjetividade desejada por ela. A exclusão implementada pela escola contemporânea é multifacetada e com implicações amplas sobre a vida dos sujeitos. (SILVA Jr, 2015, p.47).

Luma Nogueira de Andrade aponta que na escola:

As resistências ou assujeitamentos podem ser opostos e complementares simultaneamente, pois mesmo ao se assujeitar as travestis estão fazendo uso de tática para permanecer na escola, promovendo uma crise na forma tradicional como é conduzida esta em relação aos gêneros, induzindo mesmo que paulatinamente mudanças e aberturas no presente e no futuro. A presença das travestis nas escolas se apresenta como dispositivo relevante para a formação da comunidade escolar na convivência com as singularidades delas, mesmo em meio a profundos conflitos. (ANDRADE, 2015, p. 248).

O sistema escolar vigente está permeado por relatos nos quais a identidade trans é motivo para humilhações, perseguições e violências. Em muitos casos o descaso da escola fica evidente com esses indivíduos. O papel da escola, quando não trata da temática LGBTT, tem sido reforçar a opressão, o silêncio, o isolamento e rejeição aos/às que transgridem os mecanismos dominantes da heteronormatividade. Como afirmam as autoras Abramowicz, Cosentino e Cruz (2011):

A escola se funda em uma imposição de um saber, de uma racionalidade, de uma estética, de um sujeito epistêmico único, legitimado como hegemônico, como parâmetro único de medida, de conhecimento, de aprendizagem e de formação. A partir destes parâmetros únicos de medida e da avaliação levam a classificar o “outro” como inferior, incivilizado, fracassado, repetente, bárbaro etc. (ABRAMOWICZ; COSENTINO; CRUZ, 2011, p. 94).

Notamos assim que, como ainda estamos longe de produzir um espaço escolar que reconheça os direitos à liberdade de gênero e das diversas identidades sexuais, também questionamos a validade dos currículos heteronormativos, os quais embasam a educação básica. Santos (2015) aponta que na escola e,

Naquilo que se refere à sexualidade e à transexualidade, são engendrados práticas, discursos e saberes por meio do controle, ou seja, a escola contemporânea, como empreendimento biopolítico, constrói uma rede de poder-saber-controle, além de gerenciar e capturar os corpos sexuados, transmutando-os em corpos que produzem e consomem (SANTOS, 2015, p. 641).

Verificamos a necessidade gritante de a escola reconhecer as variadas identidades e o caráter de opressão sobre corpos que impera em seus espaços, de modo a integrar e respeitar os corpos das pessoas como eles são, independentemente de intervenções, valorizando todas as expressões sexuais das pessoas transgêneros, sejam elas assexuais,

bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível (JESUS *et al.*, 2015).

Não basta existir políticas que preconizam os direitos dos sujeitos da diversidade, a escola necessita se transformar em um espaço de debate, de investigação das relações sociais e de educação/transformação dos sujeitos, proporcionando uma educação sexual fundamentada nas relações humanas.

Entretanto, a condição humana não se aplica a todos os sujeitos. Bento (2011) afirma que:

A possibilidade de se reivindicarem direitos humanos se restringe a um grupo muito reduzido de sujeitos que têm atributos que o lançam ao topo da hierarquia: são heterossexuais, brancos, homens masculinos, membros da elite econômica/intelectual/política. O afastamento desses pontos qualificadores de humanidade reduz a capacidade de o sujeito entrar na esfera dos direitos e de reivindicá-los. Os direitos humanos se transformam, nesse processo, num arco-íris: lindo de se ver, impossível de se alcançar. As normas de gênero só conferem vida àqueles seres que estão “ajustados” a essa expectativa (BENTO, 2011, p.554).

No contexto educacional, é necessário o desenvolvimento de programas de formação inicial e continuada de professores (as) que contemplem a temática da diversidade sexual, não apenas em disciplinas optativas. Além de uma grande revisão e replanejamento curricular dos cursos de licenciatura, de modo que nessa temática seja aprendida e refletida entre os (as) futuros (as) professores (as).

Essas ações podem viabilizar a participação das pessoas travestis e trans nos processos identitários, de socialização e aprendizagem presentes na escola, além de concretizar o direito ao acesso, à permanência e constante escolarização desses sujeitos. Consideramos muito rica a presença de estudantes trans nas instituições escolares para fomentar a (des) construção da matriz heteronormativa, infelizmente, ainda vigente.

Em 2010/2011 surgiu um material educacional, o kit anti-homofobia¹³, proposto pelo Ministério da Educação/MEC como ferramenta de combate à homofobia em instituições escolares públicas. Nos materiais audiovisuais do *kit*, viu-se uma constituição normalizável dos corpos, com uma travesti presa aos padrões hegemônicos atribuídos à mulher heterossexual. Uma relação lésbica romantizada, dessexualizada e atrelada à heteronormatividade burguesa,

13 Material educacional produzido e elaborado pelo MEC/SECADI a partir do projeto “Escola Sem Homofobia”, entre os anos de 2008 a 2010. Esse material objetivou apoiar o trabalho pedagógico no enfrentamento do preconceito contra a diversidade sexual e combate à homofobia na escola.

branca e cristã. Uma lesbianidade incitando o fetichismo machista dos homens heterossexuais e uma bissexualidade com discurso vazio, para preservar a supremacia heterossexual (PAMPLONA, 2012).

O *kit* anti-homofobia produzido para as instituições escolares, teria a sua funcionalidade ligada às normas que se aplicariam à população LGBTT. Seu nascimento estava aprisionado aos jogos de poder, por ser um material elaborado no bojo das normatizações pedagógicas, sob a tutela do MEC, ainda que o pai renegue o filho, mesmo participando de sua concepção, e recuse seu nascimento, com veto presidencial. Nesse caso, ironicamente, o pai é mãe, a qual que recusa o filho e explicita que a condição materna não é natural, mas construída histórica, social e culturalmente, nos campos minados do poder (PAMPLONA, 2012).

Reidel (2011) afirma que a educação pode ser também espaço de mudanças:

Penso que também cabe à educação mudar estes tópicos que fazem a diferença no espaço da diversidade, seja ela qual for. Estamos buscando direitos igualitários e respeito pelas nossas singularidades e formas de viver a vida. Não podemos mais ficar de braços cruzados esperando que as pessoas sejam agredidas ou expulsas da escola por não estarem enquadradas nos regimes heteronormativos que vigem na sociedade. Entretanto, se a escola, juntamente com outros espaços sociais, cumpre um papel na reprodução de mecanismos relativos à dominação masculina e heteronormativa, ao mesmo tempo, ela é um local privilegiado para a construção de uma consciência crítica e para o desenvolvimento de práticas que se pautem pelo respeito à diversidade e aos direitos humanos (REIDEL, 2011, p.129).

Entretanto, esses sujeitos buscaram transformar a negatividade em resistência e buscam imprimir potência em seu cotidiano. Programas e redes específicas de apoio estão se tornando acessíveis para comunidade trans, a própria internet é utilizada para conectar essas pessoas e suas experiências na tentativa de assistir e dar suporte, assim como outras organizações fazem trabalhos com essas pessoas na tentativa de promoverem encontros esclarecedores, que possam motivar e potencializar essas vidas, afastando-as das experiências de rejeição e do preconceito.

Algumas dessas pessoas fazem de suas próprias vidas uma militância, criando vetores de resistência, superando as consequências por suas escolhas e identidades, criam para si e para própria comunidade um panorama mais satisfatório, mais digno, através, não só de portarias e leis que garantam direitos, mas também da construção de um novo modo de entender questões relacionadas ao gênero, sexualidade e a inclusão social.

O estigma imposto às pessoas travestis e trans causa sofrimentos e marginalização, pois a presença de sujeitos com expressões de gênero e sexualidade fora dos

padrões binários desestabiliza o ambiente escolar. Entretanto, essas pessoas transcendem esses cenários e buscam transformar suas realidades. A partir das barreiras surgem as resistências. Luma Nogueira de Andrade, em entrevista para Fernandes (2018) afirma que:

A vida te dá uma potência tão forte que você vai conseguir sobreviver a todas essas barreiras: a força da normatividade que tenta te retrain, que tenta te colocar: “olha aqui, você nasceu nesse lugar, você não tem possibilidade”, “olha, você não tem nada”, “olha, daqui você não vai sair, daqui você não vai crescer”. Dessa experiência de uma situação de classe interseccionalizada com a questão de gênero e sexualidade, surge um potencial ainda maior de tentativa de resistência, de sobrevivência nesses lugares normativos; porque você vai passar a representar o não lugar, o não lugar da classe – de uma situação de classe baixa -, e outro lugar, também, que é a questão do não se enquadrar dentro de uma ordem de gênero, como previsto pela sociedade tradicional, conservadora. E aí, você vai sempre estar no meio de um não lugar. E você vai buscando, abrindo seus espaços de uma forma lenta, às vezes se assujeitando – por isso o nome do meu livro -, mas produzindo sempre aberturas (FERNANDES, 2018, p. 65-66).

Há relatos de permanência no ambiente escolar, explicitando, assim, diversas experiências travestis e trans. Vani, uma das pessoas que participou do grupo focal em 2016, relata que:

Vani: Em relação a minha infância eu não sofri bullying, não tive nenhum preconceito. Acho que também porque, não sei se tem alguma coisa a ver, mas eu estudei em escola particular, desde bem pequena. E eu comecei a notar que meu interesse era pelos meninos, quando eu me vi apaixonada pelo filho da diretora, com 5 anos de idade. De 5 para 6 anos. E sempre quando brincava, sempre com as meninas, nunca ficava com os meninos. Quando escolhia algum personagem para brincar era sempre um personagem feminino. E assim eu fui crescendo. Normal. Nunca tive nenhum preconceito. Tive uma infância normal. Ninguém nunca me apontou o dedo na escola: viadinho, bixinha. Eu acho que eu não sofri preconceito como outros sofreram porque eu ia falar com a diretora e ia ter consequências, por ser uma escola particular. (Grupo focal, 2016).

Lauro relata que se sentia acolhido na escola, tanto por professores como por colegas:

Lauro.: Eu sempre me senti acolhido, tinha professores que me tratavam bem e professores que me excluía. Tinham amizades que me tratavam bem...e amizades que não sabiam como me tratar. Eu tinha dificuldade para me expressar, pras pessoas, em dizer que eu estava no corpo errado... Então as pessoas me tratavam como lésbica na escola. (Grupo focal, 2016).

O caso de Lara revela as diversas vivências travestis e transexuais em relação à suas famílias:

Lara: No meu caso a família foi a primeira a perceber, antes de mim, antes de professor, antes de qualquer coisa, os meus pais sempre que tinha aquela coisa, que tinha mais a conotação do lado mais masculino, já me poupava. Quando chegava os primos que falavam: aí vamos jogar bola em tal lugar? Meu pai já inventava uma outra coisa pra me tirar daquela situação. Já sabendo que eu não ia me identificar com aquilo. Acho que primeiro eles perceberam...falaram não já vamos tentar suavizar, porque realmente não vai crescer como os primos e tudo mais. (Grupo Focal, 2016).

Ao trazer essas narrativas, buscamos uma posição de guerrilha, seja nas escolhas por trazer essas vozes, seja na intenção de contestar o óbvio, querendo garantir que a abordagem sobre as travestis e transexuais apareça em suas potências de vidas, destruindo regras, o universalismo absoluto e todas as fixas e biologizantes armadilhas das identidades únicas. São outras características de produções de conhecimentos que estamos nos inserindo, de maneira marginal, mas que contém sua validade, pois, ao explicitar também experiências potentes de travestis e transexuais, denotamos que a ideia é garantir a manutenção da vida e de devires mais livres.

3. TRANSCORRER: PUTARIA E ESTUDOS

De uma parte, um novo sujeito que fala: é alguém diferente que vai tomar a palavra na história, que vai contar a história; alguém diferente vai dizer "eu" e "nós" quando narrar a história; alguém diferente vai fazer o relato de sua própria história; alguém diferente vai reorientar o passado, os acontecimentos, os direitos, as injustiças, as derrotas e as vitórias, em torno de si mesmo e de seu próprio destino (FOUCAULT, 1999, p.160).

O primeiro grupo focal realizado para este trabalho foi formado em 2016 e composto por seis mulheres e dois homens transexuais, com a conversa que foi filmada e que se transformou em um vídeo de 39 minutos. Nosso intuito com esse grupo foi levantar informações com pessoas transexuais sobre aspectos da infância vivida na escola e elementos que eles/elas gostariam que fossem abordados em nossa pesquisa, com o objetivo de falar **com** essas pessoas e não, apenas, **dessas** pessoas.

Entre os relatos recolhidos estão histórias da prostituição como ferramenta para a sustentação da vida. Nesse sentido, partimos do pressuposto que a prostituição é uma "prestação voluntária de serviços sexuais por pessoa adulta, isto é, maior de 18 anos, e com negociação prévia dos tipos de serviços que serão realizados, sexuais ou não" (PAZZINI, 2015, p.31). Margareth Rago (1991, p.23) afirma que

[...] fenômeno essencialmente urbano, que se inscreve numa economia específica do desejo, característica de uma sociedade em que predominam as relações de troca, com a presença de todo um sistema de codificações morais, que valoriza a união sexual monogâmica, a família nuclear, a virgindade, e a fidelidade feminina.

Rago (1996) afirma que a mulher faz uma escolha em ser prostituta, condicionada pelo repertório de alternativas que lhe são oferecidas em dado contexto. A autora critica também o olhar sobre a prostituição pela "lógica do negativo", que vê essa mulher como vítima e/ou psicologicamente doente.

Quanto à escola, as experiências são variadas, com vivências distintas em escola particular e na pública, sendo a última considerada a mais excludente. Na maioria das narrativas, a escola não aceita, não acolhe pessoas transexuais, o preconceito, a discriminação e a rejeição são elementos constantes nessas trajetórias.

A escola se insere em um contexto de pasteurização das identidades, Lipianski (2007) afirma que,

A instrução pelo Estado é logicamente, necessariamente um programa uniforme, tendo por objetivo modelar todas as inteligências segundo um tipo único, tipo que será forçosamente, pela própria natureza do espírito humano, a negação da vida social, a qual se compõe de lutas, contradições, afirmações contrárias; será o imobilismo, a atonia, a atrofia geral em detrimento de todos (LIPIANSKY, 2007, p. 34)

A questão pontuada por Bento (2017) “Como encontrar sentido para este desejo se o corpo carrega um genital que atua como obstaculizador desse trânsito?” Faz-nos retomar as falas de Luma Nogueira de Andrade, em entrevista a Fernandes (2018), a qual destaca que seu genital, em momento algum é um obstáculo para seus desejos, mas sim fonte inesgotável de prazer.

Luma: Assim, tenho várias possibilidades de ser, eu posso ser bi, tri, diversas possibilidades. E eu não vejo isso como uma anormalidade, são desejos. E desejos, prazeres podem acontecer podem acontecer de diversas formas, em diversos lugares, com diversos corpos, e mesmo independente dos corpos: os corpos podem ter vagina, os corpos podem ter pênis, os corpos podem ter pênis e vaginas, os corpos podem ter seios, podem não ter seios. Você pode ter prazer com diversas formas de corpos, porque temos prazeres até sozinhos com a nossa própria mão (FERNANDES, 2018, p. 61-62).

Uma das participantes da pesquisa relatou vivências de racismo e preconceito. O nome social, o documento de identidade e o uso dos banheiros foram temas comuns entre pessoas transexuais. Um dos participantes relatou que foi expulso do convívio familiar quando seus parentes declararam que ele tinha o demônio no corpo.

Entretanto, existem experiências variadas, nas quais a escola tornou-se local de resistência, possibilitando outros caminhos e oportunizando outros futuros. Luma Nogueira de Andrade relata como a escola transformou-se em espaço alternativo para positivar seus estudos e mudar sua trajetória.

Luma: eu gostava de aprender. Eu encontrei nos estudos uma alternativa de me centrar com o apoio da família. Principalmente em relação a minha mãe, porque meu pai não me dava muito incentivo, não via os estudos como algo relevante. Mas minha mãe sim e, com seu incentivo, fui me dedicando. Então sempre que me colocavam numa situação de “ah, cadê a namorada?”, “com quem você tá paquerando?”, às vezes até minha mãe entrava e dizia “não, mas ainda é muito cedo, está se dedicando aos estudos”, “está buscando outra

coisa”. Então, eu usei isso como estratégia. Ela, talvez, usou como uma justificativa (FERNANDES, 2018, p.60).

Foucault (1988, p.54) afirmou que a caça às “sexualidades periféricas provocou a incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos”. O homossexual tornou-se um personagem com passado, história, infância, caráter, uma forma de vida; uma morfologia, com anatomia indiscreta e fisiologia misteriosa. Tudo aquilo que ele é está ligado à sua sexualidade. Ela é o princípio insidioso, inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre (FOUCAULT, 1988).

Questionadas/os sobre quais elementos as pessoas transexuais gostariam que fossem abordados em nossa pesquisa, as pessoas trans que participaram do grupo focal pediram que as realidades trans pudessem aparecer e sensibilizar os olhares. Em abril de 2017, realizamos 11 entrevistas com pessoas transexuais e travestis, no Bar dos Amigos, na Rua Rego Freitas, no Largo do Arouche. O local não foi uma escolha aleatória, mas uma opção política, tendo em vista que, historicamente, esse gueto é marcado pela forte presença das populações LGBTT. Perlongher afirma que:

Com a chegada dos *gays*, novos barzinhos vão-se abrindo, constituindo uma série de locais de pouso e repouso quase ininterruptamente; outros, vão “virando” *gays*, como a inédita padaria “entendida” da esquina com a Rua Rego Freitas. Tem também uma sofisticada choperia. Sexta e sábados pela noite a massa humana aí concentrada constitui a maior aglomeração do centro da cidade. Ainda que a Avenida Ipiranga possa ter uma maior circulação, a quantidade de homossexuais estacionados na calçada (ou circulando lentamente de carro) costuma ser maior no gueto da Marquês (PERLONGHER, 1987, p.119).

Às vezes, passávamos no Bar dos Amigos para conversarmos com as trans e travestis que estavam ali naquele momento esperando um cliente, ou já retornando de algum programa. Situado meio ao fluxo, onde acontece a prostituição, tráfico de drogas e comércio de coisas roubadas, o bar funciona até altas horas da madrugada e é comandado por uma única pessoa, o proprietário que prefere não ser identificado. Com uma aparência de intimidar, sua face sempre com uma expressão séria e fechada, atencioso em todos os movimentos dentro daquele pequeno espaço, e qualquer sinal de alteração ou vandalismo de seus e suas clientes, ele se manifesta um pouco agressivo pedindo para que se retirem.

Presenciei duas cenas como essa, a primeira foi com uma trans que foi apanhada pelo braço e posta para fora do estabelecimento por estar muito alterada por conta do uso de drogas e bebida. Falava alto, xingava as outras pessoas que estavam no bar e ameaçava se despir

elogiando sua própria aparência dizendo ser mais aperfeiçoada que as demais mulheres. A segunda cena foi com um *michê* que estava dentro do bar vendendo e usando drogas com as mulheres, o proprietário se apossou de um taco de beisebol e foi na direção do rapaz que, por sua vez, esbravejou alguns palavrões e foi-se embora, às pressas.

Todas as vezes que estive no bar, na companhia de algumas das mulheres trans ou travestis, procurei com todo respeito dialogar com o proprietário, no começo trocávamos poucas palavras, era mais uma questão de respeito. Entre uma noite e outra fui ganhando mais espaço na conversa, numa delas relatou que muitas vezes as mulheres trans e travestis refugiam-se no bar para esquivarem-se de sujeitos agressores, que andam pelas ruas apenas para agredir, roubar e cometer outras atrocidades, e também para se esconder da própria polícia, que muitas vezes, aparece nas ruas em busca de drogas, chegam até agredir e maltratar essas pessoas em busca de pistas e informações.

Ele confidenciou que seu maior público são as mulheres trans e travestis que por ali transitam todas as noites, das quais algumas são mais escandalosas, discutem, xingam, mas que a maioria respeita seu trabalho, como ele também, respeita a profissão delas. Reconhece a coragem e a luta dessas transexuais e travestis que utilizam a prostituição para manter a vida.

Em outro momento de seu relato, o referido proprietário disse que os mesmos policiais que por vezes agridem, na madrugada, passam por ali em busca de um programa com as garotas, que homens e casais famosos passam por ali em busca dessas mulheres para satisfazer suas vontades. Faça frio, calor, chuva ou geadas, elas estão ali preenchendo as noites e oferecendo seus trabalhos, sempre muito bem arrumadas, apesar de usarem poucas roupas, mas sempre produzidas e cheirosas. “No frio, nada melhor que uma dose de conhaque pra esquentar essas garotas!”, disse o proprietário do bar.

Conversei sobre a ideia de gravar o vídeo com algumas dessas pessoas na porta do bar, enquanto éramos observados pelo responsável do estabelecimento e não tinha pensado ainda em utilizar o Bar dos Amigos para gravação, mesmo porque achava pouco provável o proprietário concordar.

Na mesma semana, entrei em contato com um amigo que trabalha com filmagens em uma casa de shows em São Paulo para pedir sua ajuda na gravação do vídeo, na conversa que tivemos fui orientado a procurar um lugar pelas ruas onde pretendia fazer o vídeo com maior clareza e menos ruídos, principalmente, um espaço afastado do barulho dos automóveis, tudo isso para garantir uma boa imagem e um áudio com qualidade.

O Bar dos Amigos foi, aos poucos, vindo em pensamento como lugar ideal para realizar meu trabalho e fui, então, conversar com o proprietário. Ele já sabia da minha pesquisa

e do meu propósito em estar ali, disse que via seriedade e achava importante que um trabalho como o meu existisse, só pediu para que a gravação não atrapalhasse e também não incomodasse demais clientes que poderiam frequentar seu estabelecimento na suposta noite da gravação. Exigências aceitas, marcamos a data e como combinado tudo aconteceu e sou muito grato ao Bar dos Amigos por acreditar e se dispor com tamanha gentileza.

Já havia conversado antecipadamente com as travestis e trans que seriam entrevistadas, expliquei sobre meu trabalho e a importância de gravar nossa conversa. A princípio, fizemos alguns testes de câmera e som, de modo que nenhuma fala fosse perdida. Sentamos e conseguimos conversar e gravar cada bate-papo. A noite estava fria, já passava das dez da noite, elas começaram a falar de modo fechado sobre suas vidas. Aos poucos, foram se soltando e a conversa fluiu de forma leve. Esses relatos, aqui reunidos, dão vida a esse texto, permeando também o título do trabalho “Narrativas travestis e transexuais da infância à prostituição”.

Ana, uma das travestis entrevistadas, a quem conheço há anos, sempre me deu vários conselhos para que eu pudesse chegar onde estou hoje. Ana é de Alfenas, Minas Gerais. Ela inicia:

Minha transformação começou a partir dos catorze anos. Eu não me sentia menina ou menino. Não sabia...porque não tinha definição. Tive a primeira vontade sexual, acho que com uns sete, oito anos. Era uma brincadeira. Com dez anos eu tinha atração por homens mais velhos. Hoje eu chamaria eles de pedófilos ...Na época não. Não sabia, não entendia nada né? (Ana, 2017).

Questionada sobre as memórias da escola, Ana afirmou:

A escola pra mim foi um pouco... uma bomba pra mim foi à escola. Porque eu estudei até quinta série e não consegui passar da quinta série por que...Muita briga... É... eu já tava ficando muito feminina, dai os meninos ficavam brincando, com muita brincadeira...Viadinho... Bichinha. Eu era loira.... Então, não foi legal a escola comigo. Na quinta série eu tinha treze anos. Treze pra catorze... Já a transformação foi...Teve um professor que um dia me chamou de viadinho. Me chamou de bichinha e deu a briga. Minha mãe foi e brigou na escola. Deu a maior complicação entendeu? (Ana, 2017).

Inclinei-me para frente, pensando em tudo que Ana tinha vivido, pois em mim também várias memórias da época escolar borbulharam. Lembro que na creche que eu e meu irmão frequentávamos, a professora um dia chamou minha mãe para conversar porque meu irmão estava semidespido junto à um coleguinha dentro de uma das cabines do banheiro. Hoje reconheço o despreparo dessa professora em lidar com questões ligadas à sexualidade, pois meu

irmão não recebeu nenhum tipo de orientação, a não ser as palmadas que levou de minha mãe. Passou a ser rejeitado na creche, ele mesmo quando relembra esses fatos diz que a professora, algumas vezes, fez piadas com as outras professoras, dizia que ele precisava virar homem ou que algumas atitudes não eram coisas de homem, chegou até mesmo a dizer que ele parecia uma “mariquinha”, enquanto ele chorava por não poder brincar com as outras crianças porque estava no castigo.

Hoje entendo que a forma de como ele era tratado pelas professoras era como se fosse uma aberração, ele não podia mais ir ao banheiro sozinho, por várias vezes vi ele sentado por exigência da professora fora do tanque de areia, assim elas diziam para crianças que tinham um comportamento diferente do “normal”: “Hoje você não vai brincar com seus coleguinhas, vai sentar aqui do meu lado e vai pensar”, e lá sentado fora do tanque de areia e isolado das outras crianças, vi meu irmão por diversas vezes.

Assim como meu irmão, eu já sabia nesse período que gostava de meninos sexualmente falando, mas por ele ser um ano mais velho e sempre deixar as coisas transparecerem muito, eu ficava mais coagido pois tinha medo de ser repreendido como faziam com meu irmão.

Nos primeiros anos de ensino, fomos para escola pública, eu tinha um comportamento delicado e também não fazia coisas que a maioria dos meninos da minha sala ou melhor, da escola, tinha costume de fazer. Por exemplo, nunca gostei de jogar futebol e nem videogame, por isso não tinha tanto assunto e aproximação com os garotos, e meu jeito delicado de ser era perceptível e me afastava ainda mais dos colegas. A escola ficava perto de casa, eu e meu irmão íamos e voltávamos a pé todos os dias, meu irmão era muito afeminado já nessa época e, por conta disso, sofriamos muito preconceito dos(as) outros alunos(as), principalmente, os meninos mais velhos que esperavam o horário do recreio ou a saída da escola para xingar e até mesmo nos agredir.

Uma vez na saída da escola, precisamos nos esconder dentro dos arbustos de uma praça porque alguns garotos da escola estavam nos perseguindo na volta para casa, apenas com a intenção em nos agredir porque éramos “Viados”, como eles nos chamavam.

Por conta da pressão e do convívio com outros alunos, tive alguns problemas de aprendizagem na primeira e na segunda série. No caso do meu irmão, em um determinado momento, não queria mais frequentar a escola, dizia que ali ele nunca iria aprender nada. Foi, então, que com muito sacrifício da minha mãe, fomos matriculados em uma escola particular. Nessa escola, não sofremos tanta discriminação por sermos homossexuais, mas sofremos muito preconceito por sermos pobres. Lembro que na terceira série uma garota da minha sala disse

que não iria me convidar para o seu aniversário porque eu era um “pé-rapado”, isso ficou impresso na minha memória. Um dia outro colega de classe disse que eu não era convidado para as festas de aniversário porque não tinha dinheiro para comprar presentes. Já tinha o entendimento de que éramos excluídos pela diferença de classe social.

Aos 19 anos, meu irmão assumiu sua sexualidade e por rejeição da família foi morar em uma casa muito velha e abandonada que nos pertencia. Por sua aparência afeminada, não conseguiu trabalho e a única forma que encontrou para sobreviver foi a de se travestir nas noites e se prostituir.

Dialogar com esse trabalho me trouxe na memória muitas lembranças e questionamentos, algumas questões pude dividir com as pessoas entrevistadas, como é o caso de Ana. Questionei: se você tivesse que deixar uma mensagem hoje para as crianças trans que estão começando, que mensagem você deixaria, que vão começar tudo o que você galgou? Ana pensa alguns segundos e diz:

Eu deixaria... a mensagem que eu deixaria... Que vou deixar é... Sejam vocês mesmos, não olhem pra trás, seja humilde. Tenha educação e saiba respeitar as pessoas mais velhas entendeu porque um dia a gente fica velha entendeu? Saiba sair e entrar nos lugares porque a vida é como uma roda gigante, um dia a gente tá em cima e a gente tá embaixo e assim vai, entendeu? (Ana,2017).

É um assunto comum na vida dessas travestis e transexuais, questionei o que te trouxe à prostituição? Ana responde sem demora:

A vontade de virar Ana. Comecei a tomar harmônio e me transformar com catorze pra treze. Antes disso eu me montava. Eu era drag. Eu fazia show...Meu sonho de vida é ...ser feliz. Não passar necessidade. Já passei necessidade...Hoje eu defino o Brasil como uma merda. Não me interessa nada. Meu futuro é procurar ter... me manter, fazer o melhor pra mim e pras pessoas que estão ao meu redor. Vou buscar tudo isso fora do Brasil. Quero ir pra Itália. Acho que o Brasil tá desprevenido para acolher as pessoas trans. (Ana, 2017)

Lia era de Belém do Pará, havia se mudado para São Paulo há 10 anos e hoje estava com 33 anos. Ela veio para trabalhar como cabeleireira, mas não deu certo, então, recorreu à prostituição. Perguntei como se deu seu processo de transformação e informações sobre sua família:

Meu processo de transformação começou com 16 anos. Até 16 eu era um menino. Com 10 anos comecei tomar hormônios, em comprimido. Minha família, sempre apoiou, uma família ótima. Foram meu alicerce, nunca me recriminaram ou tiveram preconceito. Pra mim a definição de família é pai, mãe, irmãos, primos, todos me apoiaram. Por isso que eu tenho essa força hoje. (Lia, 2017).

Quanto às lembranças escolares, Lia afirmou que:

Os primeiros anos de escola, eu tenho lembranças vagas, da pré escola vagamente. Sempre fui aceita pelos professores, não sentia diferença. Lembro vagamente...As brincadeiras na escola, eu gostava de vôlei. Gosto até hoje. Eu estudei até a sexta série, depois parei...Acho que com 12 a 13 anos eu parei. Eu gostaria de voltar a estudar, fazer algum curso para me profissionalizar. (Lia, 2017).

Sobre a prostituição, Lia contou que a “necessidade me trouxe para a prostituição”. Falamos sobre os riscos da profissão e Lia comentou: “*Eu vejo telejornais, na televisão aparecem tantas agressões, mortes, disso...aquilo outro. Eu comecei a me prostituir em São Paulo, em Belém só era cabeleireira*”. Perguntei se ela teria alguma mensagem para uma criança trans, que está dentro da escola hoje:

Ah, eu acho que a gente tem que ser sempre a gente, independente do que o povo pensa, acha, os terceiros, os segundos não influenciam em nada. Sonho de vida, tenho? Quero construir a minha família. Acho que a mulher trans tem a possibilidade de constituir família, adotar criança. Eu tenho uma amiga que é casada, vive bem. Adotou filhos e tudo. Não só um, mas dois. (Lia, 2017).

O que revolta a sociedade é que esses corpos não permitem que suas sexualidades sejam controladas, transexuais e travestis são vistas como *outsiders*. Entretanto, tais corpos são também o lugar e a possibilidade de potência e transformação dos controles sociais. Nesse sentido, Luma Nogueira de Andrade destaca como seu “corpo-monstro” é espaço de resistência das amarras e regras sociais:

Luma: mudei o nome, sim. Sem a questão de ter que passar por cirurgias ou algo parecido. Sou muito bem resolvida nesse campo. Então eu tenho minha genitália masculina, mas ela não define o meu gênero em hipótese alguma. Eu sou uma mulher com pênis, eu sou uma trans com pênis, eu sou uma travesti com pênis, eu sou várias possibilidades de ser. Mas o importante é o quê? É afrontar as normas, é dar voz também aos corpos que produzem um enfrentamento a esse modelo, a esse mulheramento. (FERNANDES, 2018, p.65)

Ariel não estava sentada, conversamos na calçada em frente ao bar. Ela pareceu tranquila em estar em pé. O frio de São Paulo não nos intimidou, era mais ou menos uma hora da manhã e a Ariel estava disposta a dar seu depoimento. Pergunto: Você é de onde? De qual cidade?

Vim de Manaus, Amazonas. Cheguei em São Paulo com dezessete anos. Vai fazer cinco anos que moro aqui. Hoje estou com vinte e três anos. Minha transformação começou com catorze anos...mas eu me descobri bem antes...Com nove anos eu já era uma mulher. Com dezessete anos tive minha primeira experiência sexual. Dos oito até os treze anos eu só queria mais era me vestir de mulher...Fantasia de mulher (Ariel, 2017).

A idade de Ariel me surpreendeu (23 anos), a diferença de idade com as outras entrevistadas era grande. Questionei: olhando para sua infância, o que a escola lhe traz de lembrança?

Nossa, muita saudade. Eu fui totalmente acolhida. Bastante, nossa. Eu era a sensação da escola. Como colega, amizade, sempre fui mente aberta. Então assim, tipo, eu sempre interagi. Pra mim não foi nenhuma dificuldade, nenhuma. Uma lembrança forte, minha primeira professora de português, maravilhosa! Nossa senhora, ela foi uma mãezona pra mim (Ariel, 2017).

Ariel revela um outro lado das possíveis vivências escolares, pois não há apenas sofrimentos no interior da escola. Uma professora de português marcou sua realidade e imprimiu em sua educação um tratamento digno. Sua experiência escolar explicita as múltiplas possibilidades das trans vidas, com o ideário de suspender certezas e analisar os arranjos e desarrajos, que constituem a perspectiva que temos acerca das pessoas travestis e transexuais.

O relato de Ariel era diferente da história narrada por Ana. Perguntei: você tem algum conselho para as crianças de agora? Minha ideia com essa questão foi trazer alguma reflexão sobre a infância delas e a infância atual, assim elas fariam um paralelo, buscando pensar nas diferentes infâncias. Você acha que falta alguma coisa ou não? “*Eu acho que tipo assim, mais maturidade*”. Questionei Ariel: o que te trouxe para a prostituição?

Com dezessete quando eu mudei pra São Paulo. Foi o meu primeiro cachê...E daí, então, eu queria botar silicone no peito... Então...Hoje tenho prótese. Foi meu sonho de colocar a prótese. Para me sentir realizada como mulher. Mas tipo assim, eu queria mais e mais né. A gente quer ser mais e mais, então não tem que parar e estacionar naquilo, ficar naquele mundinho...Só droga, putaria, sacanagem. Tem o outro lado que é. Tem de estudar... tem que ter putaria e estudo. As duas coisas combinam só é você saber... (Ariel, 2017).

Nesse sentido, Benedetti (2005) destaca como se dão as relações na prostituição:

É também nesses lugares que aprendem os métodos e as técnicas de transformação do corpo, incorporam os valores e formas do feminino, tomam conhecimento dos *truques* e técnicas do cotidiano da prostituição, conformam gostos e preferências (especialmente os sexuais), aprendem o *habitus* travesti. Esse é um dos importantes espaços em que as travestis se constroem corporal, subjetiva e socialmente (BENEDETTI, 2005, p.115).

França (2017) afirma que as histórias compartilhadas ajudam as prostitutas a criar repertórios de ação, valores, posturas e linguagens. As iniciantes se familiarizam com práticas e sentidos, guiam-se por um modelo de profissional (carinhosa ou “safada”) e, desenvolvem um estilo próprio, com suas próprias particularidades e com a percepção de seus efeitos sobre os clientes. Alteram sua forma de participação e isso não acontece em contexto estático, as práticas sexuais e relacionais estão em transformação na zona boêmia e no mundo em geral.

O corpo de Ariel era um processo, em constante transformação, para realizar seu sonho, sentir-se realizada como mulher. As imagens corporais internalizadas como nossos modelos impregnam nossos corpos com jeitos, expressões faciais, gestos, mesmo que o tempo de convivência com esses modelos seja breve. Nesse sentido, Ariel buscou alcançar uma autenticidade de seu corpo na subversão do natural-corporal-original.

Oliveira Jr (2005) destaca que,

A construção de imagens-corpos se dá tanto nos acessórios que colocamos sobre o corpo, quanto naqueles que colocamos nele, a pele como limite e interface entre o que está sobre e o que está dentro. Aquilo que é inserido no dentro, por ser entendido como conteúdo interno corporal, deixa de ser (pensado como) acessório. (OLIVEIRA Jr, 2005, p.59).

Ariel me mostrou sua prótese de silicone, sorria enquanto falava. Indaguei: qual é seu sonho hoje?

Hoje sonho em fazer minha faculdade. Quero fazer faculdade de assistência social. Para ajudar...ajudar mais as minhas amigas (...). Tem muitos casos de meninas que se matam, meninas transexuais ou meninos transexuais que se matam por conta da confusão ou por conta de depressão. Sei muitos casos. Bastante. De amigas. Perdi muitas amigas. Um sonho que tenho é ter o meu apartamento, ter o meu belo carro e ajudar minha mãe. Trazer minha mãe pra morar comigo e ficar tranquila (Ariel, 2017).

Pazzini (2015) afirma que existem dois lados da prostituição: a) não é fácil ganhar muito dinheiro, principalmente nas estações frias, pois os programas são escassos; e b) podem ganhar bastante dinheiro com o alto número de homens ricos procurando esses serviços. O que deve existir é um planejamento: guardar dinheiro, para que não falte. A autora destaca que:

Tiffany disse que mesmo com perigo, é uma vida fácil. O que faz é ficar sem fazer nada durante o dia, depois se arrumam e vão fazer o programa. Não tem que trabalhar a semana inteira, o dia inteiro e prestar contas no final do dia. Que elas alugam o quarto, mas não prestam contas para ninguém. Uma lógica valorativa bem diferente daquela que valoriza o trabalhador. O que se valoriza, nesse caso, é a autonomia frente a possibilidade de não ter que se submeter a serviços precários (PAZZINI, 2015, p.92).

Elis apareceu no bar dos Amigos e começou a conversar com uma das mulheres que ainda iria entrevistar. Convidei-a para participar da pesquisa e ela aceitou. Ela relatou ter 20 anos e ser de São José dos Campos. Pedi que ela contasse um pouco sobre sua infância e sua família.

Me descobri aos 12 anos, não gostava muito das coisas de meninos, sempre me vi como menina desde criança, desde sempre, nunca me senti um homem. Com 14 anos eu experimentei ficar com uma menina, mas não gostei. Sempre me senti uma menina. Minha família foi ótima pra mim, na minha infância. Quando me assumi foi meio que um choque, me assumi com 14, antes a família fingia que não viam, mas já sabiam. O meu pai não aceitou muito bem, ele respeitou, mas ele não aceitou. Hoje eu não tenho mais contato com ele, faz muito tempo, hoje não faz mais diferença. Para mim a palavra pai não diz nada. No começo foi tranquilo, mas depois que eu comecei a me transformar houve muito preconceito, tanto é que eu parei de estudar. Com 16 anos eu parei, no 1º ano do colegial. Nunca mais retornei. (Elis, 2017).

Elis aparentava ter menos de 20 anos e já trabalhava nas ruas. Questionei desde quando estava em São Paulo e como ela tinha iniciado na prostituição:

Eu vim pra São Paulo esse ano. Eu vim para realizar meus sonhos, vim pra prostituição pra realizar meus objetivos, ter uma independência, um dia eu pretendo voltar pra escola. Mas essa profissão tem vários riscos né. A gente sai com pessoas que a gente não conhece, não sabe, entendeu. Não sabe o que ela pode fazer ou não. Fora as doenças também. Já tive experiências ruins, um cara que eu saí me deu um murro, tenho essa cicatriz aqui na boca, o cara me deu um murro só pra zombar. (Elis, 2017).

Indaguei sobre as brincadeiras de infância e quais sonhos que ela tinha. Elis respondeu: “*Ah, eu gostava muito de “esconde-esconde” e “mamãe da rua”*. Sonho de vida, não sei bem, eu quero ter minha casa, sair dessa vida de prostituição”.

Eva era de Maceió, Alagoas e estava em São Paulo há 11 anos trazida por uma cafetina com 12 anos para se prostituir, “*vim para cá por causa das dificuldades, as pessoas lá são muito humildes*”. Perguntei sobre seu processo de transformação:

Meu processo de transformação acho que foi desde os 4 anos. Eu sempre fui afeminada. Eu já sentia interesse, já sentia uma coisa diferente...daí foi acontecendo as coisas. A família é uma coisa muito especial, porque eu só tenho pai. Minha mãe faleceu no parto, mas o meu pai sempre me adorou. Sou filha única, no começo teve críticas, entendeu, mas ele não ia me matar, né. A partir dos 11 anos eu já sabia que era mulher. (Eva, 2017).

Indagada sobre as experiências escolares, Eva fechou o sorriso que tinha nos lábios:

Assim, eu tive muito preconceito, por ser afeminada, eles me ignoravam, queriam me agredir. Foi uma dificuldade muito grande. Uma vez eu estava na sala de aula e um aluno veio querer me agredir por eu estar com outras meninas, porque eu sempre gostei de estar com as meninas, e não com eles. Ele veio tentar me agredir e eu revidei. Eu estudei até os 10 anos, eu tava na quinta série. Depois começou meu processo de transformação, eu sai e não voltei mais. Uma mensagem que eu deixaria hoje pra escola: que eles têm de abrir mais a cabeça que a vida não é assim, tem que pensar mais. (Eva, 2017).

Questionada sobre professores(as) ou colegas de sala Eva narrou:

Lembrança de professores? Eu lembro que tinha uma professora que via meu jeito afeminado e não gostava, ela me beliscava, mandava eu mudar o meu jeito, só que eu não conseguia. Uma brincadeira que aprendi na escola e que guardo até hoje é dançar. Eu tenho vontade de voltar a estudar e ser psicóloga. Sonho em ser muito rica! (Eva, 2017).

Pedi que ela relatasse um pouco sobre a prostituição, Eva contou:

Eu acho a prostituição muito difícil. Porque você passa por muita humilhação e tem de passar por ela calada, se magoando por dentro, só que a sociedade não vê isso, que a gente sofre, por estar em uma esquina. Só sabe aquela que passa. Para mim o maior risco dessa profissão é pegar muitas doenças. (Eva, 2017).

Bia estava encostada na parede do bar, eu sorria enquanto o câmara nos enquadrava. Essa mulher era um mito para a cena trans paulista, havia muitas histórias sobre cafetinagem na Europa, que envolviam Bia. Ela foi uma das mulheres que abriu caminho para as outras, por isso é considerada uma das precursoras das mulheres trans. Ela é um exemplo de resistência, um livro pronto para ser estudado. Iniciei perguntando: você se descobriu uma menina trans com quantos anos?

Eu virei travesti com catorze anos de idade. Com nove, dez anos de idade eu já olhava para os meninos. Sempre foi assim. Desde criança. Nunca tive a fase menino. Sempre menina num corpo estranho. Me trancava no quarto assim, colocava as roupas das minhas irmãs. A minha mãe arrombava a porta pegava um monte de roupa de mulher assim espalhadas pela ... pegava as roupas das minhas irmãs espalhadas porque que eu tava vestindo (Bia, 2017).

Olhava Bia com admiração, para mim essa mulher negra, forte, era um mito, pois já havia passado por muitas lutas, e continuava levando sua vida com positividade e alegria.

Luma: Dessa experiência de uma situação de classe interseccionalizada com a questão de gênero e sexualidade, surge um potencial ainda maior de tentativa de resistência, de sobrevivência nesses lugares normativos; porque você vai passar a representar o não lugar, o não lugar da classe – de uma situação de classe baixa -, e outro lugar, também, que é a questão do não se enquadrar dentro de uma ordem de gênero, como previsto pela sociedade tradicional, conservadora. (FERNANDES, 2018, p.66).

Alguém que sempre quis conhecer melhor. Questionei: Bia, o que é a escola para você?

A escola pra mim foi difícil porque eu tinha uma certa idade e na verdade eu peguei uma fase muito dura, né. Eu deixei de estudar porque eu era agredida na escola, entendeu. Meus irmãos participavam da briga e eu falei assim, gente, se eu continuar frequentando a escola o que vai acontecer? Eu vou ficar vendo os meus irmãos brigando com as pessoas para me defender e eu não quero isso pra mim. Entendeu? Ai eu abandonei a escola...Acho que uns dez, doze anos. Eu parei na quinta série (Bia, 2017).

Perguntei sobre sua família, e sobre a visão que ela tinha da escola nos dias atuais:

Família pra mim... foi muito bom, graças a Deus. Minha família me apoiou muito. Eu sou carioca, sou do Rio de Janeiro, tá. A minha família sempre me

apoiou muito, me aceitaram, entendeu? Eu vim de uma época muito forte, da época da ditadura. Então... Eu fui bem acolhida pela família. Se hoje eu fosse falar alguma coisa para as crianças que estão vindo agora, eu ia dizer...Olha, que tá bacana pra elas na verdade, né? Tá mais amenizado, quase uns oitenta por cento, né? Eu não vou falar cem porque a gente nunca vai dar o cem por cento, né? Acho que tá muito bom. Acho que escola de hoje inclui. Na minha época não incluiu...Na minha infância não, porque se eu continuasse ali ia acabar acontecendo uma tragédia, né? Todo o dia apanhando por, por ser travesti né? Não dá né? (Bia, 2017).

Perguntei a idade de Bia, suas brincadeiras de infância e sobre a prostituição:

Agora eu tô com quarenta e quatro. Uma brincadeira que eu brincava muito era amarelinha. Pular elástico. Nossa senhora! Eu vim com catorze anos para a prostituição? Meu primeiro programa foi no interior, em Piracicaba. Para mim valeu a pena. Eu acho que prostituição é profissão. (Bia, 2017).

Fiquei feliz com a oportunidade de entrevistar Bia, já era madrugada e estávamos cansados, agradei sua participação. Cumprimentei Mila que estava alcoolizada, sentada em uma pequena mesinha na calçada. Ela pediu mais uma bebida. Começamos a gravar e ela disse: “o que você vai perguntar?” Cheguei mais perto da mesa, em pé mesmo e o câmera mudou de posição para nos enquadrar melhor. Perguntei: onde estamos? Qual o nome dessa rua?

A gente tá aqui no centro velho de São Paulo. Rua Rego Freitas. Boca do Lixo. É um negócio que é meio feio eu falar pra vocês. Boca do lixo é o que? É onde vira tudo quanto é tipo de coisa. É sofá velho, é num sei mais o que, mas não é isso que a gente tem que conversar. Eu vim daqui de São Paulo mesmo. Vermelhão, Campanário, Conjunto Habitacional que não é favela né? A gente vem iludida. Achando que... Bom, no meu caso eu nem sei o que eu pensava na época. Eu sempre desenhei muitas bonequinhas no colégio, muito novinha, muito afeminada, diferente dos meus amigos.... Se você estiver me ouvindo deve tá entendendo (Mila, 2017).

Eu tinha o interesse em trazer sua infância, soltei: vamos voltar para a sua infância, o que você lembra?

Era muito afeminada, muito diferente... Mas a sua mãe é crente menino, que isso? Renato hoje não fez aula de física, ele só fez brigar com as meninas e brigou com a fulana. Ah, mas ela desenha. Será que ele é bicha? Professora, ele tá me chamando de bicha. Nunca admiti isso, ser chamado de bicha. E aí é viado? Será que vai ser viado? Mas não, nunca era, nunca se assume. E tal, e entra ano, sai ano e passa... (Mila, 2017).

Mila se prolongava em suas falas, perguntei: sua transformação começou com que idade? E sua vida sexual?

Sempre sentia tesão nos homens mais masculinizado. Tive minha primeira atividade sexual com dezenove anos. Eu via os homens com shortinho jogar bola, sabe, uns se pegando em cima do outro já ficava excitado batendo aquela punheta em cima do beliche. Que isso meu filho?! Essa cama tremendo? Ai mãe não é nada. Ai tá, entra ano e vai ano mas sempre tem aquele, você vai para o colégio... Seu Estevão, não esqueço até hoje ...Sempre ia pra escola e tem de comprar uma régua, um caderno. Seu Estevão me dá um lápis. Ele sempre me levava para um canto, sabe. O meu nome de homem é Renato. No caso era o Renato bicha. Vem cá bichinha. Botava aquele negócio assim meio estranho que não saia de mim, sabe. Que o meu com toda a minha recolha não entendia quando eu ia ver eu tava toda melada, toda... Até que um dia eu tinha dezesseis anos eu vim pro colégio com meu pescoço todo sujo. Aquela casca que cheirava cândida. O viadinho ali, gozaram no pescoço dele ... Lá ia eu com o pescoço cheio de porra pro colégio. (Mila, 2017).

Mila relatou que sua mãe era muito religiosa, ela afirmou que “hoje em dia eu sou uma prostituta”. Questionei: com quantos anos você saiu da sua casa?

Eu sai com dezenove anos. Graças a Deus o meu pai me aceitou assim. Um pernambucano daqueles, mas ele me aceitou, ele foi um cara legal comigo, mas eu nunca mais voltei pra trás. Tem vinte anos. Eu tenho trinta e sete anos hoje. Tem vinte anos que eu não sei, eu não sei o que é minha família. O meu carinho, o meu cafuné é só aquele ... vai chupar gostoso? Vai fazer bem? Porque a gente é mais do que isso. Hoje em dia eu voltei a estudar, voltei a viver, acreditar na vida. Tô tentando estuda. Tô tentando me lapidar. (Mila, 2017).

Mila desabafou sobre sua vida na prostituição:

Eu achei que ser puta era botar uma roupinha de mulher, falar o meu preço e voltar. Mas não é assim. O homem que pensa no seu preço ele pensa no que ele vai fazer com você por aquele preço. Não é mais assim...Você que tã do outro lado sei lá...eu tô tentando me expressar, tá difícil, mas olha pra gente com piedade, com amor, com solidariedade, com aquela visão de que vai mudar, vai ser melhor. Porque é muito difícil pra gente. (Mila, 2017).

Perguntei se Mila gostaria de deixar uma mensagem hoje para as crianças trans. Se uma criança fosse assistir esse vídeo Mila, o que você diria para ela?

Logo eu que não tenho nada na cabeça? Olha, um conselho de uma mãe, de um pai, é tudo. Posso falar uma coisa? Longe de casa tudo é mentira. Que você for ouvir o amor é tudo mentira. Ouve a mamãe. Tenta ouvir o conselho da velha. Elas falam demais mesmo. Nossa, a minha falava pra caralho! Olha o traveco. Tudo o que minha mãe falava bateu pra mim. E quando ela falava isso pra mim ela falava...e quando você der valor vai ser tarde. Eu sou um daqueles travestis da boca do lixo que ouço que sou bonita, mas sou vazia.

Sou vazia. Procuo um dia após o outro ser legal, não aprontar tanto como antes que eu já roubei, já aprontei, já fiz e aconteci. (Mila, 2017).

Mila contou que estava estudando, o assunto me interessou, questionei: o que você tem a dizer sobre a política de hoje?

Voltei a estudar. Sabe? Hoje em dia eu vou pra escola. Hoje em dia uma hora dessa, olha vai demorar pra ouvir essa historinha minha...Eu só tô assim porque eu tô com dois conhaques na mente, tô expressando o que eu penso, sou um viado muito louco. Com fé em Deus não acabar nisso porque é muita humilhação. Eu posso falar, o estudo tá fazendo tudo na minha vida. Sabe por quê? Porque uma hora dessa eu falaria de pomba gira...de deus, do pai nosso, mas quando você estuda uma filosofia você nem pensa nisso. E também não tô infeliz não viu. (Mila, 2017).

Notamos assim, a procura do ser humano pela fé, sugere-se que grupos *queer* sentem-se fora dos padrões, considerando que a religião possa trazer mais sentido à vida desses sujeitos, talvez seja possível que a presença de uma religiosidade focada aos grupos distantes da sociedade heteronormativa, é uma tentativa de liberdade assumida da negação de um padrão dominante. Na religiosidade afro é importante destacar que as travestis e transexuais podem desenvolver possibilidades de compreender o seu modo de viver o gênero e sexualidade para além das explicações das teorias biológicas e normativas (NASCIMENTO, 2016).

Nesse sentido, Lemos considera que:

A religião continua em cena porque o ser humano precisa dela para se localizar num mundo dotado de significado e para se entender como parte de um cosmos. Ou seja, o indivíduo para entender a si mesmo, compara-se com outros, com valores, instituições e com os significados presentes na sociedade (LE MOS, 2005, p.26).

Dia vinte e seis de outubro de 2016, o estilista Ronaldo Fraga lotou o Teatro São Pedro na cidade de São Paulo, com *casting* de 28 modelos formado apenas por pessoas transexuais para desfilar sua coleção intitulada “*El dia que me quieras*.”¹⁴ Eu não tinha acompanhado os desfiles do São Paulo *Fashion Week* e agora Lara segurava seu *smartphone* em minha direção e dizia:

14 “El dia que me quieras” foi uma referência à loja do estilista baiano Ney Galvão usada por Ronaldo Fraga (estilista mineiro) em seu desfile para discutir o respeito aos transexuais com um olhar poético. Informações disponíveis em <http://vogue.globo.com/desfiles-moda/noticia/2016/10/ronaldo-fraga-apresenta-colecao-el-dia-que-me-quieras.html>. Acesso 26 set. 2017.

“eu desfilei para o Ronaldo Fraga, eu e outras 27 trans, ele queria mostrar que somos muito mais do que só prostituição e curso de cabelereira. Eu tive o prazer de conhecer a Constanza Pascolato. Eu recebi um convite através de um amigo, Diego Casmurro, um agenciador.”

Lara contou-me que era de Londrina, no Paraná, e que tinha 31 anos. Perguntei como tinha sido seu processo de transformação:

Esse processo foi muito doloroso. De uma certa forma. A nossa sociedade é extremamente hipócrita. Tem uma certa barreira, porque eu acho que a educação, querendo ou não ela vem de berço. Tive muita discriminação no período de escola, sofri violência sexual, eu não frequentava banheiro masculino ou feminino na escola, tive sérios problemas de saúde. Inclusive na contenção urinária, tive infecções posteriormente, porque eu tinha medo de ir ao banheiro e ser agredida por alguém. Na época era dito como afeminado, “bambi” como a sociedade costumava rotular há 20 anos atrás. (Lara, 2017).

Questionei se Lara tinha sofrido alguma discriminação, dentro do banheiro, na escola. Ela relatou que sim, tanto no banheiro como na sala de aula, agressões físicas e verbais, quando ela morava no interior de São Paulo, em São José dos Campos, cidade na qual residem seus pais. Perguntei: o que te marcou nos primeiros anos de escola, o que você consegue resgatar?

O que não nos mata nos fortalece, nossa vida é baseada numa questão de sobrevivência, é bastante doloroso, mas é a realidade e nosso país não enxerga isso. Eu sempre vivi isso. Eu já conhecia travestis. Eu via isso de uma forma muito marginalizada. Eu nunca me vi como homem, mas eu não queria passar pelo mesmo que as minhas amigas passam. Não queria isso pra mim. (Lara, 2017).

Percebi que retomar essas lembranças era doloroso para Lara, pois ela ajeitava-se na cadeira em minha frente. Perguntei: quais os principais sintomas do preconceito ou do *bullying* que você sofreu na infância que mais te marcaram e que hoje você pensa que se tivéssemos uma outra pedagogia você poderia ter sido poupada?

Se existisse uma formação melhor, tanto familiar quanto social das pessoas do seu cotidiano porque a educação vem de casa e, muitas das vezes, o preconceito já começa dentro da casa das pessoas e isso acaba levando para fora das suas residências. Aconteceu bastante experiências desagradáveis, já fui barrada até de olimpíada de matemática, fui classificada pela escola e teve algumas pessoas que se incomodaram pela forma, pela minha postura, falaram porque que esse viado vai e eu não vou? Não aceitavam, eu fui barrado por inúmeras oportunidades pela questão do preconceito. (Lara, 2017).

Mais especificamente na escola, questioneei sobre os(as) professores(as), as memórias de acolhimento ou de exclusão, quais brincadeiras marcaram sua infância?

Minha primeira professora, em 1993, ela viu eu sendo vitimizada, eu estava na primeira série, tinha seis anos de idade e eu não esqueço disso nunca, e ela disse “nada pode ser barreira se você acreditar que pode superar qualquer obstáculo, nosso mundo é cheio de cobras e você escolhe, ou você passa por cima delas ou você é aterrado por elas.” Eu nunca esqueci disso. Já as brincadeiras de escola eram as mais desagradáveis: o bambi, o veado, 24, o gay, o chupão. Coisas que nunca esqueci. Eu já sou formada, fiz o tecnólogo em gastronomia, e posteriormente eu consegui uma bolsa de estudos e fiz uma Pós em culinária internacional e padrão de gastronomia internacional em Toronto no Canadá, fiquei oito meses por lá, foi maravilhoso. Tirando o frio 22 graus negativos. (Lara, 2017).

Lara estava empolgada, contando seus sucessos e seu processo de educação depois de adulta. Estava preparado para ouvir histórias complexas, semelhante as violências narradas por Elis, então perguntei: que caminhos te trouxeram para a prostituição? Essa que eu considero uma das profissões de mais alto risco:

Olha deveria sim ser reconhecida como profissão, afinal é a profissão mais antiga da humanidade. Mas isso é no nosso país, porque em outros países é sim profissão, é registrado, existe uma certa segurança pra pessoa. Porque nós não sabemos o dia de amanhã. Principalmente para as profissionais de rua, quem tá na rua tá exposta. Quantas eu já vi entrando em um carro e não voltando?! Eu trabalhava na gastronomia como chef de cozinha, eu apenas recorri a prostituição como uma medida de desespero para ajudar minha mãe doente... Ela ficou muito doente, quase veio à óbito, em 2013. Eu larguei minha profissão, renunciei meus direitos trabalhistas na época, eu precisava pagar meu aluguel, morava sozinha. Foi uma medida de desespero. Claro, tem a questão financeira, as pessoas dizem que é dinheiro fácil, não é. É um dinheiro rápido, é diferente. Não é fácil você sair com uma pessoa que você não conhece, você nunca viu, que você não sabe o que vai acontecer. Tantos caras que eu já que me ajudaram, foram maravilhosos. Inclusive um me ajudou muito, pagou minha feminilização, minha plástica facial. (Lara, 2017).

França (2017) destaca que as prostitutas utilizam técnicas para obter mais lucro acrescentando cuidado e carinho, assim os clientes voltam a procurá-las e as indicam a conhecidos, fidelizando-os. Os “fixos” asseguram a renda, já que o “movimento de corredor” é variável ao longo do mês. Clientes especiais pagam mais pelo programa, dão presentes ou as “ajudam” a pagar contas ou adquirir bens. As relações com maior intimidade e duração podem

ser mais ricas, mas tornam os limites do programa menos demarcados, afetando o controle que as prostitutas desejam manter.

Perguntei sobre sua iniciação sexual e pedi que ela contasse um sonho que tinha na vida. Lara relatou:

Eu tive um bloqueio muito grande nesta questão da relação sexual, quando eu tive certeza, convicção de que eu era trans, eu não aceitava o fato de eu ser mulher e ter nascido no corpo de um homem, eu não conseguia ficar nua na frente de um outro homem, na frente de ninguém, tinha esse bloqueio, eu tive 4 processos de interdição psiquiátrica porque eu tentei a automutilação e hoje eu consigo lidar com isso muito bem. Minha primeira relação sexual foi aos 23 anos de idade. Um sonho de vida que tenho é passar para sociedade que nós não somos bichos, somos seres humanos. (Lara, 2017).

Nina veio de Belém do Pará com 16 anos. Iniciei perguntando sobre sua transformação:

Com cinco anos eu já olhava para o sexo oposto e tinha desejo de ver o homem sem roupa, essas coisas que acontecem nessa transição, com o tempo eu já fui me identificando com aquela diferença. Ou seja, eu não queria ser aquilo que eu era, menino. Eu me sentia menina. Gostava de boneca, de roupas de menina. Na escola estava sempre enturmado com as meninas. Não gostava de nada de esporte masculino, era sempre feminino, sempre com as meninas. Tive meu primeiro contato sexual com 12 anos, eu tinha curiosidade, mas desejo não! (Nina, 2017).

Questionada sobre sua família Nina afirmou:

Família para mim é aquela que te apoia independente do que você é, negro, homossexual, branco, o que for. É aquela que te apoia, mas a gente sempre acha muito preconceito dentro e fora da família. No meu ponto de vista o fundamental é você receber o apoio da família, porque eu acredito que muito da nossa educação vem da sua família. Porque tem aquele que diz: mãe sou gay..Ai pega suas coisas e sai de casa porque não tenho filho gay”. A sua família acaba te incentivando a ter uma vida de risco, usar drogas, parar na prostituição, pegar um tipo de doença. Acabar morrendo por aí, ficar muito vulnerável, por causa de algumas atitudes da família. Quem mais apoiou foi minha mãe e meu irmão do meio. O restante sempre teve preconceito, mas com o decorrer da vida a gente vai adquirindo uma autodefesa e vai levando a vida da forma que a gente acredita que vai viver melhor. (Nina, 2017).

Sáimos do tema da família e perguntei sobre as experiências educacionais:

A escola sempre foi aquele preconceito, mas foi muito boa pra mim. Me incluiu. Tudo o que sou hoje é devido à escola, ao estudo, tudo o que estudei,

então a escola me preparou. Preconceitos têm sim, mas se você levar muito pelo lado do preconceito você não vai conseguir ser o que você é, você vai sair da escola, [...] não vai saber conversar com as pessoas de uma maneira adequada, sempre tem um preconceito, mas você tem de ter o seu foco. (Nina, 2017).

Com treze anos, Nina passou por uma situação em sala de aula que acabou envolvendo a professora, a direção da escola, uma estudante da turma e sua mãe:

Uma vez, eu estava chegando na sala de aula, eu e uma amiga chegamos atrasadas, em um dia de prova. Ai uma aluna falou assim: “ai professora chegou o gay e a puta atrasados”. Olhei pra professora e ela não teve reação nenhuma como professora, como educadora, ai eu fiquei com raiva fui até a carteira da menina bati com um livro nela e a professora pediu pra eu sair da sala de aula e me levou pra diretoria, mas ai eu acabei indo pra casa falei para minha mãe e minha mãe foi lá. (Nina, 2017).

Perguntei qual era o sonho de vida que Nina tinha? Ela pensou por alguns segundos e disse:

Sonho de vida? Tô vivendo agora, olhar pra sociedade sem medo do que eles falam ou deixam de falar, assumindo pra todo mundo que eu sou travesti e que eu sou feliz, eu também trabalho, faço meus bicos de cabeleireira, mas é isso ai. A própria sociedade que nos discrimina durante o dia, que vai pra televisão e nos discrimina, que fala isso da travesti, fala aquilo do transexual, é a sociedade que alimenta a prostituição durante a noite. Porque os homens que nos procuram são todos casados, tem família, são advogados, juízes, promotores, eles saem com a gente. Muitos têm fetiches bizarros, alguns tiram objetos de dentro deles, outros pedem para fazer fora do carro, pedem coisas bizarras, que a gente pensa, como que essa pessoa consegue?! Mas a gente tá nessa vida pra isso... (Nina, 2017).

Para Foucault é preciso abandonar a ideia de que as sociedades modernas tenham uma repressão mais intensa do sexo. Há uma explosão visível das sexualidades heréticas, mas, sobretudo, um dispositivo bem diferente da lei: que apoie em procedimentos de interdição, ele assegura, com mecanismos entrecruzados, a proliferação de prazeres específicos e multiplica as sexualidades disparatadas (FOUCAULT, 1988).

Nesse sentido, o corpo não é um local passivo sobre o qual age o biopoder, mas uma potência que torna possível a incorporação prostética dos gêneros. A sexopolítica torna-se, assim, um espaço de criação, no qual se criam e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, transgêneros, pós-coloniais. As minorias sexuais tornam-se multidões, o monstro sexual torna-se *queer* (PRECIADO, 2011).

Assim, os corpos *queer* surgem em um contexto de “desterritorialização” da heterossexualidade, afetando o espaço urbano e o espaço corporal. Essa “desterritorialização” dos corpos consolida a resistência aos processos do tornar-se “normal”. Nesse processo, a multidão *queer* tem a possibilidade de interferir nos dispositivos biotecnológicos de produção de subjetividade sexual (PRECIADO, 2011).

Dora sentou-se em minha frente, com uma miniblusa do Mickey e um casaco cinza, sorriso aberto e disposta a conversar. Ela é do estado do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre. Iniciei: na sua infância, quando você sentiu que começou seu processo de transformação?

Na realidade desde que eu me conheço por gente eu já tinha essa atração por homem e isso foi só crescendo em mim. Eu me sentia uma menina, gostava de rapazes, andava com as meninas, estava sempre enturmada com as gurias e foi isso. Acho que na realidade nunca existiu uma parte homem de verdade. Já teve um tempo que eu experimentei mulher, já fiz filmes com mulher, mas assim não tem... Minha atração é homem desde que eu me conheço por gente. Já fui atriz pornô. Já atuei. Fiz uns quarenta filmes. Mais ou menos. (Dora, 2017).

Perguntei como e quando tinha começado sua transformação, e qual o papel da família nesse processo:

É complicado de te descrever, sentir uma vontade e sentir preconceito ao mesmo tempo que é complicado, mas acho que comecei a me sentir diferente com acho que aos dez anos mais ou menos. É que foi mais ou menos quando eu comecei a me descobrir. Minha família? Minha mãe, meus irmãos, meus primos, tias me dou bem com todos graças a Deus. Eles me aceitam. Meu pai é falecido desde os meus dezessete anos. Ele sempre me aceitou. Já minha mãe pelo contrário. Tanto que ela virou evangélica porque ela não aceitava. E ela não aceita até hoje. A gente se respeita, mas é meio complicado, né? A gente se dá bem, mas não tem aquela amizade, aquele vínculo. Até hoje ela não aceita. Ela me chama pelo nome masculino. Eu tive oportunidade já várias vezes de trocar o nome e por questão de que foi ela que deu não vou fazer isso enquanto ela viver, né? Já o meu pai esteve sempre do meu lado: “eu acho que tu deve ser feliz, só uma coisa, te cuida.” (Dora, 2017).

Dora ia esperar a mãe morrer, para só então usar seu nome feminino. Fiquei uns segundos pensando sobre isso e perguntei: quais lembranças você tem dos seus primeiros anos de escola?

Eu estudei no colégio próximo de onde minha mãe mora até hoje. Então eram vizinhos, pessoas da comunidade próxima e até era tranquilo, mas sempre tinha uma complicação. Uma briga. Uns meninos querendo bater...por

questão do preconceito. Fui agredida...Verbalmente, principalmente, muito. Rompi com a escola quando eu tinha... acho que uns dezessete pra dezoito anos. Eu estava na sexta série. Acho que era mais ou menos por ai. Acho [a escola] muito cansativo. Muito tempo perdido, vamos colocar assim. Lógico que ... É muita coisa pra se estudar né? Mas acho que é um tempo meio perdido. O estudo é tudo e eu tenho vontade de concluir e até fazer uma faculdade. É necessário. Da escola eu trago a lembrança da quinta e sexta série que foi a despedida da escola. A professora Magali. Era uma turma unida, sabe, era muito bom naquela época. Ai quando se desfez a turma que foi, ai eu perdi o gosto... Além de ser cansativo ainda perdi o gosto de concluir os estudos. Isso lá em Porto Alegre. (Dora, 2017).

Dora veio para São Paulo em 2008, fez cirurgias de feminilização e foi para a Europa, passou alguns meses na Espanha se prostituindo: “lá é euro né, com certeza é melhor lá”. O tema surgiu novamente, indaguei: o que te trouxe para essa profissão da prostituição, com todos os riscos que ela traz?

É, acho que a independência. Viver como eu queria. Minha família não é classe baixa, é classe média. Eu teria um suporte de ter estudado, de ter sido uma transexual com um emprego, com um próprio estabelecimento. Só que é aquela coisa, eu queria, eu queria viver da minha forma. Dentro da casa do pai e da mãe tem regras. A mãe não aceitar também mais complicado ainda ai...Ai acabei saindo de casa aos dezessete anos. Trabalhei como cabeleireira em salão. Eu vi que não era minha área apesar de gostar da área da beleza, de estética. Só que cabelo não dá muito dinheiro. Quero investir na área de estética. É meu sonho. (Dora, 2017).

Dora abriu um grande sorriso para falar de seus sonhos, planos. Perguntei: quais são os riscos da prostituição para você?

Além das doenças que tão bem ai e tão cada vez piores .. Risco de um noiado na rua ... pega uma faca. Um tiro...Já tive duas vezes a arma na minha coxa... tipo assim... Você tá sentada no carro conversando de boa ... dai...Desce! Como assim?! É ruim né? Já vi histórias muito piores que foi bem forte. Sabe, de amigas minhas apanhar. De te pegar aqui e te largar a quilômetros e a pessoa não tem dinheiro pra voltar. Ai é um risco. (Dora, 2017).

Os relatos de Dora não eram muito diferentes dos coletados anteriormente. Nesse sentido, Pinheiro e Jucá (2009) afirmam que em razão desse cenário, o regulamentarismo é a melhor alternativa para que os direitos fundamentais das pessoas que se prostituem sejam assegurados. Ao invés de ignorar (abolicionismo) ou proibir (proibicionismo) a prostituição, o regulamentarismo considera a prostituição um fator social, merecedora de respeito e proteção estatal como outras profissões, resguardando às prostitutas todos os seus direitos fundamentais.

Pedi para Dora falar um pouco mais sobre seus sonhos e seus planos:

Um sonho de vida, ter meu carrinho, ter meu estabelecimento pra trabalhar com estética que é o que eu gosto, ter estabilidade. Eu já vou fazer 35 anos, a prostituição não dá mais pra mim. Eu comecei a me prostituir com 19 anos. Com 21 anos eu vim para São Paulo, com 23 anos eu viajei para Europa. Eu tenho um convite para ir pra França, mas eu tenho um cachorro com 12 anos, ele tá doentinho, é complicado. (Dora, 2017).

Agradei a participação de Dora e iniciei a conversa com Rita, ela estava nervosa e falava baixo. O operador da câmera pediu que começássemos de novo, o som capturado nos primeiros segundos estava muito baixo. Ele desligou a câmera e pediu para recomeçar. Perguntei: Rita você é natural de que cidade e quando começou seu processo transformador?

Eu sou de Araçatuba. Estou aqui em São Paulo há...dez pra doze anos. Meu processo de transformação começou desde a minha puberdade... Então, a minha infância é... eu fui embora da minha casa, né. Eu sai de casa, eles não me deixaram ir pra casa antes dos meus dezoito anos. Eu fugi de casa, mas eles foram me buscar porque eu era menor de idade. Eu fui trabalhar lá no puteiro...E aí foi... foi acontecendo e... Minha família participou desse processo de transformação, a família participou super bem... mas o meu pai não aceitou. O meu pai até hoje não aceita. Meu tio foi o que mais me aceitou. Esse nome, o nome de Rita eu dediquei à minha prima. Ela foi a única que me aceitou em toda aquela cidade ridícula, cheia daquelas pessoas preconceituosas (...) ela foi a única que me aceitou (Rita, 2017).

Questionei se Rita tinha sido acolhida em São Paulo e pedi que falasse um pouco sobre sua infância:

Assim... São Paulo não que me acolheu melhor, é o único lugar que a gente podia sobreviver. As lembranças que trago da escola são ótimas! Eu sempre soube que eu ia ser uma menina. Até a minha mãe mesmo comenta comigo. Ela dizia assim: Nossa! Eu sempre soube que você era uma pessoa diferente. Até hoje ela me aceita. Eu fiz até o segundo ano. O que eu achei muito assim porque eu estudava numa escola particular, depois que a minha família mudou, aí eu não quis mais. Então, na verdade eu segui até o segundo ano porque na verdade eu arrumei uma namoradinha. Ela chamava Mariana. Eu virei bicha e ela virou sapatona. A gente teve “um caso”, de fachada. Eu sofri preconceito. Preconceito a gente sempre tem (...) questão de status ou de querer aparecer alguma coisa que a gente não é, mas eu acho que isso não... (Rita, 2017).

Perguntei para Rita o que a fez sair da escola, e o que a fez desistir da educação escolar?

Foi um pouco... Preconceito e também muito assim... (...) o meu irmão. Ele hoje é sociólogo... formado... trabalha pelo governo e sempre assim é... eles sempre assim... Quiseram muito de mim. Aquilo que eu nunca pude dar pra eles, eles nunca souberam aquilo que eu tinha no coração, entendeu? Eles nunca souberam... O fato de eu ser uma transexual. Tudo isso me trouxe para a prostituição? A rejeição... a forma legal que tinha foi essa. Na prostituição corremos todos os riscos. Eu tive minha primeira relação sexual com quinze anos, pra cima (Rita, 2017).

A partir dos relatos dessas mulheres, notamos histórias diversas e similares. Quanto às brincadeiras de infância as lembranças trazem a “amarelinha”, o “esconde-esconde”, o “pular elástico”, “mamãe da rua”, dançar e jogar vôlei. Algumas trazem experiências sexuais desde a adolescência. As outras recordações são de violências e preconceitos por parte dos alunos(as) ou professores(as). As 11 entrevistadas trabalham como profissionais do sexo e, com baixa escolarização, essas mulheres encaram a prostituição como uma forma de sobrevivência e manutenção da vida. Além de ser considerada por elas uma profissão com a qual podem realizar seus sonhos e construir outras formas de existência.

Cabe ressaltar que o tema prostituição no contexto da análise escolar não é um elemento desprezioso ou que se tenha como intenção o reforço de estereótipos já postos pelo senso comum. A prostituição caracteriza-se para a maior parte das pessoas travestis e trans uma forma de existência, às vezes, ligada à evasão escolar e distanciamento familiar, mas é também um local de refúgio, resistência, no qual podem experimentar seus corpos e também uma profissão que as ajuda na realização de seus sonhos.

Nesse sentido,

Nas conversas entre prostitutas, em interações rápidas ou com maior cumplicidade, a aprendizagem acontece em grande parte através de histórias que contam umas às outras, da transmissão de conhecimentos através de exemplos e contraexemplos de maneiras de trabalhar e de conselhos sobre escolhas profissionais e pessoais (como não se envolver com nenhum homem e priorizar os gastos com filhos e investindo em bens) (FRANÇA, 2017, p. 337).

A prostituição colabora e, em algumas circunstâncias, coloca a pessoa travesti e trans numa posição de vulnerabilidade e total insegurança, haja visto o risco de agressões (verbais, físicas e psicológicas) a que se encontra submetida. Luma Andrade aponta as normas sociais que marginalizam as mulheres trans:

Para a maioria das pessoas, a prostituição é anormal, mas no caso da travesti é uma anormalidade que se transforma em normalidade, é uma norma social que coloca a travestis na margem, que a transforma em marginal, que transforma o garotinho (lá do início da corrida) que aparentemente tinha tudo em uma travesti que oficialmente não tem nada, que não tem família, emprego, casa, escola, igreja, amigos, espaço, direitos, a não ser o direito de estar na esquina e no bordel (ANDRADE, 2015, p. 135).

Para esta pesquisa, o tema da prostituição com pessoas trans masculinas também surgiu. Lauro, durante seu relato no grupo focal afirmou que:

Lauro: Depois dos 18 anos eu fui expulso de casa. Meus pais falaram que eu estava com o demônio no corpo, e todas essas coisas religiosas. Então eu fui embora de casa. Foi onde eu comecei a ter relacionamentos, com pessoas, pra conseguir também sobreviver (GRUPO FOCAL, 2016).

A prostituição pode ser caracterizada como uma atividade de exploração do corpo, como fonte de sustento, mas ela não é somente um trabalho, também é espaço de produção das identidades, sociabilidades e visibilidades.

Nesse sentido, a prostituição pode ser entendida de formas distintas por travestis e transexuais, como uma forma de ascender socialmente e ter conquistas materiais/simbólicas; e ainda como trabalho, fonte de renda e ambiente de sociabilidade. Essas concepções não são definitivas, mas percepções que se entrecruzam e dialogam (PELÚCIO, 2005).

A prostituição se apresenta também como espaço de descobertas,

Diversas trabalhadoras, inclusive uma trans, apontaram que a quantidade de homens com quem fazem programa é o que faz com que percebam o que lhes dá prazer e passem a ter mais orgasmos (ou os tenham pela primeira vez). Algumas mulheres assinalam também que no programa a falta de pressão para atingir o orgasmo e o fato de o sexo não estar atrelado a uma relação acabam favorecendo o prazer sexual (FRANÇA, 2017, p. 341).

Benedetti (2004) destaca que,

É na convivência nos territórios de prostituição que as travestis incorporam os valores e formas do feminino, tomam conhecimento dos truques e técnicas do cotidiano da prostituição, conformam gostos e preferências (especialmente os sexuais) e muitas vezes ganham ou adotam um nome feminino. Este é um dos importantes espaços onde as travestis constroem-se corporal, subjetiva e socialmente. (BENEDETTI, 2004, p.54).

Entre as entrevistadas, há histórias de apoio familiar e de rejeição dos parentes e do núcleo familiar. Sobre a escola, as narrativas são de violências, transfobia e silenciamento dos professores(as). Sobre isso, Pereira (2014) afirma que:

[...] tudo o que disseram foram lembranças de dor e sofrimento. Piadinhas, adjetivações vexaminosas, medo e vergonha. No entanto, o silêncio sobre a escola me faz pensar em suas vidas que se fizeram, apesar da existência de um discurso que diz que é na escola que construiremos nossas vidas. Que é na escola que os sujeitos se farão. Porém, apesar da escola elas se constituem. Apesar, porque ao analisar algumas de suas falas, constatei que da escola trouxeram apenas mágoas e lembranças ruins. Mas elas não foram destruídas por essa. Seus jogos do existir se fizeram e se fazem apesar de toda negação propagada a estas pela escola, segundo seus relatos. Suas experiências se fizeram apesar dos silêncios da escola. (PEREIRA, 2014, p. 32).

Lanz (2014) aponta a transfobia como uma grave manifestação de ódio. As entrevistadas trazem em suas narrativas um cotidiano escolar cheio de violências e hostilidades:

A transfobia é a mais grave manifestação da capacidade de ódio e violência derivada desse estigma. Apresenta-se na forma de discriminação, segregação, intolerância, exclusão e violência – real ou simbólica – de pessoas transgêneras, em casa e na rua, tanto nas suas relações interpessoais e grupais (hostilidade em locais públicos, incompreensão doméstica, isolamento e marginalização no trabalho, etc.), quanto na legitimação e garantia dos seus direitos de cidadania (tratamento amplamente desigual pelas instituições; negação do direito de escolha quanto ao nome e ao gênero que deve constar de documentos oficiais; interdição e dificuldades sistemáticas ao pleno exercício da liberdade de expressão assegurada pela Constituição, etc.). (LANZ, 2014, p.215).

Em relação à fala de Ariel, estudos acerca da qualidade de vida de pessoas trans apontam para algo que já se intui: níveis de bem-estar abaixo dos indicados no resto da população que enfrenta a questão de identidade de gênero. Além da ansiedade e depressão, em abril de 2016, o suicídio é reconhecido como uma questão prioritária de saúde pública, a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2016) colocou os transgêneros dentre as pessoas consideradas vulneráveis diante dos dados que revelam o elevado número de mortes por suicídio no mundo.

Quanto à temática das brincadeiras, a partir dos relatos aqui apresentados, notamos histórias diversas. Luma Nogueira de Andrade relata sua experiência na escola e como se davam as brincadeiras:

Luma: Na verdade, eu começo a me dedicar mais aos estudos e me afastar das brincadeiras, porque tinha momentos em que a brincadeira era muito difícil, por conta de que eu gostava de brincar com as meninas, pois me identificava com elas. Eu não gostava das brincadeiras dos meninos, eu as achava violentas. Não estou querendo tratar como algo essencialista. Eu não estou querendo que se pense dessa forma. Mas, na verdade, eu me aproximava mais dessa subjetividade que existia nas meninas, que não produziam tanta violência nas brincadeiras. Se eu fosse brincar com aquelas brincadeiras dos meninos, eu sempre era agredida, porque sempre era violentada. Então, assim, eu me identificava mais com as meninas [...] Porque eu não conseguia ter muita mobilidade nas brincadeiras, na hora do intervalo, nas interações, por conta da violência que existia. Uma violência que não era só comigo, era também com as outras crianças, mas era uma violência tida como uma brincadeira. Tudo era considerado uma brincadeira. E o fato de estar mais próxima das meninas, talvez isso me rendesse ainda mais. Na verdade, me rendia muito mais agressões, por conta de que não aceitavam que eu estivesse com as meninas, e não com os meninos; que eu gostasse de brincadeiras que não fossem tão violentas, enquanto os meninos gostavam de brincadeiras que fossem mais bruscas (FERNANDES, 2018, p.59-60).

Quanto às brincadeiras de infância trazidas pelas entrevistas, as lembranças trazem a “amarelinha” e “pular elástico” (relato de Bia), “esconde-esconde” e “mamãe da rua” (relato de Elis), dançar (relato de Eva) e jogar vôlei (relato de Lia). Notamos que as infâncias foram também permeadas por jogos e brincadeiras, as crianças criam estratégias de subversão por meio das brincadeiras e imaginário, fortalecendo como sujeitos, desestabilizando os *scripts* de gênero construídos socialmente.

Nas brincadeiras infantis, as crianças podem tecer estratégias para organizar seu mundo e construir relações com outras crianças e adultos. As crianças habitam mistérios do mundo com sensibilidade, inventando brincadeiras e jogos que possibilitam a descoberta de si e dos outros, escapando dos limites que os adultos tentam impor.

João W. Nery, primeiro transexual masculino operado no Brasil, relata suas brincadeiras na infância:

Havia um abismo entre como me viam e como me sentia. Adorava brincadeiras consideradas de menino. Era reprovado. Gostava de me vestir como os garotos, tentando rivalizar com eles. Era ignorado. Tremia e me apaixonava pelas meninas, mas era impedido de me declarar. Meus sonhos eram ser um super-herói, mais tarde casar com uma princesa e ser pai (NERY, 2011, p.34).

O brincar e as brincadeiras, seja no contexto escolar ou fora dele, é essencial, pois fazem parte da criação de novas possibilidades de experimentar o mundo. Nas brincadeiras os indivíduos simulam, reproduzem e organizam os conteúdos de forma informal, esse processo ocorre em diferentes idades, desde a mais tenra infância. O brincar pelo brincar, ou o brincar

criativo possibilita o lúdico e o prazer, explorando a criatividade e a imaginação, sendo fundamental na construção dessas identidades, é uma possibilidade de devir outra coisa, de experimentar outros corpos e subjetividades.

4. TRANSFIGURAÇÃO

Existir é rodopiar nas frestas de luz. Por mais estreitas que elas sejam e ainda que se faça denso o escuro que nos cerca. Ainda assim, existir é rodopiar nas frestas de luz. O que não é a mesma coisa que viver.
J. C. Pecci, 1984.

As inquietações que nos trouxeram até esse capítulo foram: quais vivências e memórias as pessoas travestis e transexuais trazem em suas narrativas? A partir do grupo focal e das entrevistas apresentadas nas seções anteriores, explicitamos que as experiências infantis relacionadas à escola das pessoas trans foram marcadas por violências físicas e/ou simbólicas, descasos e processos desumanizantes e, também, por algumas narrativas de positividade sobre a escola.

Neste ínterim, surge a necessidade de analisar quais documentos norteiam (ou deveriam nortear) as práticas educativas escolares, iniciando pelas medidas públicas adotadas em 2004, durante o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, a partir das quais surgiram seis iniciativas principais:

1. Criação do Brasil Sem Homofobia (BSH) – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual (2004);
2. Realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2008);
3. Lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDCDH-LGBT (2009);
4. Publicação do decreto que cria o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH 3 (2009);
5. Criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos (2010); e
6. Implantação do Conselho Nacional LGBT (2010).

Ao analisar alguns documentos¹⁵ (2007 – 2017) que têm relação com a educação escolar, percebemos que alguns mencionam aspectos ligados às questões de gênero e diversidade e intencionavam influenciar mudanças no processo de escolarização do público LGBTT.

O **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007)** afirma dentre seus objetivos: “... fomentar o entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero e a amizade entre as nações, os povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos; (BRASIL, 2007, p.24) e “... a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação” (BRASIL, 2007, p. 32).

O Plano afirma ainda que a educação deve “fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual”, [...] bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos(as) trabalhadores(as) da educação para lidar criticamente com esses temas; (BRASIL,2007, p. 33), além de “desenvolver políticas estratégicas de ação afirmativa nas IES que possibilitem a inclusão, o acesso e a permanência de pessoas com deficiência e aquelas alvo de discriminação por motivo de gênero, de orientação sexual [...] (BRASIL, 2007, p. 41).

O documento **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos (2007)** afirma que o Programa Educação para a Diversidade e Cidadania realizou ações que contemplaram questões de gênero e diversidade sexual, foram elas: a) apoio à elaboração de monografias sobre relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual; b) apoio à distribuição de material didático e pedagógico sobre educação para diversidade e cidadania; e c) apoio à qualificação de professores(as) em educação para a diversidade e cidadania.

Foram criadas ações destinadas a ampliar o ingresso e a permanência, com sucesso, de mulheres e da população LGBT em todos os níveis e modalidades de ensino, atreladas à melhoria da qualidade de atendimento e valorização de profissionais de educação. Incluem-se aqui políticas de ação afirmativa voltadas a grupos específicos, como transgêneros, transexuais, mulheres pobres acima de 40 anos, quilombolas, indígenas, mulheres presidiárias ou jovens internas em cumprimento de medidas socioeducativas, entre outras. (BRASIL, 2007, p. 37).

¹⁵ Disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/publicacoes>.

A cartilha **Os Direitos Humanos (2008)**, de autoria do escritor Ziraldo, apresenta para o público infantil os direitos individuais, com o personagem Menino Maluquinho explicando alguns conceitos jurídicos. Na página 25, lê-se: “O modo como você desenvolve a sua sexualidade é assunto só seu” [...]. Todos desenvolvem uma orientação sexual. As diferentes orientações sexuais levam as pessoas a diferentes relacionamentos. O respeito à opção sexual é defendido pelo conjunto de direitos humanos à igualdade, à privacidade, à dignidade, à liberdade de associação e à liberdade de expressão (BRASIL, 2008, p.26).

O **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTT (2009)** pontua como objetivo: “orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBTT, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas” (p. 10) e “A população LGBTT deve ser considerada como sujeito de direito e sujeito político” (p. 11). Nesse sentido, o Plano afirma que partiu de dois eixos estratégicos: I) Promoção e socialização do conhecimento; formação de atores; defesa e proteção dos direitos; sensibilização e mobilização; e II) Formulação e promoção da cooperação federativa; Articulação e fortalecimento de redes sociais; articulação com outros poderes; cooperação internacional; gestão da implantação sistêmica da política para LGBTT (p. 20). Os prazos máximos estabelecidos para a implementação dessas ações foram o ano de 2011.

O documento **Gênero e Diversidade na Escola (2009)**, livro de conteúdo de Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais afirma que

Muitas travestis sofrem múltiplas formas de discriminação e violência não só por serem classificadas como homossexuais, mas também pelo fato de serem pobres e, principalmente, por assumirem uma identidade de gênero que contesta o binarismo homem/mulher, colocando-se à margem da afirmação de uma identidade sexual única: são ambas as coisas e, ao mesmo tempo, nenhuma delas. (BRASIL, 2009, p.131).

O texto destaca que “...é responsabilidade ética da comunidade educativa respeitar e promover o direito de cada pessoa viver, procurar sua felicidade e manifestar-se de acordo com seu desejo” (p.134). “É nosso dever, no entanto, como educadores e educadoras e como cidadãos e cidadãs, combater as agressões, as ameaças ou as violências”, “É a partir da nossa intervenção que provocaremos as mudanças de valores em favor da construção de uma sociedade livre de discriminação sexual” (p. 141).

O documento afirma que:

A transfobia representa uma das expressões mais violentas e nocivas da hostilidade por preconceito sexual. Enquanto os homens e as mulheres homossexuais têm a possibilidade de manter sua orientação em segredo – o que é frequentemente vivido como uma condenação ao silêncio – no caso das travestis (e, em certa medida, dos e das transexuais), acontece o inverso: pela sua expressão de gênero, elas estão permanentemente expostas a agressões. A carência de oportunidades é marcada em muitos casos pelo abandono da escola. A situação de marginalidade em geral se aprofunda no final da infância, quando a escolha do gênero se apresenta como uma afirmação já clara, desencadeando muitas vezes a expulsão da família e a entrada na prostituição. (BRASIL, 2009, p. 153).

O texto recomenda que os/as professores estimulem conversas e discussões sobre “as implicações das atitudes de preconceito em relação à orientação sexual, à AIDS, à etnia/raça, ao gênero, à classe”, além de questionar os/as estudantes: “diante da desigualdade social, de gênero e étnico-racial e da precariedade dos serviços sociais, de educação e de saúde, o que pode ser feito em termos de direitos humanos e atitudes solidárias?” (BRASIL, 2009, p. 166).

Os/as educadoras/es devem demonstrar interesse, motivação e disponibilidade ao trabalhar esses temas, com “... escuta, respeito e interação com as/os estudantes” (BRASIL, p. 182). Tendo em vista que:

[...] a escola ocupa um lugar importante na vida de adolescentes, podendo garantir acesso a informações sobre temas ligados à sexualidade e a direitos, entre outros. Destacamos que, além da perspectiva biológica, tais questões devem ser abordadas a partir de diversos ângulos, como o das ciências humanas. Esta é a perspectiva adotada neste Curso, buscando contribuir para suas intervenções escolares. Gostaríamos de observar ainda que, embora o acesso à informação seja primordial, ele não é suficiente para promover uma atitude reflexiva, crítica e responsável. Nesse sentido, vale estar atento a oportunidades não só de transmitir “mensagens preventivas”, mas também de construir propostas educativas que promovam a reflexão sobre os direitos e as responsabilidades dos cidadãos e das cidadãs a respeito da expressão do afeto, da sensualidade e da reprodução. (BRASIL, 2009, p. 186).

A **Cartilha dos Direitos Humanos (2013)**, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, apresentou sua estrutura organizacional e suas linhas de ação, o documento afirma:

Nos últimos anos, o governo brasileiro tem promovido grandes avanços institucionais nas políticas públicas voltadas à promoção dos Direitos

Humanos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Devido ao engajamento do Governo Federal e à mobilização da sociedade civil foi possível estruturar políticas abrangentes para a promoção e efetivação dos direitos de LGBT e criar espaços institucionais adequados para tal. Hoje temos na estrutura da Administração Pública Federal uma Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT, um Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT e inúmeras normas que reconhecem os direitos da população LGBT. Em virtude da gravidade das violências praticadas em razão da homofobia, esse tem sido um dos principais focos de atuação da SDH/PR. Em 2012, a SDH lançou estudo inédito denominado "Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2011" que identifica 6809 violações de Direitos Humanos da população LGBT reportadas ao Governo Federal em 2011 e 278 assassinatos noticiados em jornais de grande circulação no mesmo período. (BRASIL, 2013, p. 30).

Criado em 2011, o **Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT)** é um órgão colegiado (composto por trinta membros, sendo quinze representantes da Sociedade Civil e quinze do Governo Federal), integrante da estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). O Conselho tem a finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

O quadro abaixo apresenta as Resoluções divulgadas pelo Conselho no período de 2012 a 2015¹⁶:

Quadro 2 – Resoluções do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

DATA	TÍTULO	ASSUNTO
29/02/2012	Resolução Nº 03	Estabelece as condições gerais para organização e funcionamento da Câmara Técnica de Monitoramento, Prevenção e Combate da violência contra a população LGBT do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT
29/02/2012	Resolução Nº 04	Estabelece as condições gerais para organização e funcionamento da Câmara Técnica de Legislação e Normas do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT
18/05/2012	Resolução Nº 05	Dispõe sobre consulta para contribuições ao Regimento Interno do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT
30/03/2011	Nota Pública	Repudia com veemência as declarações racistas, sexistas e homofóbicas feitas pelo Deputado Federal Jair Bolsonaro (PP/RJ), em entrevista exibida no programa Custe o Que Custar (CQC), em 28 de março de 2011

¹⁶Informações disponíveis em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt>. Acesso em 10 jul. 2017.

20/05/2011	Nota Pública	Sobre a mobilização da II conferência nacional LGBTTT
28/11/2012	Resolução Nº 06	Estabelece normas para o processo seletivo eleitoral das entidades da sociedade civil para a composição do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
28/11/2012	Resolução Nº 07	Dispõe sobre a nomeação da Comissão Eleitoral responsável pelo processo seletivo eleitoral de escolha das entidades da sociedade civil para o Conselho Nacional de Combate à Discriminação CNCD/LGBTTT
23/01/2013	Resolução Nº 08	Designar a representação de suplência para compor, na ausência dos titulares, Comissão Eleitoral instituída com a finalidade de conduzir o processo seletivo das entidades da sociedade civil que comporão o Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD/LGBTTT, no biênio 2013-2015.
01/03/2013	Resolução Nº 09	Dispõe sobre a aprovação do Cronograma de reuniões Ordinárias do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBTTT para o ano de 2013.
15/04/2014	Resolução Conjunta Nº 01	Art. 1º Estabelecer os parâmetros de acolhimento de LGBTTT em privação de liberdade no Brasil.
18/12/2014	Resolução Nº 10	Dispõe sobre a aprovação do Cronograma de reuniões Ordinárias do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBTTT para o ano de 2015.
11/12/2014	Resolução Nº 11	Estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens “orientação sexual”, “identidade de gênero” e “nome social” nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil.
16/01/2015	Resolução Nº 12	Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização
16/01/2015	Anexo Da Resolução Nº 12 Parecer Nº01	Parâmetros para o reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização na busca da garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não-reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino.
06/03/2015	Resolução Nº 13	Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais – CNCD/LGBTTT.
07/04/2015	Resolução Nº 14	Designar os membros da Comissão Eleitoral responsável pelo processo seletivo de escolha das entidades da Sociedade Civil que irão compor o CNCD/LGBTTT, no biênio 2015-2017.

Fonte: Paulo Ribeiro dos Santos Sobrinho, (2017)

O texto **Conversando sobre violência e convivência nas escolas (2012)** afirma que é preciso: “Investir na abertura da escola às mudanças registradas nos modelos de família, nas hierarquias sociais e nas relações de gênero” (BRASIL, 2012, p. 75) e “Incluir, no currículo, desde a educação infantil, o debate sobre os diversos tipos de discriminação, como racismo,

homofobia, diferenças religiosas, tipos físicos e psíquicos, pobreza e questões de gênero, trabalhando a diversidade e a alteridade” (Idem, p. 78). Para tanto os/as professores devem debater “sobre as várias formas de exercer a sexualidade, discutindo também a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, estimulando a reflexão e a atitude não-discriminatória entre os jovens e os adultos” (p. 78).

O **Caderno de Educação em Direitos Humanos (2013)** afirma que a Educação em Direitos Humanos objetiva a formação de atitudes dirigidas: “à promoção do entendimento, da tolerância, da igualdade de gênero e amizade entre todas as nações, povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos” (BRASIL, 2013, p. 29). O texto cita as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2012) que versa sobre a “valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência sob todas as formas” (Idem, p. 67).

O documento cita ainda a Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012 do Conselho Nacional de Educação, afirmando que a Educação Ambiental deve enfatizar a “natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social (Ibidem, p. 72).

As **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: diversidade e inclusão (2013)** afirmam:

É responsabilidade dos sistemas educativos responderem pela criação de condições para que crianças, adolescentes, jovens e adultos, com sua diversidade (diferentes condições físicas, sensoriais e socioemocionais, origens, etnias, gênero, crenças, classes sociais, contexto sociocultural), tenham a oportunidade de receber a formação que corresponda à idade própria do percurso escolar, da Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Médio. (BRASIL, 2013, p.42).

O documento registra que “todas as pessoas, independente do seu sexo; origem nacional, étnico-racial, de suas condições econômicas, sociais ou culturais; de suas escolhas de credo; orientação sexual; identidade de gênero [...] têm a possibilidade de usufruírem de uma educação não discriminatória e democrática” (BRASIL, 2013, p. 329).

A partir dos documentos apresentados, é notório que todos citam termos como gênero, orientação sexual e diversidade, entretanto, a “despeito dos avanços nas iniciativas

governamentais, especialmente no âmbito do Poder Executivo Federal, o que se observa é que nunca se teve tanto e o que há é praticamente nada” (MELLO, BRITO, MAROJA, 2012, p. 403). Nesse sentido,

Um olhar sobre as ações que mais estão sendo realizadas pelas secretarias/ministérios nos permitiu notar que a maioria delas parece incidir principalmente sobre as representações sociais em torno da população LGBT. Ações como seminário, debates e capacitações costumam ter um caráter menos interventivo e mais preventivo, contribuindo para a modelagem de novas formas de entender ou conceituar um problema – isso talvez seja menos óbvio no caso da ação “Celebração de acordos de cooperação técnica para implementação de ações de promoção de direitos...”. No conjunto, porém, mantém-se o viés preventivista, muitas vezes com poucos resultados imediatos, quando muito, influenciando apenas a dimensão intelectual do problema, sem promover grandes mudanças nas práticas e nos afetos. (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012, p.115).

No início do governo da ex-presidente Dilma Rousseff, foi instalado o Conselho Nacional LGBTT e convocada a II Conferência Nacional LGBTT, realizada em dezembro de 2011, iniciativas que aparentavam continuidade da política que teve início com a formulação do Programa Brasil sem Homofobia. Contudo, pressões homofóbicas realizadas por parlamentares e grupos religiosos levaram a Presidenta a anunciar o cancelamento do Projeto Escola sem Homofobia, de iniciativa do Ministério da Educação, que previa, entre suas ações, a distribuição de 6.000 “kits anti-homofobia” para escolas públicas de ensino médio de diferentes partes do Brasil (MELLO, BRITO, MAROJA, 2012).

Entretanto, o *kit* anti-homofobia mostrou-se um dispositivo que não era um material educativo que expressava as diversidades sexuais, mas sim uma “tocha que se inflama em favor da heterossexualidade”. Os discursos do *kit* buscavam produzir verdades sobre as diversidades sexuais, com estratégias para esvaziar qualquer expressão de estranheza das pessoas travestis, transexuais, lésbicas, gays, bissexuais ou transgêneros. Tanto os materiais audiovisuais, quanto os diferentes discursos propagados em relação ao *kit* anti-homofobia, propagaram a ideia que o material pretendia transformar as escolas em academias de homossexuais (PAMPLONA, 2012).

Buscando elementos legais para entender quais marcos embasam a pedagogia, a qual estão sujeitas as pessoas trans notamos:

Ausência de arcabouço jurídico explícito que legitime a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas à garantia da cidadania da população LGBT. [...] constatação de que os documentos que preveem ações

e programas direcionados à população LGBT , nos três níveis de governo, geralmente assumem a forma de atos normativos secundários, oriundos do Poder Executivo – decretos, portarias, resoluções, recomendações e instruções –, dotados de menor “força” normativa, quando comparados a leis, ou mesmo de nenhum caráter normativo, quando não passam de documentos divulgados de maneira absolutamente informal, como foi o caso do Brasil sem Homofobia e do Plano Nacional LGBT , por mais que resultem de demandas e pressões de grupos da sociedade civil (MELLO, BRITO, MAROJA, 2012, p. 423).

Nesse sentido, existe a dificuldade de assegurar efetividade aos atos normativos secundários, resultando em insegurança jurídica, por sua vez, as iniciativas como o Brasil sem Homofobia, o Plano Nacional LGBT e o PNDH não apresentam meios explícitos para efetivá-los (MELLO, BRITO, MAROJA, 2012). É importante ressaltar que, na perspectiva do Estado Democrático de Direito,

[...] numa sociedade baseada na letra, o que não está definido em termos jurídicos-normativos, acaba por tornar-se não-ser, não existente, e então abjeto/inumano. Daí a necessidade ou o desafio de grupos minoritários e vulneráveis acessando uma aplicação sob outros olhares de dispositivos legais disponíveis, e quando indisponíveis na luta pela sua produção. Por outro lado, nem sempre o acesso ao reconhecimento goza de legitimidade e efetividade. Eis um dos fundamentos básicos da própria noção de “violência simbólica”. E, se focarmos na categoria gênero, o seu problema reside na imposição restritiva, impositiva e negativa de sermos homens ou sermos mulheres. O ambíguo e/ou o indefinido não é representado, e, então, não existe para o universo do direito (BECKER; OLIVEIRA, 2016, p. 169).

Por outro lado, podemos questionar a necessidade do reconhecimento de uma humanidade a grupos considerados, socialmente, como inumanos já que os dispositivos jurídico-normativos continuam com noções essencialistas como “sexo verdadeiro”, “gênero verdadeiro”, “identidade verdadeira”.

A noção de humanidade que nos constitui requer a categoria de gêneros e este só é reconhecível, só ganha vida e adquire inteligibilidade, segundo as normas de gênero, em corpos-homens e corpos-mulheres. Ou seja, a reivindicação última das pessoas trans é pelo reconhecimento social de sua condição humana. (BENTO, 2014, p. 51).

Entretanto, a biopolítica, para Foucault (1988), não está plenamente definida, pois apresenta entrelugares, fissuras, contradições, ambiguidades, entrelinhas, margens que dariam condições para a mudança do próprio aparato normativo pode se constituir. Assim, esses documentos podem se tornar espaços que contribuam para a percepção de existências não reconhecidas, distantes do binômio homem ou mulher, heterossexual ou homossexual. A tarefa

está em romper com a subordinação dos corpos às dicotomias excludentes, e é urgente o movimento de reflexão para que o gênero se estenda para todas as pessoas sejam transexuais (cirurgiadas ou não) e travestis.

É a partir desta ótica que se funda a responsabilidade institucional/pedagógica da escola – pois esta não molda seres humanos, mas seres humanos constroem uma escola que seja o seu reflexo existencial. Insistir naquele modelo escolar é insistir em negar a materialização de vida humanas, as quais estão senso postas à margem da sociedade.

Embora existam esses documentos que buscam atender às demandas da população travesti e transexual, estudos recentes apontam para o despreparo dos profissionais da educação e futuros professores(as). Grossi, Oliveira e Silva (2017) destacam que ao analisar as matrizes curriculares (248) de cursos de graduação, verificaram que os professores dos cursos de Pedagogia e Programas Especiais de Formação Pedagógica não têm sido preparados em sua formação para lidar com alunos(as) transexuais, uma vez que nas grades curriculares analisadas não existem disciplinas que abordem, especificamente, o tema transexualidade. A formação de professores faz uma abordagem ampla do tema, tratando das questões gerais sobre educação sexual, com o objetivo de preparar os alunos para a vida sexual de forma segura e trata pouco sobre as identidades de gênero.

Quanto à questão do nome social, Bento (2014) define a situação da população travesti e trans no país como uma “gambiarra legal”:

O Brasil é o único país do mundo onde, no vácuo de uma legislação geral, instituições garantem um direito negado globalmente. Aqui transmutamos o respeito à identidade de gênero em “nome social”. Universidades, escolas, ministérios e outras esferas do mundo público aprovam regulamentos que garantem às pessoas trans a utilização do “nome social”. Mudar sem alterar substancialmente nada na vida da população mais excluída da cidadania nacional. Assim, por exemplo, uma estudante transexual terá seu nome feminino na chamada escolar, mas no mercado de trabalho e em todas as outras dimensões da vida terá que continuar se submetendo a todas as situações vexatórias e humilhantes e portar documentos em completa dissonância com suas performances de gênero. (BENTO, 2014, p. 175)

O uso do nome social é um direito preconizado pela Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) n° 615 de 08 de setembro de 2011, bem como o Decreto n° 8.727 de 28 de abril de 2016. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), aumentou em 46% o número de travestis e transexuais que utilizaram o nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2016, ou seja,

408 pessoas usaram o nome social nesse ano, sendo que em 2015 foram 278 (GROSSI; OLIVEIRA E SILVA, 2017).

Quanto ao papel da pedagogia na formação das identidades travestis e transexuais, percebe-se que ele ainda está ligado às normas heteronormativas e aprisionado a padrões. Louro (2001) esclarece como esse sistema se realiza:

Assim, o investimento da escolarização se dirigia para o que era substantivo: para a formação de homens e mulheres “de verdade”, em que consistia isso? Existiam, e sem dúvida existem algumas referências e critérios para discernir e decidir o quanto cada menino ou menina, cada adolescente e jovem estava se aproximando ou se afastando da norma desejada. Por isso, possivelmente, as marcas permanentes que atribuímos às escolas não se refletem nos conteúdos programáticos que elas possam nos ter apresentado, mas sim se referem a situações do dia a dia, a experiências comuns ou extraordinárias que vivemos no seu interior, com colegas, com professoras e professores. As marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual. (LOURO, 2001, p.11).

Nesse sentido, a escola e os educadores ainda estão perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter respostas seguras. As certezas escapam, os modelos são inúteis, as fórmulas inoperantes. Não há como ignorar os novos sujeitos e suas fugas ao estabelecido. A Educação normalizadora está ameaçada (LOURO, 2001).

Entre os anos de 2014 e 2016, surgiram alguns projetos de lei da Câmara de Deputados (PL) e do Senado (PLS), entre eles o Programa Escola sem Partido¹⁷. O Programa é delineado pelos seguintes projetos: PL 7180 e 7181, ambos de 2014, de autoria do deputado Erivelton Santana do Partido Ecológico Nacional (PEN), representante da Bahia, e PL 867 de 2015 de autoria do deputado Izalci do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do Distrito Federal. Inclui-se também o projeto de lei 193 de 2016 do senador Magno Malta do Partido da República (PR), do Espírito Santo.

No contexto atual de forte conservadorismo no Congresso Nacional Brasileiro, o ‘Programa Escola sem Partido’ foi a resposta de grupos conservadores ao avanço das agendas políticas feminista e LGBTTT. O Programa se preocupa com o que denomina “ideologia de gênero”, mas seu foco está nas ideias que divergem do discurso dominante, ainda que este esteja difuso. A intenção do Programa é manter a heterossexualidade como norma e mulheres e homens em seus “devidos lugares”, sem desestabilizar a heteronormatividade.

¹⁷ ‘Programa Escola sem Partido’ é um conjunto de medidas descritas em um anteprojeto de lei elaborado pelo ‘Movimento Escola sem Partido’, que tem por objetivo cercar a liberdade de ensino em sala de aula. Para mais informações sobre o Movimento consultar: www.programaescolasempartido.org.

TRANSBORDAR: NOTAS TRANSITÓRIAS

*Que nada nos limite,
que nada nos defina,
que nada nos sujeite.
Que a liberdade
seja nossa própria substância,
já que viver é ser livre.*

Simone de Beauvoir

Em um primeiro momento, é interessante pontuar e reconhecer que o conhecimento sociológico só pode ser limitado e parcial, tendo em vista que a própria abordagem dos “fatos” também é limitada, no momento em que recortamos nosso objeto de pesquisa. As inquietações que nortearam esta pesquisa foram: quais vivências, experiências e memórias as pessoas travestis e transexuais nos trazem? Como relatam esses trans-caminhos?

Em relação a nossa primeira questão, sobre as vivências escolares há diferentes narrativas.

Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia (BENTO, 2011, p.555).

Ana traz experiências negativas sobre a escola, na qual sofreu com brigas e xingamentos como “viadinho”, “bichinha”, inclusive pelo professor. Elis relatou que no começo foi tranquilo, mas depois que iniciou sua transformação houve muito preconceito e ela parou de estudar com 16 anos. Eva estudou até os 10 anos, e narrou experiências de preconceito e agressão no contexto escolar, quando começou seu processo de transformação abandonando a escola. Bia também estudou até os 10 anos, e para ela a escola foi difícil porque era agredida e seus irmãos participavam de brigas para defendê-la. Mila narrou um episódio ligada à escola, no qual com dezesseis anos, ela foi para o colégio com o pescoço todo sujo de sêmen, na instituição foi ridicularizada pelos estudantes. Lara narrou experiências desagradáveis de sua escolarização, tendo sido proibida de participar da olimpíada de matemática, evento para o qual foi classificada e, na escola, era chamada de “bambi”, “viado”, “24”, “gay” e “chupão”.

Já para Nina, a escola foi o espaço de preconceito, mas ela considera que foi incluída, que a educação que recebeu a preparou para a vida. Rita contou que durante sua

escolarização, namorou (de fachada) uma menina (Mariana), que embora tenha sofrido preconceito, para ela as lembranças da escola são ótimas, tendo ela estudado até o segundo ano do ensino médio em uma escola particular. Lia viveu experiências positivas na escola, sendo aceita pelos colegas e professores.

Ariel sentia saudade da escola, onde se sentia acolhida, e para ela não houve nenhuma dificuldade. Dora relatou episódios de briga e preconceito na escola, mas foi também onde viveu bons momentos, como a lembrança da quinta e sexta série que, para ela, foram muito boas essa época.

Em relação à nossa segunda questão, sobre o papel da Pedagogia na formação dessas identidades, notamos que ainda ocorre uma educação para a formação de homens e mulheres “de verdade”. A escola delimita critérios para decidir o quanto cada menino ou menina está se aproximando ou afastando das normas heteronormativas, as quais imprimem-se em situações do dia a dia, com colegas, professoras e professores. A partir delas, formam-se as identidades sociais, de gênero e sexuais (LOURO, 2001).

Não temos a pretensão de constatar, mas pretendemos pensar a educação e a pedagogia como um campo aberto, para o questionamento contínuo de suas próprias estruturas. A concepção clara e de que é momento da educação, da escola e da pedagogia incorporarem novas cartografias da sexualidade. Talvez tenha chegado o tempo de uma teoria pedagógica como invenção de outros mundos, ou de um mundo no qual os sujeitos sejam educados para potencializar seus desejos.

Os estudos recentes têm mostrado que:

[...] as/os professoras/es entrevistados, quando visualizam as dificuldades e violências encontradas pelas pessoas trans no espaço escolar, são atreladas a equipe pedagógica da escola, bem como de outros/as estudantes e/ou da comunidade externa. Os professores não se reconhecem como atores participantes nas redes de obstáculos que as pessoas trans enfrentam na escola, tão pouco (re)visitam suas concepções sobre transexualidade (SANTANA; POLIZEL; MAIO, 2016, p.7).

Talvez seja possível que a lição das pessoas trans e travestis para a pedagogia seja a de posicioná-la no lugar de aprendiz, para que se saia do lugar de ensinar e transmitir verdades sobre o sexo/gênero/sexualidade no espaço destinado aos aprendizes da vida. A pedagogia tem a aprender com os(as) trans-sujeitos, não verdades postuladas, mas a se inserir em um movimento vital do desejo, de uma educação transformadora que se insere os indivíduos no campo das resistências.

Nesse sentido, Foucault afirma que:

É mais comum, entretanto, serem pontos de resistências móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas regiões irreduzíveis. Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais (FOUCAULT, 1988, p.92).

Quanto ao tema da prostituição, embora haja histórias de violência, as trans e travestis entrevistadas encontraram nesta profissão oportunidades de positivar e estruturar suas vidas. Para Ana, a prostituição trouxe a possibilidade de comprar hormônios e se transformar. Lia narra que a necessidade a trouxe para a prostituição. Para Ariel, a prostituição a livrou das dificuldades financeiras, pois ela conseguiu realizar o sonho de colocar uma prótese de silicone, fato que a realizou como travesti. Elis relata que a prostituição lhe possibilitou realizar sonhos e objetivos, ter uma independência.

Sensações e realizações são empoderadas pelo corpo que recebe e pratica essas ações e os torna mais encorajado e decidido. Em contato com o poder que positiva e movimenta, esse corpo percorre espaços e vias sociais encorajando novos corpos, rasgando as impressões da diferença, identificando-se em outros corpos que fogem às normas heteronormativas. Em busca de suas conquistas, trafegam diariamente por uma sociedade cujo poder maior é o de opressão para com esses corpos, mas experimentando esse poder que positiva e estimula, esses corpos seguem resistindo para sempre ou para o que é dado como limite para cada um de acordo com suas individualidades.

Nesse sentido Foucault afirma:

[...] que o poder vem de baixo; isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados, dualidade que repercute de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos até as profundezas do corpo social. Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e nas instituições servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social. Estes formam, então, uma linha de força geral que atravessa os afrontamentos locais e os liga entre si; evidentemente, em troca, procedem a redistribuições, alinhamentos, homogeneizações, arranjos de série, convergências desses afrontamentos locais. As grandes dominações são efeitos hegemônicos continuamente sustentados pela intensidade de todos esses afrontamentos (FOUCAULT, 1988, p.103).

Para Eva, a prostituição é considerada muito difícil, pois lhe traz humilhações. Já para Bia, a prostituição valeu à pena, e a considera uma profissão. Mila considera a prostituição muito difícil, pois o cliente quando ouve um preço, pensa o que ele vai fazer com a prostituta por aquele preço. Para Nina, a prostituição faz parte da sociedade, pois as pessoas que discriminam a população trans durante o dia, alimentam a prostituição durante a noite. Para Lara, a prostituição deveria ser reconhecida como profissão, e que, durante essa jornada, alguns clientes ajudaram-na no seu processo de feminilização, pagando sua plástica facial. Dora narra que a prostituição lhe trouxe independência, possibilitou viver como desejava, longe da casa dos pais. Para Rita, a rejeição da família a levou para a prostituição, essa profissão foi a saída que ela encontrou para viver longe dos familiares.

Esse trabalho me levou a tratar e ver a prostituição de uma forma mais clara. De todas as histórias e vivências que pude conhecer, das quais trago apenas uma pequena porcentagem desses relatos nessa dissertação, pude compreender que a prostituição, ao mesmo tempo que vem carregada de ameaças e riscos, tem um significado muito maior para essas pessoas, já que é uma forma de se conquistar a independência, é um desvio para libertação de uma sociedade que quer imprimir a loucura e o fracasso para tais pessoas que fogem dos estereótipos de padronização e normatização.

A prostituição é também uma via de empoderamento para essas pessoas que fazem de seus corpos uma ferramenta desejável, corpos que vão sustentar essas vidas e seduzir a própria sociedade que as oprime. Conversei com transexuais e travestis que se sentem realizadas nessa profissão. E tanto como outras profissões desqualificadas, a prostituição é um trabalho com qualidade de submundo para maioria, mas também foi uma, senão a principal, saída que encontraram para corromper o sistema patológico e as condições heteronormativas que nossa sociedade panóptica oferece como forma de sobrevivência enquanto indivíduo social.

Notamos que as trans e travestis entrevistadas não se colocam como vítimas da vida, mas sim como pessoas que encontraram um meio para viver, positivar suas existências e realizar seus sonhos. Neste sentido, Rezende destaca que:

Desde a década de 1990, e mais fortemente nos anos 2000, as prostitutas não mais se assumiam em posição de vítimas, mas sim de mulheres passíveis de direitos e deveres. A identidade coletiva, antes tão vinculada à ideia da prostituta oprimida e marginalizada, passa a valorizar o lugar da prostituta na sociedade e associa a prostituta à mulher independente e “bem resolvida” (REZENDE, 2017, p.140).

Notamos que, ainda, existe um longo caminho para o reconhecimento dos sujeitos transexuais na sociedade; há muito a ser feito, uma vez que há forte segregação desses sujeitos da família, na escola, no trabalho. Tendo em vista que esses fatores exercem forte influência na vivência dessas pessoas, as quais cada vez mais buscam respeito social e a felicidade que está aliada, em alguns casos, a aceitação e a transformação do próprio corpo.

Com isso não estou afirmando que não existam pessoas trans que reforcem as normas de gênero, mas a própria existência de pessoas que vivem o gênero tencionando os limites discursivos na naturalização das expressões de gênero, em si já marca um ponto de confronto com as normas de gênero. No entanto, para tentar conseguir alguns direitos (como, por exemplo, as cirurgias de transgenitalização e as mudanças nos documentos do nome e sexo), devem abrir mão de uma arma poderosa, a agência, e se conformar com o discurso da patologização (BENTO, 2015, p.557).

As experiências infantis escolares das pessoas trans estão permeadas por violências físicas e simbólicas. A sobrevivência dessa população está atrelada, em sua maioria, à prostituição como meio de sobrevivência e subsistência, apresentando um alto grau de vulnerabilidade. Para mudar essa realidade, é preciso:

Além da efetivação de leis, decretos e portarias que garantam o respeito e a não discriminação no âmbito escolar (e em todos os espaços) de alunas TLBG, somente podemos desejar e exigir que existam cada vez mais editais de fomento a pesquisas sobre relações de gênero e sexualidades, mais cursos de capacitação para profissionais de educação, saúde, segurança etc., maior produção de materiais didáticos que tenham a inclusão das diversidades (e a visibilidade das diversas conjugalidades, parentalidades, afetos, desejos, carinhos) como pautas e esperar que, com as mudanças que o movimento LBGT fomenta, o espaço escolar seja cada vez mais democrático, divertido, acolhedor e educativo, ensinando sobre diversidade e respeito em vez de continuar sendo um espaço opressivo, humilhante e degradante para as alunas que afrontam a heteronormatividade dominante (MELLO et al., 2012, p. 118).

Como mudar vidas ao mesmo tempo vulneráveis e que resistem, que nos chamaram atenção e propiciaram a construção deste estudo? Concordamos com Lanz (2014) ao afirmar que:

Somente através do combate sistemático ao binarismo de gênero, às normas de conduta e aos estereótipos dele resultantes será possível assegurar, em longo prazo, a maior visibilidade social para as pessoas transgêneras que, finalmente, poderão manifestar livremente suas singulares expressões de gênero, e orgulhar-se delas, por mais discrepantes que sejam dos modelos oficiais de homem e mulher, instituídos e patrocinados pela ordem social vigente. (LANZ, 2014, p. 214).

As estratégias de enfrentamento precisam ser articuladas para desestabilizar as relações de poder e imaginários socialmente estabelecidos e que naturalizam as diferenças entre homens e mulheres, tornando tais diferenças como princípio de estruturação das relações sociais (BECKER; OLIVEIRA, 2016). Tendo em vista que,

Uma dificuldade frequentemente citada tanto por gestoras quanto por ativistas é sobre como fazer essas políticas saírem do papel. Primeiro se luta muito para ter leis, portarias, resoluções, decretos, programas, planos e projeto que proponham estratégias de punição da discriminação, que assegurem a travestis e transexuais o uso de nome social nas escolas, que garantam o respeito à diversidade, que se comprometam com as demandas da população LGBT. O outro passo então é fazer com que essas propostas e políticas cheguem até as pessoas, fazer com que cheguem aos estados e municípios, pois na verdade já existem muitos “papéis”, que contraditoriamente também podem ser usados para silenciar as demandas da sociedade civil, embora produzam mudanças de pequeno alcance nas vidas concretas das pessoas reais, vítimas de discriminação e preconceito [...] (MELLO, et al, 2012, p. 117).

Entendemos como parte da mudança da realidade das trans, a necessidade de outra formação e a tomada de consciência para os/as educadores de todos os níveis de ensino, desde a educação infantil. Neves e Silva (2017) afirmam que:

Os resultados revelam a importância de propostas de formação de professores/as para a diversidade sexual e, deste modo, corrobora que, educadores/as com formação para a diversidade podem ser mediadores na amenização de preconceito, desideologizadores de estigmas de promoção de desigualdades que caminham com a humanidade-sexualidade por séculos e que implicam negativamente nos processos psicossociais dos sujeitos (NEVES; SILVA, 2017, p. 106).

Partimos da ideia de uma formação de educadores que seja livre de concepções binárias, como Foucault (1982) expressa a felicidade do limbo identitário ao falar de Alexina:

Quando Alexina redige suas memórias, não está longe do seu suicídio; ela tem sempre para ela mesma um sexo incerto; mas é privada das delícias que experimentava em não ter esse sexo, ou em não ter totalmente o mesmo sexo que tinham aquelas com as quais vivia, amava e desejava tanto. E o que ela evoca do seu passado é o limbo feliz de uma não-identidade, que protegia paradoxalmente a vida dentro daquelas sociedades fechadas, estreitas e calorosas, onde se tem a estranha felicidade, ao mesmo tempo, obrigatória e interdita, de conhecer apenas um único sexo. (FOUCAULT, 1982, p. 6-7).

Se se quer produzir diferença é porque ela está ali e precisa fazer valer sua potência política, precisa ser tirada do lugar do estranho, do horrível e da aberração. Mas isso num movimento não de conversão em lucro para o capital, que tem sido hábil em lhes retirar o que têm de único e talvez último, que são

sua potência e sua vida. A diferença precisa ser retirada da cena onde foi satanizada para ser recolocada na multidão, onde a paisagem é indefinida, onde não se sabe exatamente quem é quem e o que é o que, mesmo porque ela é nômade: quem estava ali não está mais, quem chegou já saiu. (BARROS, MUNARI, ABRAMOWICZ, 2017, p. 121).

Utilizamos nesse estudo três autoras trans: Lanz (2014), Andrade (2015) e Reidel (2011), pessoas que conseguiram, apesar de todas as violências sofridas, sobreviver ao processo de escolarização e, hoje, disseminam seus textos para influenciar/transformar outras vidas. Interagir com essas bibliografias e diretamente com relatos e resgates das experiências da infância e escolarização de pessoas transexuais, sinaliza o que de fato é real e vivo, não passando a ideia de história contada, mas sim um trabalho que fala por si e se mantém ativo como ferramenta de atuação na realidade dessa comunidade.

As narrativas deixaram claro que as vivências travestis e mulheres trans não representam uma unidade de experiência. Dentro dos quadros do que seja considerada a feminilidade, não notamos um sentimento integral de feminilidade, as mulheres entrevistadas podem ou não se identificar com traços, fantasias, estilizações corporais etc., independente de sua anatomia. Assim, consideramos esses indivíduos na ordem dos excessos, pessoas que transbordam as normas sociais ainda instituídas. Para nós, nada é permanente ou durável, essas pessoas são constituídas por múltiplas linhas de força.

Notamos que as trajetórias infantis, escolares de travestis e transexuais são permeados por processos normativos, mas também demonstram resistências, o que nos possibilita refletir no gênero e sexualidade como processos potentes de invenção de si. Os dados aqui reunidos apontam que os estudos *queer* nos proporciona um estranhamento ao dispositivo da sexualidade, às tecnologias biopolíticas e aos processos de regulação dos “corpos monstros”. Ao nosso ver, a aposta deve se dar em uma educação rizomática que esfacle as hierarquias classificatórias e possibilite outras formas de existência, permitindo outros devires-educação que destrói o sistema normativo e hierarquizador dos sexos, dos corpos e dos gêneros.

Entendemos que é “[...] complicado falar em uma “solução”. Porque não há uma solução, há caminhos, há disputas, há discussões... Eu acho que cada sociedade encontra seus próprios caminhos para lidar com essas questões, os movimentos sociais têm também dinâmicas próprias em diferentes partes do mundo”. (DIAS, 2014, p.484).

Luma Nogueira de Andrade aponta as alianças, a resistência e a solidariedade como uma dessas soluções, um desses possíveis caminhos:

Luma: Portanto, o que nos resta é a resistência e os enfrentamentos e buscar a solidariedade, encontrar as pessoas solidárias – não espantar as pessoas que podem nos ajudar por conta disso, por conta dessa diferença, por conta de não ser igual, mas buscar aliados e produzir alianças para superar as dificuldades que estamos passando e que ainda iremos passar. É difícil, mas é possível. Eu sou um exemplo vivo disso, é difícil chegar aonde cheguei, é difícil chegar aonde a outra chegou como advogada, como médica, sendo travesti, mas é possível. Vamos encontrar dificuldades, mas vamos também encontrar aberturas e aliados. São as frestas, que a gente deve aproveitar para abrir espaços, não só para nós, mas para quem virá nesse processo de construção de aberturas (FERNANDES, 2018, p.80).

Desde o início desse trabalho, a ideia foi falar **com** as pessoas travestis e transexuais, assim, faz sentido e potencializa nosso texto finalizar com a fala de Lauro (2016), que aponta um caminho, um movimento que buscar romper com as normas vigentes: *“porque a sociedade, ela fala que, se nasce com vagina é mulher e se nasce com pênis é homem, então eu acho que isso não existe. Eu acho que os pais deveriam estudar antes de um filho nascer, esperar até ele falar mãe eu sou menina ou pai eu sou homem”* (GRUPO FOCAL, 2016).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Anete; MORUZZI, Andrea Braga. Infância na contemporaneidade: questões para os estudos sociológicos da infância (Childhood in the contemporary world: questions for the sociological studies of childhood). **Crítica Educativa**, v. 2, n. 2, p. 25-37, 2017.
- ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. A diferença e a diversidade na educação. **Contemporânea**, São Carlos, n. 2, p. 85-97, ago.-dez. 2011. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/38/20>>. Acesso em 20 de junho de 2015.
- ALVIM, Davis Moreira. O rio e a rocha: resistência em Gilles Deleuze e Michel Foucault. **Intuitio**, v. 2, n. 3, p. 78-90, 2009.
- ANDRADE, Luma Nogueira. **Travestis na Escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Editora Léa Carvalho. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.
- ARÁN, Márcia. A Transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora**, Vitória, v.9, n.1, 2006. p.49-63.
- ARÁN, Márcia. Transexualismo e cirurgia de transgenitalização: Biopoder / Biopotência. **SérieAnis** 39, Brasília, LetrasLivres, 1-4, abril, 2005.
- BARROS, Gustavo de ALMEIDA; MUNARI, Silvio Ricardo; ABRAMOWICZ, Anete. Educação, Cultura e Subjetividade: Deleuze e a Diferença (Education, Culture and Subjectivity: Deleuze and the Difference). **Revista Eletrônica de Educação**, v. 11, n. 1, p. 108-124, 2017.
- BECKER, Simone; OLIVEIRA, Esmael Alves de. Educação e Direitos para (in) Humanos? Desafios e Reflexões sobre os Dilemas de LGBT' s perante o Discurso Jurídico Brasileiro. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 9, n. 19, p. 163-180, 2016.
- BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENEDETTI, Marcos. A batalha e o corpo: Breves reflexões sobre travestis e prostituição. **Boletín Ciudadania Sexual**, v. 11, p. 5-8, 2004.
- BENTO, Berenice. Universidade, gênero e movimentos sociais (Decálogo). **Revista Periódicus**, v. 1, n. 7, p. 340-353, 2017.
- BENTO, Berenice. Escutar vozes e falar em línguas. **Cadernos Pagu**, n. 45, p. 551-566, 2015.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, p. 165-182.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012 (Coleção Primeiros Passos).

BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. Revista **Florestan**, p. 46, 2014.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, p. 165, 2014.

BENTO, Berenice. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 17, núm. 10, outubro, 2012, pp. 2655-2664

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, p. 549-559, 2011.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão /Organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros. – Brasília: Conselho Nacional de Educação: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013. 480p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu** (42), janeiro-junho de 2014: 249-274. ISSN 0104-8333

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual" (1910-1995), **Revista brasileira de História** [online], 2001, vol.21, no.41, p.77-111, disponível em < www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200005&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em 20 mai 2017.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Editora UFPR

DIAS, Diego Madi. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 475-497, 2014. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645174>

FERNANDES, Felipe Bruno Martins; A vida como potência. **Rebeh-Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, n. 01, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita**. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1982.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In H. Dreyfus. & P. Rabinow. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica (p. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. trad. Maria Ermentina Galvão. _ São Paulo: Martins Fontes. 1999. (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. Uma estética da existência. **Ditos & escritos V—ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 288-293, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**. Curso no Collège de France, 1979-1980. (aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980). São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

FRANÇA, Marina. Práticas e sentidos da aprendizagem na prostituição. **Horizontes Antropológicos**, n. 47, p. 325-349, 2017.

Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) 2007

GONÇALVES, Marco Antonio. Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens. **Etnobiografia: subjetivação e etnografia**. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 19-42, 2012.

GROSSI, Marcia Gorett Ribeiro; OLIVEIRA, Eliane Silvestre; SILVA, Lívia Cássia de. Transexualidade na formação do professor da educação básica: desvelando a realidade brasileira. **Revista de Humanidades**, v. 32, n. 2, p. 180-192, 2017.

HENRIQUES, R. et al. (Org.). **Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília, DF: MEC; Secad, 2007.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Et al. **Transfeminismo: teoria e práticas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. 42p.

JUNQUEIRA, R. D. A pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. **Revista Educação On-line**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 64-83, 2012. Disponível em: < http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/rev_edu_online.php?strSecao=input0 >. Acesso em: 8 mai. 2017.

KASTRUP, Virginia. PASSOS, Eduardo. TEDESCO, Silva. **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2014. 342 f.

LEITE JÚNIOR, Jorge. Transitar para onde? monstruosidade, (des) patologização, (in) segurança social e identidades transgêneras. **Estudos feministas**, p. 559-568, 2012.

LEITE JÚNIOR, Jorge. " Nossos corpos também mudam": sexo, gênero e a invenção das categorias " travesti" e " transexual" no discurso científico. (Tese) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado em Ciências Sociais: São Paulo, 2008.

LEMOES, Carolina Teles. Religião, gênero e sexualidade: o lugar da mulher na família camponesa. Goiânia: Ed. Da UCG, 2005.

LIPIANSKY, Edmond Marc. **A pedagogia libertária**. São Paulo: Imaginário, 2007.

LOPES, Fábio Henrique. Agora as mulheres são outras. Travestilidade e envelhecimento. In: JESUS, Jaqueline Gomes de. Et al. **Transfeminismo: teoria e práticas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Ed. Autêntica Belo Horizonte, 2001.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

MAGNANI, José G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 17 (42), 11 – 29, 2002.

MELLO, Luiz et al. Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 6, n. 07, 2012.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, v. 39, p. 403-429, 2012.

NASCIMENTO, Taiane Flores do. Os terreiros de cultos afro-brasileiros e de origem africana como espaços possíveis às vivências travestis e transexuais. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2016.

NAVAS, Kleber de Mascarenhas. Travestilidades: trajetórias de vida, lutas e resistências de travestis como construção de sociabilidade. 2011. 113f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

NERY, João W. **Viagem solitária**: memórias de um transexual 30 anos depois. São Paulo: Leya, 2011. 336p.

NEVES, André Luiz Machado das; SILVA, Iolete Ribeiro da. Significações do protagonismo dos/as professores/as na igualdade de direitos à população lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 14, n. 2, p. 93-112, 2017.

OLIVEIRA JR, Wenceslao Machado de. O exemplo de Agrado: imagem, técnica e autenticidade. **Educar em Revista**, n. 26, 2005.

PAMPLONA, Renata Silva. O Kit anti-homofobia e os discursos sobre diversidade sexual. 2012. Renata Silva Pamplona. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2012.147 f.

PAZZINI, Domila do Prado. Mercado dos prazeres: Notas de uma etnografia multi-situada em espaços de prostituição no interior de São Paulo. Dissertação (mestrado), UFSCar, 2015.

PECCI, João Carlos. **Existência**. São Paulo: Summus, 1984.

PELÚCIO, Larissa. Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, 2006.

PELÚCIO, Larissa. " Toda quebrada na plástica": corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. **Campos-Revista de Antropologia**, v. 6, 2005.

PINHEIRO, Maria Lidiane; JUCÁ, Roberta Laena Costa. A REGULAMENTAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO E A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS PROFISSIONAIS DO SEXO. **Revista Opinião Jurídica (Fortaleza)**, v. 7, n. 11, p. 249-264, 2009.

PERES, W. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, DF: MEC; Secad; UNESCO, 2009. p. 235-264.

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. **O negócio do michê**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PINO, Nádía Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. **Cadernos Pagu**, v. 28, p. 149-174, 2007.

PRECIADO, Paul B. Multitudes queer: notes for a politics of " abnormality". **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

RAGO, Margareth. Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 23.

RAGO, Margareth. "Prostituição e o mundo boêmio em São Paulo (1890-1940)". Em: PARKER, Richard Guy [e] BARBOSA, Regina Maria. *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

REIDEL, Marina (Mário). Relato de Experiência. In: SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos, RIBEIRO, Paula Regina Costa (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida**. Rio Grande: FURG, 2011.

REZENDE, Patricia Jimenez. Reinterpretando corpo, gênero e sexualidade: Uma perspectiva da ação coletiva do movimento brasileiro de prostitutas. **Revista Enfoques**, v. 15, n. 1, p. 126-146, 2017.

RODRIGUES, Cássio Moreira; BARROS, Sullivan Charles. Transexualidade na infância: reflexões a partir do documentário "Meu eu secreto-histórias de crianças trans". **Bagoas- Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 10, n. 14, 2017.

SANTANA, Naomi Neri; POLIZEL, Alexandre Luiz; MAIO, Eliane Rose. As/os trans são vistas/os na escola? **Revista Ártemis**, v. 22, n. 1, 2016.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. **Cadernos de Pesquisa** v.45 n.157 p.630-651 jul./set. 2015.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, June 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Set. 2017.

SILVA Jr, Jonas Alves da. Uma Explosão de Cores no Espectro da Diversidade: Apontamentos Sobre Identidades Travestis e Transexuais. **Áskesis**, v. 4, n. 1, p. 39, 2015. Disponível em: <<http://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/33>>. Acesso em 01 de mar. 2017.

SIQUEIRA, Deis. Prefácio. In: Bento, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual** / Berenice Bento. - Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SOUSA, Claudiane Aparecida de; FERREIRA, Bruno Martins; BARROS, Marília de Assis. Identidade de gênero: aspectos ético-jurídicos da retificação do registro civil do transexual. **Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas**, v. 1, n. 1, 2014.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Doutorado em Ciências Sociais, 2009. (Tese de Doutorado).

VIEIRA, Ana Letícia; SOARES, Conceição. Por um transpensar a educação. In: PINEL, Hiran; MENDONÇA FILHO, Christovam de (Orgs.). **Homossexualidades: Violências, Desafios & Possibilidades Pedagógicas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014. 502 p.

ZIRALDO. Os direitos humanos. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em:<
<http://portal.mj.gov.br/sedh/documentos/CartilhaZiraldo.pdf> >. Acesso em: 10 jul. 2017.